

O ART DÉCO POPULAR COMO PRODUTOR DA PAISAGEM
URBANA DE GRAVATÁ DO IBIAPINA – PE



O ART DÉCO POPULAR COMO PRODUTOR DA PAISAGEM URBANA
DE GRAVATÁ DO IBIAPINA – PE

CARINE AYANNE MENDES DE FARIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CARINE AYANNE MENDES DE FARIAS

O ART DÉCO POPULAR COMO PRODUTOR DA PAISAGEM URBANA DE
GRAVATÁ DO IBIAPINA – PE

Trabalho de conclusão de curso apresentado
junto ao curso de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal de Campina Grande,
como requisito à obtenção do título de
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a Dr. Kainara dos Anjos

Coorientador: Hugo Dantas

CAMPINA GRANDE

2019



ctm
Centro de Tecnologia e Recursos Naturais



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS

UNIDADE ACADÊMICA DE ENGENHARIA CIVIL

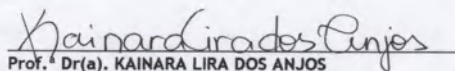
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

CAU UFCC

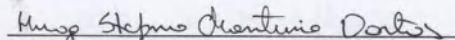
Trabalho de Conclusão de Curso "O ART DÉCO POPULAR COMO PRODUTOR DA PAISAGEM URBANA DE GRAVATÁ DO IBIAPINA - PE", foi apresentado por CARINE AYANNE MENDES DE FARIAS, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo outorgado pela Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Unidade Acadêmica de Engenharia Civil, Curso de Arquitetura e Urbanismo.

APROVADO EM: 02 de DEZEMBRO de 2019

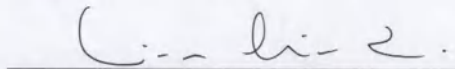
BANCA EXAMINADORA:



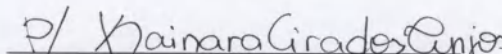
Prof.^a Dr(a). KAINARA LIRA DOS ANJOS
Orientadora - Presidente



Arquiteto Urbanista HUGO STEFANO MONTEIRO DANTAS
Co-Orientador



Prof.^a Dr(a) LÍVIA IZABEL BEZERRA DE MIRANDA
Examinadora Interna



Prof.^a Dr.^a. MÁRIA DE BETÂNIA UCHÔA CAVALCANTI BRENDLE
Examinadora Externa

À vovó Quitéria (*in memoriam*) e vovô Dudu (*in memoriam*), que não mais habitam Gravatá do Ibiapina, mas ainda habitam meu coração. À vovó Mariinha e vovô Dé que seguem construindo e contando essa história ao meu lado.

| AGRADECIMENTOS

À minha família, por tudo. Mesmo com um livro de páginas infinitas, não conseguiria agradecer o suficiente.

À Hugo e Kainara, por me proporcionarem tantos conhecimentos. Serei eternamente grata por me motivarem a continuar, mas principalmente, por me ensinarem a respeitar o tempo de parar.

À Anna, Cinthya, Clarissa, Hayllana, Hygor e Priscila, pela amizade, pelo carinho e por acreditarem em mim, mesmo quando não o faço.

À Déborah, Emanuell, João Victor, Mariana e Stépháne, por compartilharem momentos únicos. Graças a vocês, Campina Grande se tornou realmente grande em meu coração.

A todos que colaboraram e participaram desse trabalho de alguma forma, toda ajuda será lembrada.

A cidade sempre será outra, apesar de a mesma.

(Brandão, 2008, p.36)

| RESUMO

O trabalho a seguir tem como objeto de estudo o casario em Art Déco Popular, que engloba as Ruas do Commercio e Martins da Cunha do distrito de Gravatá do Ibiapina, Taquaritinga do Norte – PE. A análise do conjunto urbano justifica-se pela importância do reconhecimento do patrimônio do agreste pernambucano, principalmente com relação a arquitetura não erudita, que apesar de compor grande parte do espaço construído das cidades brasileiras, é pouco considerada nos estudos acadêmicos. Além dos poucos estudos existentes sobre a área delimitada e não menos importante, existe também um laço afetivo com o lugar. Para tal, a pesquisa foi desenvolvida em duas etapas: primeiro, o embasamento teórico, para uma compreensão estruturada acerca das questões da arquitetura popular e da influência do Art déco sobre a mesma; em seguida, foi analisado o caso do distrito gravataense, e de como seu acervo arquitetônico popular compõe uma paisagem urbana repleta de significados.

Palavras-chave: Arquitetura popular; Art Déco popular; Paisagem urbana.

| **ABSTRACT**

The following work has as object of study the Popular Art Déco houses, which including the Streets of Comercio and Martins da Cunha of Gravatá do Ibiapina district, Taquaritinga do Norte - PE. The analysis of the urban complex is justified by the importance of recognizing the heritage of the Pernambuco, especially in relation to non-erudite architecture, which despite composing a large part of the built space of Brazilian cities, is little considered in academic studies. In addition to the few existing studies on the delimited area, there is also an affective bond with the place. To this end, the research was developed in two stages: first, the theoretical basis, for a structured understanding of the issues of popular architecture and the influence of Art Deco on it; Then we analyzed the case of the gravataense district, and how its popular architectural complex makes up an urban landscape full of meanings.

Keywords: Popular architecture; Popular Art Deco; Urban landscape.

| LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Habitação Vernacular, Lesotho, Africa do Sul.	34
Figura 2 - Recife implantada nas margens do Capibaribe.	38
Figura 3 – Exemplares de arquitetura déco popular. Serrinha, Bahia 1983.	47
Figura 4 – Exemplar de arquitetura déco popular. Gravatá do Ibiapina, Pernambuco 2019.	48
Figura 5 - Padre Ibiapina	54
Figura 6 - Síntese histórica da Casa de Caridade.	59
Figura 7 - Local da antiga Casa de Caridade.	60
Figura 8 – Cruzeiro, Gravatá do Ibiapina, 2019.	62
Figura 9 - Cemitérios de Gravatá do Ibiapina. Porta à esquerda: Antigo cemitério. Porta à direita: Novo cemitério.	63
Figura 10 – Açude do Gado. Gravatá do Ibiapina.	64
Figura 11 - Padre Otto Sailer.	66
Figura 12 - Interior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.	67
Figura 13 - Procissão da primeira eucaristia, durante o centenário de 1960. Pe. Otto no centro da imagem.	69
Figura 14 - Pequeno trecho da feira local.	71
Figura 15 - Antigo Mercado Público.	73
Figura 16 - Mercado Público José Pereira da Costa.	74
Figura 17 - Antigo Grupo Rural.	75
Figura 18 - Açude novo atualmente.	77
Figura 19 - Escola Municipal Padre Ibiapina.	78
Figura 20 - Escola Municipal Padre Ibiapina.	79
Figura 21 - Quadra Poliesportiva da Escola Municipal Padre Ibiapina.	80
Figura 22 - Sociedade Musical Padre Ibiapina.	81
Figura 23 - Sede da Sociedade Musical Padre Ibiapina ao fundo da imagem.	82
Figura 24 - Painel de fotos da sede da Sociedade Musical Padre Ibiapina.	83
Figura 25 - Painel de fotos do posto de serviço gravataense.	85
Figura 26 - Painel da construção do calçamento de Gravatá do Ibiapina, durante o mandato do prefeito Antônio Barbosa, mais conhecido Coronel Lucena, de 1969 a 1973.	86

Figura 27 - Instalação dos primeiros postes públicos.	87
Figura 28 - Antiga casa do motor à diesel.	89
Figura 29 - Praça Josefina Martins da Cunha.	90
Figura 30 - Painel do antes e depois da paisagem urbana, na qual, a Praça Josefina Martins da Cunha está inserida atualmente.	91
Figura 31 - Localização do objeto de estudo.	93
Figura 32 - <i>Rua do Commercio, ainda sem calçamento ou praças.</i>	94
Figura 33 - Painel com anotações de José Mendes de Carvalho. Constam na imagem: proprietários de antigas hotelarias do distrito, em seguida alguns dos barbeiros, e por fim, os comerciantes locais.	95
Figura 34 - Rua do Commercio.	96
Figura 35 - Rua Martins da Cunha.	98
Figura 36 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição em uma das noites de sua festa.	100
Figura 37- Vista de Gravatá do Ibiapina na Festa de Nossa Senhora da Conceição.	101
Figura 38 - Painel de fotos dos fiéis, na festa da padroeira local, à espera da missa solene. Rua do Commercio, em frente à Igreja Matriz.	102
Figura 39 - Painel de fotos dos fiéis, na missa solene para Nossa Senhora da Conceição. Rua do Commercio, em frente à Igreja Matriz.	103
Figura 40 - Músicos e moradores se organizando para o início da Alvorada.	104
Figura 41 - Chegada da caminhada de Nossa Senhora da Conceição ao distrito gravataense.	105
Figura 42 - Painel de fotos de procissões gravataenses em épocas diferentes.	106
Figura 43 - Painel de fotos da procissão da Sexta-feira da Paixão, de uma das noites do mês mariano, e das gravuras feitas para o dia de Corpus Christi. Todas na Rua do Commercio.	108
Figura 44 - Queima de fogueira na Rua do Commercio.	110
Figura 45 - Painel de fotos do desfile cívico na Rua do Commercio.	111
Figura 46 - Período eleitoral, Rua do Commercio.	112
Figura 47 - Painel de fotos da rotina dos moradores gravataenses.	115
Figura 48 - Painel mostrando hábitos dos moradores gravataenses.	116
Figura 49 – Painel da estrutura dos lotes em relação ao terreno e à rua.	118

Figura 50 - Painel de fotos das edificações com a data de construção.....	119
Figura 51 - Painel de fotos da casa e do comércio de Seu Zé Pereira.	121
Figura 52 - Esquema tipológico de layout no Agreste.....	123
Figura 53 - Lista das pessoas que trabalhavam fazendo telhas e tijolos de barro antigamente.	124
Figura 54 - Casa com revestimento cerâmico na fachada inteira.	126
Figura 55 - Painel de fotos de uma residência com revestimento cerâmico parcial.	127
Figura 56 - Comércio com revestimento cerâmico na fachada inteira.....	128
Figura 57 - Residência da Rua Martins da Cunha.....	129
Figura 58 - Residência da Rua do Comercio.	130
Figura 59 - Edifícios da Rua do Comercio.....	131
Figura 60 - Sobrado na Rua Martins da Cunha.	132
Figura 61 - Moradores pintando a fachada de suas próprias casas.	133
Figura 62 - Painel de fotos de uma casa antes e depois da renovação da pintura.	134
Figura 63 - Painel de fotos de uma casa reformada, mas sem alterações em sua platibanda.	138
Figura 64 - Arquitetura popular com inspirações ecléticas.....	140
Figura 65 - Arquitetura popular com inspirações déco.	141
Figura 66 - Reforma em uma residência da Rua do Comercio.	143
Figura 67 - Reforma em uma residência da Rua do Comercio.	144
Figura 68 - Painel de fotos de edificações do casario gravataense. A primeira, na Rua do Comercio, negligenciada. A segunda, na Rua Martins da Cunha, bem conservada.	160
Figura 69 - Quais mudanças ocorridas em Gravatá do Ibiapina que você percebeu?	166
Figura 70 - Painel de transformação da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.	167
Figura 71 - Reforma do piso externo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.	168
Figura 72 - Reparos na fachada da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.....	169
Figura 73 – Processo de calçamento. Rua sem nome.	170
Figura 74 - Painel de fotos das transformações ocorridas na Praça Nossa Senhora da Conceição.....	171
Figura 75 - Painel de fotos do chafariz implantado na Praça Nossa Senhora da Conceição.	172

Figura 76 - Painel de fotos das transformações ocorridas na Praça José Pereira da Costa.	174
Figura 77 - Painel de fotos das transformações ocorridas na Praça José Pereira da Costa.	175
Figura 78 - Transformações ocorridas na Praça Maria Quitéria Farias.	176
Figura 79 - Transformações ocorridas na Praça Maria Quitéria Farias.	177
Figura 80 - Transformações ocorridas na Praça Maria Andrade de Sousa.	178
Figura 81 - Painel de fotos da unificação da Praça Maria Quitéria Farias e da Praça Maria Andrade de Sousa.	179
Figura 82 - Apropriação da sombra da árvore para o estacionamento de veículos.	180
Figura 83 - Apropriação da sombra da árvore na Praça Maria Quitéria Farias.	181
Figura 84 - Painel de fotos da paisagem urbana gravataense ao longo de 25 anos.	182
Figura 85 - Ambiente tranquilo: crianças brincando na Praça Maria Quitéria Farias.	186
Figura 86 - Precariedade da infraestrutura.	187
Figura 87 - Painel de fotos do Açude do Gado.	190
Figura 88 - Estacionamento indevido de caminhões.	191
Figura 90 - Painel de fotos das transformações da paisagem gravataense.	196
Figura 91 – Mapa mental elaborado por M05.	206

| LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Municípios estudados no interior de Pernambuco por Cavalcanti (1995).....	45
Mapa 2 - Simulação do trecho onde ocorria a feira local.....	70
Mapa 3 - Uso das edificações do setor de interesse histórico de Gravatá do Ibiapina.	97
Mapa 4 – Classificação das edificações populares do conjunto arquitetônico gravataense.	142
Mapa 5 - Zoneamento de Gravatá do Ibiapina.....	194
Mapa 6 - Centro histórico: Rua do Comercio até Rua Martins incluindo o Cemitério e o Açude do Gado.....	198
Mapa 7 - Centro histórico: Mercado até igreja, incluindo o Cemitério e o Açude do Gado. .	199
Mapa 8 - Centro histórico: Clube até igreja.	200
Mapa 9 - Centro histórico: Grupo rural até rua Martin da Cunha.	201
Mapa 10 - Centro histórico: Rua do Comercio.....	202
Mapa 11 - Centro histórico: Igreja até mercado público.	203
Mapa 12 - Centro histórico: Mercado público até Rua Martins da Cunha.....	204

| LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sexo.....	1Erro! Indicador não definido.
Gráfico 2 - Faixa etária.	146
Gráfico 3 - Onde mora o entrevistado.	147
Gráfico 4 - Onde reside	147
Gráfico 5 - Principais atividades dos entrevistados.....	148
Gráfico 6 - Frequência que visita Gravatá.	148
Gráfico 7 - Profissão do entrevistado	150
Gráfico 8 - Há quanto tempo mora em gravatá?.....	152
Gráfico 9 - Há quanto tempo reside na residência atual?	152
Gráfico 10 - Tipo de residência.	153
Gráfico 11 - Há quanto tempo a residência foi construída?	154
Gráfico 12 - Quem a construiu?	154
Gráfico 13 - Por que gosta de morar na casa?	155
Gráfico 14 - Mora em qual rua?.....	156
Gráfico 15 - Por que gosta de morar nessa rua?.....	156
Gráfico 16 - Por que o casario é importante?.....	157
Gráfico 17 - Estado de conservação do casario.	158
Gráfico 18 - Qual a primeira coisa que vem a cabeça quando escuta: Gravatá de Ibiapina?	161
Gráfico 19 - Por que considera Gravatá de Ibiapina um lugar especial?	163
Gráfico 20 - Quais mudanças ocorridas em Gravatá de Ibiapina você percebeu?	164
Gráfico 21 - O que gostaria de guardar para os filhos e netos?	182
Gráfico 22 - Elementos que valorizam o lugar	184
Gráfico 23 - Elementos que desvalorizam o lugar	187
Gráfico 24 - Gravatá do Ibiapina corre o risco de perder sua memória, seu casario ou sua identidade?.....	192
Gráfico 25 - Se corre risco, porque?.....	192
Gráfico 26 - Para você Gravatá do Ibiapina possui um centro histórico?.....	196
Gráfico 27 -Se sim, onde começa e onde termina?	196

| LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Diretrizes e parâmetros urbanísticos para o distrito gravataense.....195

| SUMÁRIO

PROLOGO	18
INTRODUÇÃO	20
DEFINIÇÃO DE CONCEITOS	27
PATRIMÔNIO URBANO	28
ARQUITETURA POPULAR	33
INSPIRAÇÃO DÉCO	40
A PAISAGEM DÉCO POPULAR	46
O CASO DE GRAVATÁ DO IBIAPINA.....	51
CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA.....	52
DINÂMICA URBANA.....	92
CASARIO	117
PLATIBANDA	135
ESTILOS.....	139
ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	145
PERFIL DO ENTREVISTADO.....	147
PERCEPÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO	158
IMAGEM DO LUGAR	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
BIBLIOGRAFIA	209
APÊNDICE A – ENTREVISTA	216
APÊNDICE B – MAPAS MENTAIS.....	218

| PROLÓGO

Gravatá do Ibiapina tem um cheiro sereno de infância. Lembro com carinho das brincadeiras que tomaram conta dos meus meses de férias e finais de semana. Esconde-esconde dentro das varandas das casas, pega-pega por entre as ruas. O subir e descer de ladeiras, sem cansaço físico, só com a sensação do vento batendo no rosto. A chegada ao pé do cruzeiro com vista para o vilarejo todinho.

No inverno, os banhos nas bicas e as calçadas transformadas em escorregas eram tradição. As bolas que se perdiam nos telhados e o banquinho da praça escolhido para ser o confidente das mais diversas histórias eram um retrato típico desses dias alegres. Aqui aprendi a dar os primeiros passos, a primeiras pedaladas e levei as primeiras quedas. Era um caminhar à deriva inocente e constante.

Não tem como não se apaixonar pelos tons que colorem a cidade no mês da padroeira. Não tem como não disfrutar das conversas nas calçadas até tarde da noite. Não tem como não levar consigo a história desse canto que, além de morada física, é morada simbólica.

Lembro de uma noite, em particular, na casa de meus avós maternos. Durante o mês de férias, eu e meu irmão ficávamos com eles. Vovó costumava nos colocar pra dormir em sua cama, junto dela, pois era uma forma de controlar melhor o horário que as brincadeiras deveriam terminar. Vovô dormia no quarto ao lado, cedia seu cantinho sem reclamar. Nessa época a casa inteira não tinha forro de gesso, então era muito

fácil ouvir qualquer barulho por cima das paredes. O quarto dos meus avós até hoje não tem gesso, eles preferem o ventinho que passa pelas telhas.

Nessa rotina, eu sempre era a última a dormir. A noite tem seus encantos. E enquanto esperava o sono chegar, minha vista se perdia no telhado da casa. Os caibros e ripas pareciam uma costura sobre a coberta quentinha que era o telhado, tudo casado como num bordado feito à mão.

Os barulhos de fora da casa também entravam facilmente. E o som que mais se repete em minha memória é o dos coqueiros que ficavam na rua atrás da casa de meus avós. O vento fazia as folhas chacoalharem lentamente. Esse barulho logo me trazia a paisagem do mar. O mar sempre me deu paz. Gravatá do Ibiapina também.

| INTRODUÇÃO

As discussões sobre a importância do patrimônio arquitetônico vêm ganhando maior destaque com o passar dos anos, pois exercem o papel de registro edificado da história e cultura de uma determinada comunidade, além de fonte de pesquisa. Com a ampliação do conceito de patrimônio arquitetônico, a conservação do monumento deixa de ser abordada a partir do entendimento do mesmo como algo único e isolado, para considerar as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si, bem como com o meio ambiente urbano que é fruto dessas relações.

Como posto por Choay (2001) o patrimônio urbano histórico é resultado de três abordagens sucessivas às questões das cidades, ou partes dela, consideradas históricas. Dentre as três, a que mais tem dado frutos para a questão do patrimônio urbano é teoria e prática de Gustavo Giovannoni, que atribui à cidade antiga tanto um valor museológico, quanto um valor de uso, integrando-os em uma única concepção do planejamento do território.

Giovannoni pensava a cidade histórica como parte do organismo que compreendia a urbe como um todo. Para o autor os antigos centros, bairros e os conjuntos de quarteirões antigos podem atender as necessidades da nova forma de viver a cidade, desde que se implantem atividades compatíveis com a sua morfologia.

Abordar o patrimônio ambiental urbano vai ser assim, como se pode perceber, muito mais que simplesmente tombar determinadas edificações ou conjuntos: é antes, conservar o equilíbrio da paisagem, pensando sempre como inter-relacionados a infra-estrutura, o lote, edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a própria

paisagem natural. Não se trata mais, portanto, de uma simples questão estética ou artística controversa, mas antes, da qualidade de vida e das possibilidades de desenvolvimento do homem. (CASTRIOTA, 2007, p. 17).

Apesar da expansão do debate patrimonial, muitos bens arquitetônicos ainda não recebem a devida importância pelos órgãos públicos e estudos teóricos da arquitetura. Esse é um problema ainda mais expressivo em espaços interioranos distantes dos grandes centros, e, conseqüentemente das expressões oficiais do patrimônio urbano. Um exemplo expressivo de tal negligência patrimonial é o caso dos saberes populares.

As cidades estão em constante modificação e possuem sua evolução direcionada por funções sociais, culturais, econômicas e políticas. Segundo Cantuária (2015) o estudo da paisagem urbana é uma das possíveis rotas para a análise das transformações que a cidade passa durante sua existência, desde sua formação e consolidação até os dias atuais, já que esta é um organismo vivo, produzido pela sociedade.

A partir disso, traz-se como **objeto de estudo** o conjunto arquitetônico edificado na Rua do Comercio e na Rua Martins da Cunha, localizadas no distrito de Gravatá do Ibiapina. O lugarejo pertence ao município pernambucano de Taquaritinga do Norte, cenário de homens como Severino Pereira, um dos pioneiros da industrialização brasileira no século XX, como colocado por Brito (2018).

Ao documentar o conjunto urbano central de Gravatá do Ibiapina, que vem se perdendo, pelas transformações rápidas e irregulares da paisagem local, pretende-se

contribuir para a compreensão da importância e valorização desse patrimônio, enquanto importante elemento de ligação entre a história e a memória do lugar.

Tem-se como **objetivo geral** analisar a conformação da Paisagem Urbana a partir do conjunto arquitetônico Art Déco Popular do conjunto urbano que compõem o núcleo central do distrito de Gravatá do Ibiapina, em Taquaritinga do Norte – PE. Vale salientar que para o presente trabalho a área de estudo é compreendida pela Rua do Comercio e por trecho da Rua Martins da Cunha.

Apresenta como, **objetivos específicos**:

- _ Analisar a importância do conjunto urbano mencionado na construção da história e da memória do povo gravataense;
- _ Investigar como as dinâmicas e o modo de vida dos moradores interferem na consolidação da paisagem urbana de Gravatá do Ibiapina;
- _ Analisar as transformações da paisagem gravataense.

Como colocado por Weimer (2005) a arquitetura popular brasileira é vasta e diversificada, devido as diferentes etnias que constituíram a formação do país. São modos de vida, formas de construir e hábitos particulares de grupos sociais e lugares que se destacam ao longo do tempo. Brendle (2003) destaca-se na pesquisa e catalogação da arquitetura popular no Nordeste, sendo, portanto, importante referência para o trabalho aqui proposto.

No interior da Zona da Mata, Agreste ou Sertão do Nordeste brasileiro descortina-se uma paisagem cultural única, independentemente das fronteiras geográficas, onde as pessoas ainda precisam e querem a beleza no seu cotidiano e onde o deleite estético é saboreado no geometrismo, jogo de cores e na poética das formas que compõem as fachadas de suas casas. Os exemplos mais notáveis e sublimes os encontramos em localidades difíceis até de se identificar no mapa. Nas pequenas vilas e povoados, sobressai uma característica notável desta arquitetura popular, que ao contrário da erudita, não pretende se destacar do conjunto nem pela escala nem por uma intervenção drástica no meio físico – ela se harmoniza com a paisagem sendo até uma continuação dela. (BRENDLE, 2003, p.54)

Como posto por Nascimento (2015), a arquitetura popular, embora componha grande parte do espaço construído das cidades brasileiras, é pouco considerada nos estudos acadêmicos, sendo compreendida, por diversas vezes, como algo de pouco valor. “Embora persistentes na paisagem, elas são ausentes na bibliografia.” (2015, p. 14).

Concordando com Weimer (2005, p. 313) “Um viés ainda pouco explorado é o dos limites que separam a arquitetura popular da erudita (se é que realmente existem).” Existe, portanto, a necessidade de discutir sobre as diferenças entre o popular e o erudito. Não se pode simplesmente atestar as duas vertentes como opostas, é crucial se fazer uma análise mais complexa, uma vez que uma cultura bebe da outra às vezes.

A análise do conjunto urbano gravataense **justifica-se** pela importância do reconhecimento do patrimônio do agreste pernambucano, principalmente com relação a arquitetura não erudita, em oposição à vulnerabilidade do conjunto edilício em

arquitetura popular. Contribuem para esse panorama os poucos estudos existentes, implicando em um escasso conhecimento sobre as formas de preservar seu acervo arquitetônico.

Não menos importante, existe também um laço afetivo em questão, visto que há a construção da identidade do lugar e da memória coletiva do povo gravataense. O estudo sobre a localidade mencionada traz o patrimônio como preservador de um lugar carregado de memória e que tem seu espaço urbano o palco de vivências cotidianas. Sendo assim, além de criar vínculos entre os indivíduos, proporciona relações de identidade e pertencimento.

A metodologia escolhida para o desenvolvimento da pesquisa foi adaptada do trabalho desenvolvido por Nascimento (2015), intitulado “Casas e gentes: modos de viver e morar em uma cidade no interior de Alagoas”. Para este trabalho utilizado como referência, foram realizados os seguintes procedimentos: revisão bibliográfica, visitas in loco, realização de entrevistas semiestruturadas, levantamento documental, fotográfico e arquitetônico.

Os **processos metodológicos** foram adaptados e acontecerão da seguinte forma:

- 1- Referências bibliográficas para compreender as dinâmicas da paisagem urbana, o conceito flexível de arquitetura popular, a apresentação de tal arquitetura com viés em Art Déco e a compreensão do recorte urbano escolhido, no caso o conjunto urbano central de Gravatá do Ibiapina.

- 2- Apreensão do objeto de estudo local, pela percepção da autora e pela via das pessoas, através da lembrança, da história, da paisagem, de sua economia e da arquitetura.
- 3- Visitas in loco e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas semiestruturadas serão utilizadas para compreender os elementos intangíveis da paisagem urbana estudada, como por exemplo, as relações sociais e afetivas integradas com o ambiente, as tradições e culturas da localidade, e por fim, a leitura que os moradores e usuários fazem da paisagem urbana em questão.

Ao documentar o conjunto urbano central de Gravatá do Ibiapina, que vem se perdendo, seja por descaracterização, seja por negligência, ou até mesmo pela passagem temporal, pretende-se contribuir para a compreensão da importância e valorização desse patrimônio, enquanto importante elemento para a ligação entre a história e a memória do lugar.

O trabalho está organizado em duas partes. Em um primeiro momento serão abordadas as questões conceituais acerca do patrimônio urbano, da arquitetura popular, do viés Art Déco e da paisagem urbana. Na segunda etapa, será analisado o conjunto em arquitetura popular déco do distrito de Gravatá do Ibiapina, considerando seu contexto histórico, sua dinâmica urbana e a percepção das pessoas a cerca de sua importância.



| DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

| PATRIMÔNIO URBANO

As discussões sobre a importância do patrimônio arquitetônico vêm ganhando maior destaque com o passar dos anos, pois exercem o papel de registro edificado da história e cultura de uma determinada comunidade, além de fonte de pesquisa. Como posto por Castriota (2007), pós Segunda Guerra Mundial, a definição de patrimônio sofreu uma série de modificações e ampliações.

No âmbito do patrimônio arquitetônico especialmente, a conservação do monumento deixa de ser abordada a partir do entendimento do mesmo como algo único e isolado, para considerar as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si e com o meio urbano que é formado a partir de tais relações. Ao englobar novas expressões urbanas aos bens patrimoniais, chega-se ao conceito de patrimônio urbano histórico.

Como posto por Choay (2001) o patrimônio urbano histórico é resultado de três abordagens sucessivas às questões das cidades, ou partes dela, consideradas históricas. A autora elenca John Ruskin, Camillo Sitte e Gustavo Giovannoni como os difusores dessas três abordagens.

O primeiro deles, John Ruskin, afirmava ser sacrilégio tocar nas cidades da era pré-industrial, as quais deveriam ser habitadas tal qual no passado, com o mínimo de transformações possíveis. Camillo Sitte, por sua vez, defendia o estudo morfológico

das cidades antigas como instrumento de aprendizado para o urbanismo, onde todas as cópias e imitações do passado são condenadas.

A terceira abordagem, e a que tem mais dado frutos para a questão do patrimônio urbano, partiria da teoria e prática de Gustavo Giovannoni que atribui à cidade antiga tanto um valor museológico, quanto um valor de uso, integrando-os em uma única concepção do planejamento do território.

Para Giovannoni os antigos centros, bairros e os conjuntos de quarteirões antigos podem atender as necessidades da nova forma de viver a cidade, desde que se implantem atividades compatíveis com a sua morfologia. Em seu texto “Velhas Cidades e Nova Construção Urbana”, escrito em 1913, ele afirma:

Renovar um velho centro e determinar as relações entre o ambiente antigo e o desenvolvimento novo: para um, quando se excluem as obras de importância singular e os monumentos altamente venerados, todos os restos do passado não representam mais que “obstáculos” na nova sistematização edilícia; para o outro, são, ao contrário, “pontos de referência” imutáveis. Essa divergência de critérios tem toda a aparência de um contraste irreduzível entre duas concepções opostas, entre a Vida e a História. Parece que, de um lado, estão as exigências positivas do desenvolvimento moderno e do moderno modo de viver, do outro, o respeito pelas memórias históricas e artísticas, pelas condições de ambiente nas quais a velha cidade se desenvolver. (GIOVANNONI, 2013, p. 94)

O autor se referia aqui às questões levantadas para a “Antiga” Roma, que corria risco de ter parte do seu patrimônio urbano destruído em função da abertura de novas vias para abarcar o fluxo automobilístico. Questão ainda atual nos dias de hoje. Ele

acreditava que deveria existir um equilíbrio entre a *Vida* e a *História*. Tal equilíbrio poderia ser atingido com o desabastecimento do velho núcleo e a criação de novas zonas de expansão que pudessem atender demandas sociais que surgiam.

Giovannoni ao tratar da conservação urbana de Roma, extrapolava as questões da preservação do monumento isolado, pensando a cidade histórica como parte do organismo que compreendia a urbe como um todo. O projeto das conexões (vias, anéis viários, etc.), portanto, era de extrema importância para o funcionamento e crescimento das diferentes zonas urbanas, e deveria ser planejado antes do surgimento delas.

Trazendo o recorte geográfico para o interior do Nordeste, mesmo que os problemas levantados por Giovannoni sejam semelhantes aos atuais, é necessário considerar que muitas das localidades da região mencionada, ainda não haviam sido elevadas a categoria de cidade no período em que a temática era abordada por ele. No entanto, seu objeto de estudo, a forma urbana das cidades medievais, possuía algumas características e problemas parecidos aos das urbes nordestinas. Segundo o autor a cidade medieval:

tinha, portanto, além de uma beleza e uma poesia, uma lógica, uma euritmia, uma higiene. E esta última residia especialmente na baixa densidade da população que habitava nessas pequenas **casas com pouca altura, cada uma delas sendo residência de apenas uma família.** (Grifo nosso) (GIOVANNONI, 2013, p. 140)

De acordo com Cabral (2013), o autor defendia que “A beleza e a tradição não seriam únicas, universais. São uma para grandes cidades, outra para vilarejos rurais.” (CABRAL, 2013, p. 100), rompendo com a ideia de que apenas os monumentos dos grandes centros urbanos deveriam ser preservados.

Já em 1932, Giovannoni anota que o Conselho Superior para as Antiguidades e Belas-Artes, enfrentando questões edilícias em Siena, lançou o conceito, depois validado como um “postulado”, de que “uma cidade histórica é toda um monumento, no seu esquema topográfico como no seu aspecto paisagístico, no caráter das suas vias como nos agrupamentos de seus edifícios maiores ou menores.” (CABRAL, 2013, p. 100)

Dessa forma, os pequenos imóveis unifamiliares, tratados por ele como “monumentos secundários”, também deveriam ser preservados devido ao seu significado:

Em torno delas, havia toda uma série de monumentos secundários, grupos de pequenas casas, muros, torres, fontes, que apenas nessas condições do ambiente têm valor e significado, ou histórico, ou arquitetônico, ou pictórico: por vezes, é possível dizer que o monumento seja todo o conjunto, (GIOVANNONI, 2013, p. 146)

Em outro trecho do seu texto ‘O “Desbastamento” de Construções nos Velhos Centros. O Bairro do Renascimento em Roma’, escrito em 1913, Giovannoni se refere a tais imóveis como “casas menores”:

(...) interessa à História da Arte toda uma série de casas menores, dispostas nas vias principais ou perdidas no labirinto de vielas, em que se pode ler a evolução arquitetônica do tipo de habitação em Roma da Idade Média até a Idade Moderna. (GIOVANNONI, 2013, p. 159)

Ele ainda reflete sobre o impacto de novas obras modernas, não apenas na composição da paisagem, mas também nas mudanças econômicas consequentes, que iriam modificar as construções históricas:

Ao lado dos grandes edifícios modernos, essas construções que têm apenas valor de recordação e de composição do ambiente perderão toda proporção, todo caráter, todo significado e, ademais, mudando também o ambiente econômico da localidade, os restauros que os proprietários, em seu interesse, deverão empreender, não serão de pequenas adaptações, mas uma mutação completa, e quase nada mais permanecerá, depois de um breve tempo, dos elementos da arte quatrocentista ou quinhentista. (GIOVANNONI, 2013, p. 167)

Conclui-se, portanto, que a teoria provinda da prática de Giovannoni, pode servir de base para entender como conservar os conjuntos urbanos de Art Déco Popular, temática abordada nessa pesquisa. Isso permite que a dinâmica urbana evolua sem que parte da história e das tradições populares dos conjuntos se perca.

Abordar o patrimônio ambiental urbano vai ser assim, como se pode perceber, muito mais que simplesmente tombar determinadas edificações ou conjuntos: é antes, conservar o equilíbrio da paisagem, pensando sempre como inter-relacionados a infra-estrutura, o lote, edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a própria paisagem natural. Não se trata mais, portanto, de uma simples questão estética ou artística controversa, mas antes, da qualidade de vida e das possibilidades de desenvolvimento do homem. (CASTRIOTA, 2007, p. 17).

Apesar da expansão do debate patrimonial, muitos bens arquitetônicos ainda não recebem a devida importância pelos órgãos públicos e estudos teóricos da arquitetura. Esse é um problema ainda mais expressivo em espaços interioranos distantes dos

grandes centros, e, conseqüentemente das expressões oficiais do patrimônio urbano. Um exemplo expressivo de tal negligência patrimonial é o caso dos saberes populares.

| ARQUITETURA POPULAR

Conceituar arquitetura popular não é tarefa simples e fácil. Como propõe Charthier (1995), o processo de definição do que é popular se enquadra em uma categoria erudita, uma vez que é definido por aqueles que não o consideram erudito. Somado a isso, o próprio termo acaba por se confundir com uma série de definições, dentre elas, a mais emblemática é o caso da arquitetura vernacular.

Em busca de fazer a distinção entre as duas categorias recorreremos à um dos maiores estudiosos da área; Paul Oliver que é responsável pela edição da *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World* (1997) onde congregou uma série de estudos, em diversas regiões do planeta, a respeito da arquitetura vernacular, tornando-se um dos principais guias sobre o tema mencionado.

Para fazer a distinção entre as duas categorias, recorreu-se ao responsável pela edição da *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World* (1997), Paul Oliver. O autor congregou uma série de estudos, em diversas regiões do planeta, a respeito da arquitetura vernacular, tornando-se um dos principais guias sobre o tema mencionado.

Figura 1 – Habitação Vernacular, Lesotho, Africa do Sul.



Fonte: Oliver, 1997.

Em seu trabalho, ele demonstra que é mais fácil exemplificar tal vertente arquitetônica do que defini-la. O termo vernacular provém do latim *vernaculus*, que significa “nativo”, mas esse tipo de arquitetura pode ter uma série de acepções, que variam de acordo com os povos, seus respectivos contextos culturais, condições geográficas e características climáticas. Sua linha temporal prolonga-se ou encurta-se de acordo com a permanência do uso e da continuidade da tradição. Há, portanto, o compartilhamento de conhecimentos e métodos através de gerações.

Arquitetura vernacular compreende as habitações e todas as outras construções do povo. Relacionados aos seus contextos ambientais e recursos disponíveis são tipicamente construídas pelo proprietário ou pela comunidade, por meio de tecnologias tradicionais. Todas as formas de arquitetura vernacular são construídas para atender necessidades específicas, acomodando valores, economias e os

modos de viver das culturas que as produzem. (OLIVER, 1997, p. 30, tradução nossa¹).

Os métodos e tecnologias autóctones² proporcionam resultados complexos e profundos. As tradições vernaculares têm muito a ensinar para a forma de construir contemporânea, através de suas soluções simples, sustentáveis e repletas de significados.

Ela permite variações ao nível da língua, mas não da palavra. A arquitetura vernacular é fundamentalmente a expressão de um povo, e, portanto, um ato cultural. (TEIXEIRA, 2017, s/p).

Nessa linguagem castiça e pura, o resultado estético surge como consequência dos arranjos desenvolvidos durante a obra em conjunto com a bagagem cultural do povo que a desenvolve. É aqui que a arquitetura vernacular difere da arquitetura popular. Essa última busca uma experiência estética singela e única, como forma de aliviar a realidade árida vivida diariamente pelo homem simples, mas sem deixar de captar as referências eruditas e reinterpreta-las ao seu modo.

Arquitetura popular é o resultado do trabalho criador do “homem pobre” refletindo as necessidades do seu dia-a-dia, utilizando a sabedoria popular nos métodos de construção (...). Arquitetura popular expressa uma “liberdade de criação” através do uso de cores, de

¹ *Vernacular architecture comprises the dwellings and all other buildings of the people. Related to their environmental contexts and available resources, they are customarily owner- or community-built, utilizing traditional technologies. All forms of vernacular architecture are built to meet specific needs, accommodating the values, economies and ways of living of the cultures that produce them.*

² Que é natural da região ou do território em que habita; nativo.

elementos decorativos, dos elementos marcantes de sua plasticidade refletindo o universo do homem e sua relação com o meio ambiente, físico e social na composição de uma arquitetura “despojada e simples”. (CAVALCANTI, 1996, p. 14).

Como posto por Nascimento (2015), a arquitetura popular, embora componha grande parte do espaço construído das cidades brasileiras, é pouco considerada nos estudos acadêmicos. Ao ser intitulada “popular”, acaba por ser compreendida, por diversas vezes, como algo de pouco valor. “Embora persistentes na paisagem, elas são ausentes na bibliografia” (NASCIMENTO, 2015, p. 14).

Os estudos da arquitetura brasileira concentram-se, majoritariamente, nas manifestações eruditas, porque essas seduzem pela autoria e rigorosidade do desenho, riqueza dos materiais e meios de construção, assim como pelo significado assumido diante da sociedade e da historiografia. Por outro lado, as expressões vernáculas e populares, presas ao campo da práxis, pouco se constituíram em interesse de estudo, pois, para muitos, não eram consideradas arquitetura e não se sustentavam como objeto de pesquisa. (OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de; MONIOS, Mathias Joseph, 2016, s/p).

Como colocado por Weimer (2005), a arquitetura popular brasileira é vasta e diversificada, devido as diferentes etnias que constituíram a formação do país. São modos de vida, formas de construir e hábitos particulares de grupos sociais e lugares que se destacam ao longo do tempo.

Um ponto relevante levantado pelo autor é a escassez do debate sobre as diferenças entre a arquitetura popular e a erudita. Assim como as manifestações culturais foram modeladas seguindo o padrão de dominadores e dominados, a arquitetura foi formada

por duas linhas, a “erudita, acadêmica, europeia, própria dos senhores – contra outra, dominada, vulgar, marginal e mestiça” (WEIMER, 2005, p. XXVI).

A dificuldade da distinção entre a arquitetura erudita e popular tem acompanhado os estudos sobre a história da arquitetura brasileira desde sua origem. Grande parte da substância arquitetônica que as autoridades do IPHAN sacramentaram como característica dos diversos períodos de nossa história apresentam nítidas características populares, pela falta de conhecimento da autoria de seu projeto, pelos procedimentos construtivos, por seu desapego às linguagens arquitetônicas em voga e por sua adequação empírica aos meios físico e social nos quais foram geradas. (WEIMER, 2005, p. 295).

A arquitetura popular difere-se da erudita por apresentar um poder de criação mais liberto e sem amarras, uma vez que não tem a urgência de acompanhar o consumo de novos materiais e elementos construtivos que vão surgindo constantemente no mercado.

Figura 2 - Recife implantada nas margens do Capibaribe.



Fonte: Weimer, 2005, p. 156.

Ainda segundo Weimer (2005), os romanos foram pioneiros em uma série de elementos construtivos, como argamassa de cal e cimento, a técnica da taipa e do adobe, além de tomar conhecimento sobre a produção de telhas e tijolos cerâmicos, no Oriente.

Com a cristianização do Império Romano, os cristãos tomaram como referência os exemplares arquitetônicos e urbanísticos até então implantados em Roma. Assim que tais modelos foram denominados eruditos, a parcela populacional, que era estruturada

financeiramente, os utilizou para construir suas moradias, indicando que a troca de conhecimentos entre o erudito e o popular é remota.

As duas vertentes arquitetônicas, apesar de suas distinções, não podem ser simplesmente caracterizadas como opostas, dado que uma cultura se banha na outra por diversas vezes. O “não-arquiteto” (BRENDELE, 2003) desenvolve modelos construtivos para a parcela da população que não pode arcar financeiramente com os serviços de um arquiteto formado academicamente.

Como colocado por Nascimento (2015), essa arquitetura desenvolvida pelo homem comum, alicerçada em seus princípios culturais, pode ser considerada híbrida, uma vez que é influenciada por fundamentos e elementos da cultura erudita. Não é uma cópia dos cânones e tratados arquitetônicos, mas sim uma reinterpretação, que apresenta a identidade cultural popular.

“A arquitetura popular revela muito mais que formas e cores, estando profundamente ligada ao cotidiano e ao modo de viver dos indivíduos, porque morar numa casa significa habitar ao mesmo tempo um espaço físico e um espaço simbólico-afetivo. (...) entender a arquitetura através das relações que as pessoas estabelecem com o espaço que vivenciam.” (Nascimento, 2015, p. 16).

| INSPIRAÇÃO DÉCO

Já nas primeiras décadas do século XX, as cidades brasileiras se transformaram num ritmo intenso, passando a ser objeto de planos urbanísticos inspirados pelas grandes intervenções urbanas ocorridas na Europa e nos Estados Unidos no século XIX, segundo Segawa (1997). O repertório Colonial foi gradativamente, deixado de lado, com a substituição da paisagem considerada antiquada por uma cidade com “ares modernos”.

É nesse contexto que a linguagem Art Déco chega ao país. Como descrito por (QUEIROZ, 2011, p. 113), “O Art Déco representou um caminho mais curto, urgente, na busca por uma imagem de modernidade, sem grandes rupturas com as estruturas físicas e sociais do passado”. Surgiu na Europa, no período entre guerras e propagou-se rapidamente para as Américas do Norte e do Sul, através dos meios de comunicação de massa.

Ainda segundo Queiroz (2011), seu apogeu se deu na década de 1920, nos chamados “*Les années folles*” ou “Anos Loucos”, período pós Primeira Guerra Mundial e Gripe Espanhola, representando o salto econômico da época. Tornou-se legítimo mundialmente, em 1966, na *Exposition Internationale des Arts Décoratives et Industrielles Modernes* de Paris, sobre os anos 1925. O Art Déco vem atender o surgimento de uma nova elite econômica, sendo aplicada nos mais diversos campos, móveis, vestimentas, edificações, etc.

Assim, nos anos 1920, 1930 ou 1940, nenhum artista, design ou arquiteto definia a sua obra como art déco, muito menos clientes e administradores públicos a conheciam dessa forma. Em tais décadas, a corrente estética ganhou vários batismos no Brasil e no exterior, ficando conhecida, dentre outros nomes, como modernistic, jazz modern style, zigzag modern, style 1925, Paris 25, streamlined modern, futurismo, cubismo ou estilo, feição e tipo moderno, como foi o caso de Campina Grande. (QUEIROZ, 2011, p. 114).

No Brasil, é na Era Vargas (1930-1945), que tinha como slogan “Progresso e Modernidade”, que o estilo Art Déco chega a seu auge, sendo amplamente empregado. Boa parte das cidades visava se igualar com as grandes metrópoles mundiais e com a capital do país, na época o Rio de Janeiro. “Era uma nova forma de apropriação do espaço, para quem tinha acesso a isto” (BARTHEL, 2015, p. 64).

Correia (2008) em seu trabalho, faz ressalvas sobre o emprego do termo *Art Déco* para representar um estilo arquitetônico. Primeiramente, considera que essa vertente arquitetônica abrange uma série de formas, e com isso, várias edificações possuem tendências em Art Déco, mas ao mesmo tempo de outras linguagens arquitetônicas (neoclássica, eclética, moderna etc.). Portanto, não raro, edificações que seguem uma determinada linguagem “em termos de materiais, técnicas construtivas, implantação, programa e organização dos espaços internos – têm uma fachada com ornamentação de viés Art Déco” (CORREIA, 2008, p. 48).

Nota-se que, no Brasil, há uma variedade de expressões empregadas para designar o que usualmente se considera como art déco. (...) Portanto, há prédios que apresentam tendências déco que também podem ter aspectos importante remetendo a outras arquiteturas: à

colonial (sobretudo no caso de moradias unifamiliares); à composição clássica (sobretudo no caso de prédios institucionais); ou à linguagem moderna (sobretudo no caso de prédios comerciais e de apartamentos). (CORREIA, 2008, p. 48).

A autora ainda menciona o fato de que se propagou o uso do termo *protomoderno* para representar construções associadas ao art déco, entre as décadas de 1930 e 1940. No entanto, é preciso considerar que apesar de tal denominação induzir a uma linha que antecede à arquitetura Moderna, as duas vertentes arquitetônicas ocorreram de forma simultânea durante algum tempo, o que valida o termo Art Déco como o mais coerente para simbolizar o período aqui estudado.

Diante das imprecisões das denominações alternativas, a nosso ver, Art déco – apesar de suas limitações – ainda se coloca como o termo mais apropriado e abrangente para categorizar uma determinada tendência de arquitetura que se difunde no país entre a década de 1930 e meados dos anos 1950, na medida em que dá conta de características relevantes dessa produção e está claramente vinculado a um período específico. (CORREIA, 2008, p. 49).

Segundo Cavalcanti (1996), a partir da década de 1930s edifícios públicos brasileiros, como correios, escolas, cinemas, rádios, entre outros, adotam a nova tendência em Art Déco. Somado a isso, houve a grande divulgação da vertente arquitetônica através dos meios de comunicação de massa (jornais, revistas, filmes, etc.). Tais aspectos deram grande impulso na popularização dessa expressão arquitetônica entre todas as classes sociais, inclusive as populares.

Esse primou pela economia de ornamentos, pelo tratamento superficial das fachadas e pela simplicidade construtiva. O uso de

listras, disposição simétrica, elementos geométricos em baixo e alto relevo, esquinas e cantos arredondados, letreiros incorporados à composição geral do edifício, sacadas, marquises sobre janelas e acessos, planos escalonados em platibandas e marcando a verticalidade dos prédios foram os recursos mais utilizados na produção local, tanto por arquitetos, desenhistas e engenheiros quanto por pedreiros e mestres-de-obras em expressões mais populares e de baixo custo. (QUEIROZ, 2011, p. 116).

Lia Mônica Rossi foi uma das primeiras pesquisadoras a associar a produção popular com o viés Art Déco, ainda na década de 1990, publicando uma série de artigos nas décadas seguintes. A essa combinação ela deu o nome de Art Déco Sertanejo.

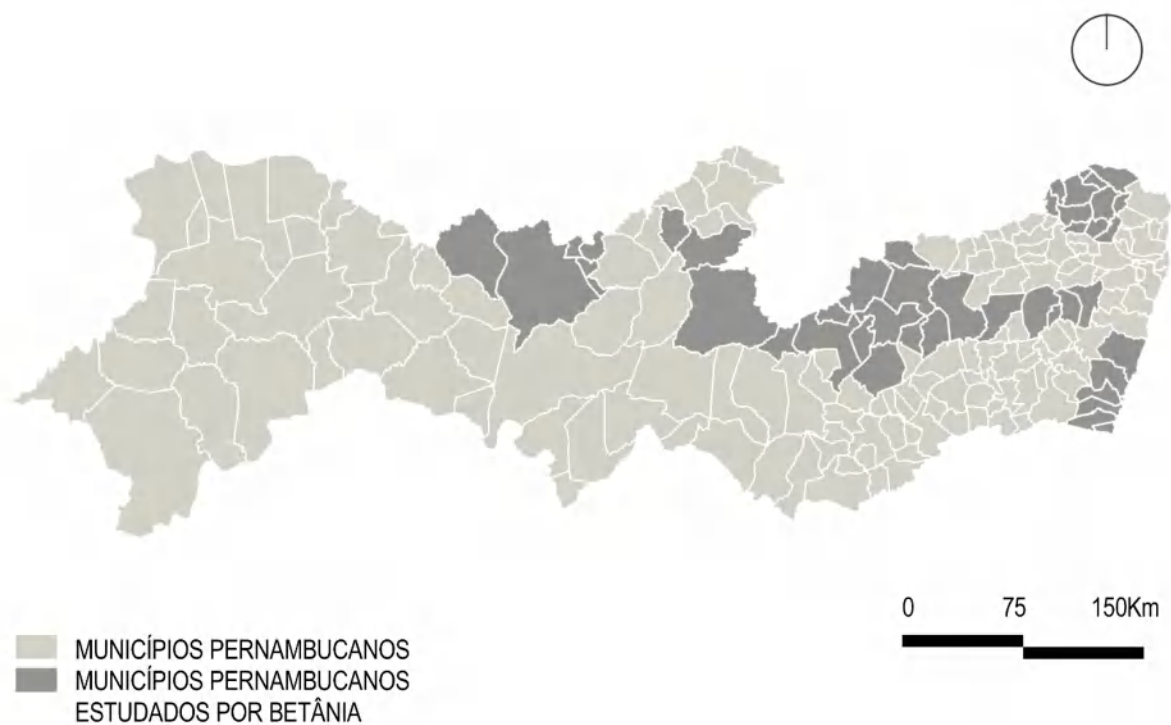
Mas, por que sertanejo? Sertão, região geográfica nordestina, vizinha do Agreste e do Cariri, vem do colonial português deserto, região afastada dos centros urbanos, o interior de um país ou região, distante, com pouca civilização. Como nós o vemos, para além de suas definições geográficas, precisas ou não, Sertão é também um lugar poético. Tanto pode expressar a imensidão solitária e descampada do semiárido, quanto um pedaço de terra da memória afetiva, o meu sertão. São esses tantos Sertões do real e do imaginário que nos inspiraram ao batizar de Sertanejo o art déco não consignado das fachadas populares nordestinas. (ROSSI, 2010, p. 28).

Apesar de compreender a intenção singela do adjetivo “sertanejo”, é preciso deixar claro que tal colocação pode induzir a ideia errônea de que a tipologia construtiva estudada só é desenvolvida no Sertão nordestino. Ademais, levanta-se a questão de que para a autora não há distinção entre o Art Déco produzido por técnicos e pelos construtores populares, sendo todos classificados como *Sertanejo*.

Através das numerosas pesquisas de Betânia Uchoa Cavalcanti-Brendle, explorando exemplares da arquitetura popular nas mesorregiões da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão pernambucanos, somadas aos inúmeros registros fotográficos em vários estados nordestinos, feitos por Anna Mariani (1987), percebe-se que a arquitetura popular com viés Art Déco não se restringe a uma única região. O termo escolhido para embasar o estudo será, portanto, o Art Déco Popular.

Arquitetura pitoresca, ingênua, humilde, kitsch, simples, rótulos que o preconceito de grande parte das elites brasileiras e suas de formações eruditas atribuem a arquitetura popular produzida pelas classes mais modestas da sociedade, ou seja, o povo. No interior da Zona da Mata, Agreste ou Sertão do Nordeste brasileiro descortina-se uma paisagem cultural única, independentemente das fronteiras geográficas, onde as pessoas ainda precisam e querem a beleza no seu cotidiano e onde o deleite estético é saboreado no geometrismo, jogo de cores e na poética das formas que compõem as fachadas de suas casas. (CAVALCANTI-BRENDLE, 2003, p. 54).

Mapa 1 – Municípios estudados no interior de Pernambuco por Cavalcanti (1995).



Fonte: Cavalcanti, 1995.

| A PAISAGEM DÉCO POPULAR

Quando as classes populares entram em contato com a arquitetura erudita, há uma reinterpretação dos elementos arquitetônicos, gerando uma forma de construir única. Cavalcanti-Brendle (2003), aborda que essa forma de fazer arquitetura pelo povo gera uma paisagem excêntrica e singular no interior nordestino.

A paisagem, então, feita de coisas e de pessoas, não reside apenas no objeto, nem tão somente no sujeito, mas da interação complexa entre eles, em diversas escalas de tempo e de espaço, implicando tanto uma instituição mental da realidade quanto a constituição materializada nas coisas (Berque, 1994, p. 24).

A paisagem urbana formada pelas fachadas coloridas do Art Déco Popular é entendida por Ariano Suassuna, no livro de Mariani (1987), “Pinturas e Plátibandas”, como um protesto contra a miséria e a monotonia:

Vi pela primeira vez que, coloridas como eram em amarelo-ocre, vermelho-sangue, azul-pavão, amarelo-ouro, verde-bandeira ou verde-lodo, e até no rosa ou roxo-púrpura que, antes, por preconceitos eu tivera tanta dificuldade em aceitar, aquelas casas, em sua maioria feitas de taipa rebocada e pintada, eram também jóias em ponto grande como as que eu sonhava, jóias que, em dados momentos, também rebrilhavam ao Sol de modo a que Deus as avistasse com alegria. (SUASSUNA, 1987, p. 7).

Azevedo (1991) indica que o estilo, muitas vezes, origina os núcleos centrais das cidades do Agreste e Sertão e pode ser encontrado com mais evidência nas áreas periféricas dos municípios da Zona da Mata. Apesar da distinção espacial, a autora afirma que o traçado urbano dos conjuntos de Arquitetura Popular com viés no Art Déco é bastante semelhante para as três mesorregiões.

Figura 3 – Exemplos de arquitetura déco popular. Serrinha, Bahia 1983.



Fonte: Mariani, 1987, p. 195.

As platibandas coloridas representam não só a aspiração pela modernidade, mas também, a essência de seus moradores. Em muitos casos, os frontões das residências são decorados com detalhes pessoais como nomes ou iniciais. Cria-se, com isso, um conjunto urbano repleto de identidade. Acerca da formação dessa paisagem peculiar e imbuída de cultura, Bezerra (2017) postula:

Compreende-se assim que a noção de paisagem abarca, além da imagem processada no pensamento humano, o mundo vivido, construído materialmente ao longo do tempo e experienciado pelos agrupamentos humanos, num estado de contínua transformação. (...) podemos pensar a

paisagem como uma inter-relação entre o que é humano e o que não é, ou seja, o inter-relacionamento e a interdependência que há entre os processos naturais e culturais, numa dinâmica constante. (CADERNOS DE ARQUITETURA E URBANISMO 2, 2017, p.36-37).

Figura 4 – Exemplar de arquitetura déco popular. Gravatá do Ibiapina, Pernambuco 2019.



Fonte: Acervo pessoal. Outubro de 2019.

A paisagem urbana é resultado de dimensões econômicas, sociais e culturais. Seu estudo mostra-se essencial, uma vez que explora a pluralidade de significados que uma sociedade imprime no meio em que vive.

Se me fosse pedido para definir o conceito de paisagem urbana, diria que um edifício é Arquitetura, mas dois edifícios já seria paisagem urbana, porque a relação entre dois edifícios próximos é suficiente para libertar a arte da paisagem urbana. As relações entre os edifícios, e o espaço entre eles, são questões que imediatamente se afiguram importantes. (CULLEN, 1983, p. 135).

Veras (2014), por fim, define a paisagem urbana a partir de cinco pontos, listando de maneira clara e direta tudo o que foi discutido até aqui.

- (1ª) A paisagem urbana é construída com valores subjetivos que a aproxima da arte;
- (2ª) Há na paisagem urbana uma “arte do relacionamento” entre todos os seus componentes;
- (3ª) A paisagem urbana também é construída pelo senso comum e lógico da vivência cotidiana;
- (4ª) A “arte do relacionamento” desperta “qualidades emotivas” que devem ser consideradas na percepção, análise e planejamento da paisagem urbana.
- (5ª) A paisagem urbana revela o planejamento do uso e da ocupação do solo e a legislação que regula o planejamento e modelagem a cidade do futuro. (VERAS, 2014, p. 116)

RUA
MARTINS DE CUENCA

RUA
DO COMMERÇIO



| O CASO DE GRAVATÁ DO IBIAPINA

| CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA

A história do distrito de Gravatá do Ibiapina está intrínseca às missões e às obras realizadas pelo Pe. Ibiapina ao longo do território nordestino. O presbítero possui uma trajetória marcada por “criar hábitos novos de comportamento, práticas associativas, uma religiosidade mais madura, junto com a estruturação de uma obra material. Tudo isso sem ferir o *ethos* cultural das populações visitadas” (DESROCHERS, 1984, p. 39).

Segundo (Desrochers, 1984), no século XVIII, as elites brasileiras, tanto as dos grandes centros urbanos como as agrárias, foram influenciadas pelas ideias liberais ocidentais, frutos da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. Segundo Victor (1995), era grande a agitação no Brasil, principalmente, em centros como Rio de Janeiro, Salvador, Minas e Pernambuco. O império português já não conseguia controlar a insatisfação das colônias e somava-se a isso o surgimento de uma elite pensante, que incentivava veementemente os projetos de independência do país. As vilas e municípios do interior do Nordeste não ficaram imunes a tais ideais.

Nos sertões do interior do território da colônia, as sobras da população indígena das “guerras justas” de extermínio, foram-se agrupando em aldeamentos que deram início as novas vilas. Uma nova sociedade foi-se formando, distante dos cânones e das ortodoxas estéticas das cidades de esplendor barroco do litoral, onde continuava assentada, a elite dos colonos, já bem instalada, dando continuidade ao sucesso da empreitada colonial. (VICTOR, 1995, p. 165-166).

Quando alcançada a independência, os assentamentos urbanos estruturados no litoral brasileiro, continuaram a seguir a política, a estética e a cultura emitidas no restante no país. A nova classe burguesa, contava com “a presença de padres seculares que lhes cobravam as posturas de elite, de fazedores da sociedade e de formadores de opinião, e que ainda formavam-lhes os filhos. Forneciam-lhes ainda, os meios de inserção na estrutura organizacional do Estado e da sociedade (...)” (VICTOR, 1995, p. 127).

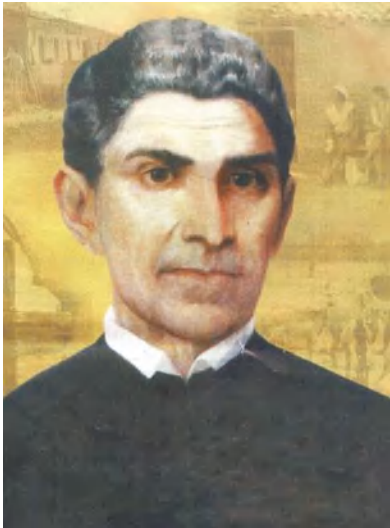
As localidades do interior do Nordeste, no entanto, devido as dificuldades econômicas e climáticas de seu cotidiano, precisaram criar métodos para se adaptar à realidade árida e sofrida. Resta a essa parcela da população sujeitar-se a máquina produtora de bens da elite.

Nessa encruzilhada de influências ocidentais, sobretudo oratorianas, e indígenas se situa a atividade missionária de Ibiapina. Não podemos dizer que este visava diretamente a transformação da sociedade nem a crítica direta do sistema social, mas ela apontou para diversos pontos particularmente doentios da mesma: o machismo e a irresponsabilidade sexual; a desagregação das estruturas da herança indígena; sobretudo a fome e a doença, consequências imediatas do sistema vigente. (HOORNAERT, 1981, p. 20)

José Antônio Pereira Ibiapina nasceu em 5 de agosto de 1806, no município de Sobral, Ceará. Formou-se em Direito pela Academia de Ciências Sociais de Olinda, em 1832, sendo nomeado professor de Direito Natural. Em 1834, é indicado à candidatura de deputado geral, pelo Partido Liberal do Ceará. Recebeu a maior votação entre os oito

selecionados para representar o estado cearense na Assembleia Legislativa Nacional. Devido a tantas responsabilidades e compromissos, seu noivado com a jovem Carolina Clarence é cancelado.

Figura 5 - Padre Ibiapina



Fonte: Gaspar, 2019

Em 1840, já findado o período de legislatura, cria morada em Recife, onde continua o estudo do Direito e o ofício de advogar. Após as mais diversas atuações profissionais, dos obstáculos pessoais que passara e do surgimento de um possível quadro de asma, em 1850, Ibiapina abandona a advocacia e vai em busca de um ambiente tranquilo para entrar em retiro. Nesse momento de reclusão, fica apenas na companhia de sua irmã caçula, Ana e a periódica visita do bispo Dom João da P. M.

Perdigão. É durante tal meditação que lhe é apresentada a vida religiosa, e em 03 de julho de 1853 é ordenado ao sacerdócio.

No dia 8 de dezembro de 1855, e por ocasião do primeiro aniversário da proclamação do dogma da Imaculada Conceição de Maria, o Padre Antônio Pereira de Ibiapina decide substituir o sobrenome Pereira pelo complemento de Maria em homenagem a mãe de Deus, passando a ser chamado de Padre José Antônio de Maria Ibiapina. (DA SILVA E PEREIRA FRANÇA, 2010. Pág. 40)

A partir de 1855 deu início a uma grande ação missionária pelo interior do Nordeste, evangelizando por quase 30 anos. Passou por cinco estados: Ceará, Pernambuco, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte, auxiliando núcleos habitacionais, constituindo e reinstituindo comunidades. Em meio ao panorama de fome, morte e moléstias, Ibiapina levava a oportunidade tangível de uma melhora das condições sociais.

A obra do padre-mestre, como era conhecido, perdura de 1855 à 1883, sendo marcada por epidemias de cólera, febre amarela, entre outras doenças, além dos grandes períodos de seca, “(...) dizimando a população e estabelecendo um quadro apocalíptico, comum às descrições dos períodos das pestes medievais, que não poupava nenhuma classe social, dado que, todo o contexto social vivia sob as mesmas condições sanitárias, e por se tratar de uma sociedade estruturalmente agrária, depender unicamente das condições climáticas, sucumbiam quase todos diante da tragédia.” (VICTOR, 1995, p. 136-137)

Segundo (Desrochers, 1984), Ibiapina construiu mais de vinte casas de caridade; inúmeros açudes, para amenizar os problemas causados pelas secas; cemitérios,

para enterrar as vítimas das epidemias; hospitais, para acolher os doentes; e igrejas, sempre buscando respeitar os valores do povo nordestino.

As casas de caridade eram construídas com o material disponível no local e a mão-de-obra se seus moradores, permitindo a criação de uma percepção sobre coletividade, além da diminuição das dependências econômicas externas. “O povo era então congregado para a construção de igrejas e capelas, carregando processionalmente pedras, tijolos, madeiras. O povo era arregimentado para construir em mutirão comunitário açudes, cisternas, estradas”. (DESROCHERS, 1984, p. 100-101)

Ibiapina é um agente de desenvolvimento sócio-cultural porque, a partir do profundo conhecimento da sociedade de sua época (...) foi capaz de detectar os fatores endógenos dessa civilização, capaz de promover a melhoria da vida das baixas camadas. (DESROCHERS, 1984, p. 115-116)

Silva e Pereira (2010) indicam que, em meados do século XIX, o padre chega ao interior de Pernambuco. Após eclodir uma epidemia de cólera, a região fica em situação alarmante e com um grande número de afetados. É em meio a esta crise que Ibiapina se dirige aos arredores do município de Taquaritinga do Norte para dar início as suas missões. Por volta de 1856, chega em Gravatá de Jaburu.

Nos seus primórdios a localidade era conhecida por Gravatá de Jaburu, nome originado da vegetação abundante de gravatás. Havia um rancho onde os tropeiros descansavam das longas viagens, à tarde numa das árvores pousava uma árvore – o jaburu. [...] O povoado foi crescendo e tornou-se o 2º distrito do Município de

Taquaritinga do Norte, pela lei municipal nº 17 de 20 de agosto de 1948. A Lei Municipal nº 366 de 17 de agosto de 1960 altera o nome de Gravatá de Jaburu para Gravatá de Ibiapina numa homenagem ao Padre Mestre, pelos relevantes serviços prestados à comunidade. (ARAÚJO et al, 1992, p. 38).

Ainda segundo Silva e Pereira (2010), a localidade era composta por um pequeno povoado com algumas moradias espalhadas. Contava, no entanto, com um bom fluxo de viajantes, sobretudo tropeiros, que peregrinavam com suas boiadas, cortando as terras do interior em busca de trocas comerciais. Diferente da antiga situação que originou o nome do povoado, atualmente é raro encontrar a árvore gravatá na região.

Não existem provas documentais, mas ao que tudo indica, essa rota de comércio foi, provavelmente, uma das razões que influenciaram o Pe. Ibiapina a instalar-se na localidade para a construção do primeiro hospital de Caridade na região.

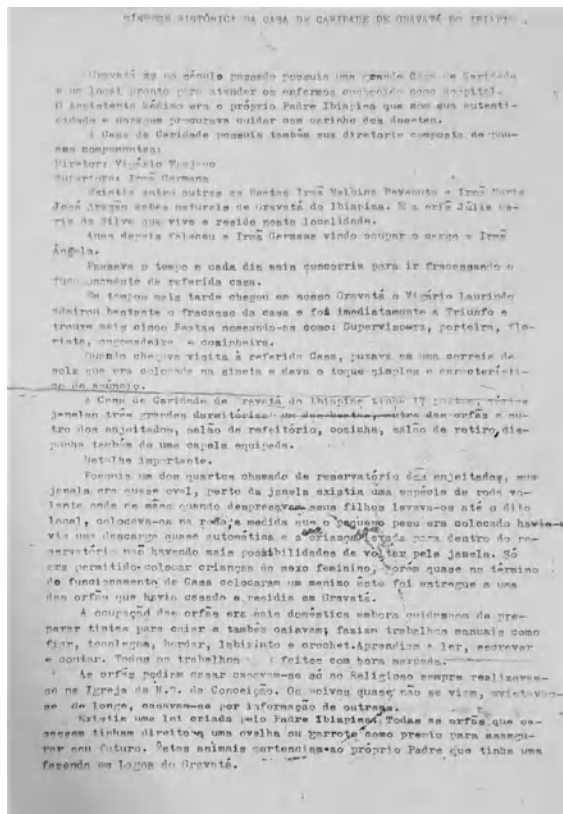
Entretanto, devido ao incremento do número de mortes causadas pela epidemia de cólera, muitas crianças ficaram órfãs, gerando a necessidade de readequar o centro de cuidados médicos à realidade local. A edificação torna-se, portanto, uma das primeiras Casas de Caridade do Nordeste, no ano de 1860.

É o marco inicial de um projeto religioso e, principalmente, social que buscava proporcionar inclusão aos esquecidos pelos poderes públicos. Só era permitida a adesão de crianças do sexo feminino, sendo desconhecido o destino dado aos meninos que perderam suas famílias. Nesses estabelecimentos, as meninas eram educadas até estarem prontas para o casamento. Recebiam ensinamentos como ler,

escrever, cultivar a terra, costurar, cozinhar, bordar e pintar. Conhecimentos, esses, que lhes permitiriam uma maior autossuficiência ao longo da vida.

[...] a Casa de Caridade de Gravatá do Jaburu tinha um convincente ambiente físico. Suas comodidades contavam de três grandes dormitórios para o descanso das órfãs, das beatas e do próprio Apóstolo do Nordeste quando retornava de suas viagens missionárias. [...] Um dos quartos que ficava bem na parte frontal da casa era chamado de reservatório das enjeitadas. Havia ali uma janela de madeira com uma roda giratória, onde eram colocadas as crianças quando abandonadas ou doadas pelas mães, contudo, nem todas as pequeninas eram desamparadas, havia aquelas que tinham perdido os pais na época do surto de cólera no agreste pernambucano. (SILVA E PEREIRA, 2010, Pág. 60).

Figura 6 - Síntese histórica da Casa de Caridade.



Fonte: Acervo de José Mendes de Carvalho. Sem data. Acessado em outubro de 2019.

Quando o padre faleceu, a casa de caridade de Gravata do Ibiapina ficou sob responsabilidade de sua irmã caçula, Ana Ibiapina, mais conhecida como Tia Aninha. As portas da construção fecharam por definitivo quando Ana também veio a óbito, sendo enterrada no primeiro cemitério do povoado gravataense.

Hoje não resta nenhum elemento da construção, que outrora foi tão significativa para a localidade. Alguns dos moradores mais velhos ainda conseguem indicar o terreno onde a construção foi estruturada no passado.

Figura 7 - Local da antiga Casa de Caridade.



Fonte: Acervo pessoal, outubro de 2019.

Também em 1860, outra obra de extrema importância construída pelo padre Ibiapina e pela comunidade, por meio dos mutirões, foi a Capela de Nossa Senhora da Conceição. É por meio dela, que a maioria dos habitantes locais expressa sua fé e se reconhece na história de Gravatá do Ibiapina.

A nave central, da atual Igreja, foi edificada nesse período, no entanto, não foram encontrados registros iconográficos ou relatos a respeito de reformas posteriores nesse espaço. Sabe-se, apenas, que foram implantadas duas torres laterais, sob o comando de Pe. Otto a partir da década de 1940.

Em frente à Igreja havia um cruzeiro de madeira construído por Ibiapina, que foi transferido, na década de 1950, para o topo da Rua Basílio de Queiroz, popularmente chamada de “Rua do Cruzeiro”. A Cruz fica ao lado de uma gruta em homenagem a Nossa Senhora de Lourdes.

Figura 8 – Cruzeiro, Gravatá do Ibiapina, 2019.



Fonte: Acervo pessoal, novembro de 2019.

Ainda na mesma década, foi edificado o primeiro cemitério de Gravatá do Ibiapina. Silva e Pereira (2010) descrevem que esta construção foi desenvolvida, para sepultar as vítimas da epidemia de cólera. Recentemente, o poder público edificou um anexo à antiga construção. E embora frontalmente, a obra aparente ser uma única

composição, os espaços são bem delimitados na memória da população. Há o cemitério “Antigo”, feito por Ibiapina, e o “Novo”, construído por ordem do local.

Figura 9 - Cemitérios de Gravatá do Ibiapina. Porta à esquerda: Antigo cemitério. Porta à direita: Novo cemitério.



Fonte: Acervo pessoal, novembro de 2019.

Em 1873, à direita da Capela de Nossa Senhora da Conceição, Ibiapina constrói o “Açude do Gado”, visando amenizar o problema da seca. O açude era utilizado para uma série de atividades. Além de tomar banho, lavar roupa e cuidados com os animais, a população utilizava a água para consumo próprio.

O açude do gado era a alegria do povo quando enchia naquela época. Todas as crianças e homens tomando banho, as mulheres lavando roupa no sangradouro do açude, era lindo de se ver! (H07, 80 anos. Entrevista realizada em 13 de setembro de 2019)

Figura 10 – Açude do Gado. Gravatá do Ibiapina.



Fonte: Acervo de Maria das Neves Ferreira. Sem data. Acessado em novembro de 2019.

O trabalho realizado por Ibiapina no distrito gravataense foi o que impulsionou seu desenvolvimento nos anos seguintes. As medidas para amenizar as consequências da seca, da cólera e dos problemas sociais encontrados, deram uma nova chance de estruturação à localidade. Apesar do imenso trabalho realizado em Pernambuco, é na

Paraíba que passa seus últimos momentos, falecendo em 1883, no município de Solânea.

E essa ação do missionário era tanto mais questionadora quanto mais ela respeitava os valores autênticos do povo: a cultura do nordestino, suas expressões religiosas, seu jeito de organizar a vida consagrada, enfim, sua capacidade de ser protagonista da própria história no aprendizado e na prática de pequenos projetos populares, realizadas em mutirão. (DESROCHERS, 1984, p. 7)

Outra figura de grande importância na história de Gravatá do Ibiapina foi o Padre Otto Sailer. Nascido na Alemanha, transferiu-se para o Brasil aos trinta anos, mais precisamente para Pernambuco. Esteve à frente da paróquia de Santo Amaro, em Taquaritinga do Norte, entre os anos de 1940-1945 e de 1947-1960. Durante o intervalo comandou a paróquia do município de Surubim.

Figura 11 - Padre Otto Sailer.



Fonte: Especial..., 2019.

Pe. Otto realizou uma grande reforma na Capela de Nossa Senhora da Conceição, por meio de mutirões com a população local, assim como fez Ibiapina. Ele pregava que o trabalho coletivo despertava o compromisso social entre as pessoas. O sacerdote foi o próprio projetista da construção, estando em todos os momentos à frente da obra, iniciada aproximadamente na década de 1940.

Eu nasci em 1944 e só tinha uma torre, pelo que diziam. Aí que eu lembre em 1950 já tinha as duas torres. O Padre Otto chegou aqui

perto de 1940 e saiu 20 anos depois. Ele dizia: eu só saio daqui em janeiro de 1960, no centenário de Gravatá. Ele com o povo que construiu com mutirão, carregando tijolo aqui do cacimbão. Se você não podia levar quatro ou cinco, você carregava dois, e saía em procissão. Eu lembro muito quando foi colocado aquele piso da igreja, o mosaico. Ali pra baixo, pro lado de Carpina, de Nazaré da Mata, tinha muita fábrica desses granitos. (M23, 75 anos. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2019)

Foram edificadas as duas torres da Igreja, as naves laterais e o forro de madeira, além da colocação do piso de mosaico. O templo religioso, com referências barrocas e neoclássicas, simultaneamente, conta com imagens talhadas em madeira e é dedicado a mãe da Conceição, por escolha de seu fundador, Pe. Ibiapina, em 1860.

Figura 12 - Interior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: À esquerda, acervo de José Mendes de Carvalho, 1990. À direita Cristiana Oliveira Mendes, 2017.

O presbítero só deixou a comunidade no ano de 1960 após a comemoração do centenário da construção da capela. Colaborou para o desenvolvimento de uma rotina mais dinâmica para os habitantes do povoado gravataense, redescobrando as formas que estavam se perdendo com o tempo. Não foram feitas apenas reformas arquitetônicas, mas também culturais e sociais.

Cada reforma deixou transparecer as antigas formas. Com elas vieram à tona os detalhes culturais de um povo que andava morbidamente desfigurado. O contorno estrutural da igreja e suas necessidades primas facilitaram um novo olhar mais acentuado que conseguiu ver e entender a nova transparência apresentada pela igreja a seus devotos, causando neles o gosto comunitário pelo cuidado por seu “ethos”, ou seja, por sua casa/moradia social. (SILVA E FRANÇA, 2010)

Figura 13 - Procissão da primeira eucaristia, durante o centenário de 1960. Pe. Otto no centro da imagem.

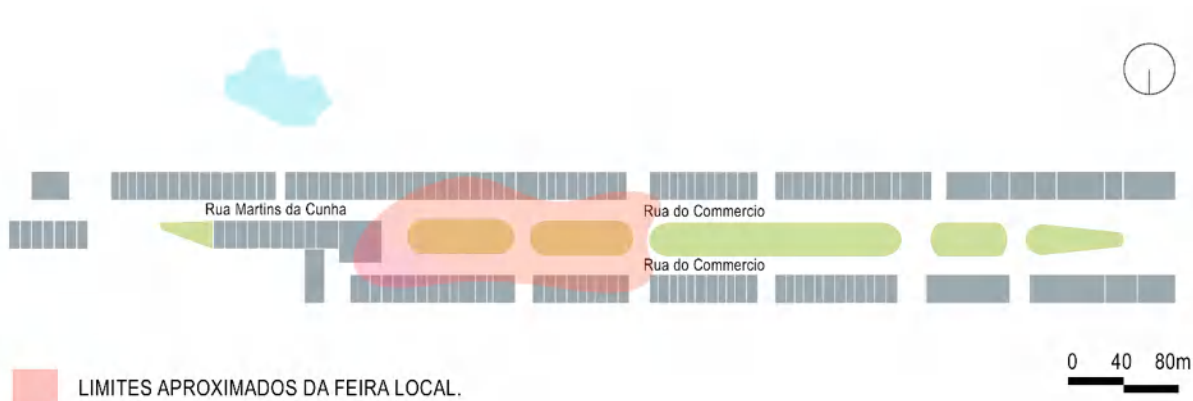


Fonte: Acervo de Júlia Pereira. Aproximadamente na década de 1960. Acessado em novembro de 2019.

Um elemento que atualmente não participa da dinâmica gravataense, mas outrora foi extremamente marcante, é a feira local. O comércio era um dos mais conhecidos da região, acontecia sempre as sextas-feiras e atraía pessoas dos mais diversos lugares.

Eram negociados alimentos, calçados, tecidos e objetos variados. Localizava-se na Rua do Comercio, partindo da Igreja até a casa do vereador José Pereira, aproximadamente (Mapa 2).

Mapa 2 - Simulação do trecho onde ocorria a feira local.



Fonte: Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte, 2008. Mapa editado pela autora, novembro de 2019.

Como dito por Silva e Pereira (2010), não se sabe ao certo quando foi seu início, mas por volta de 1970 estava chegando ao fim. Além desta, havia também uma feira de animais, em terrenos localizados próximos ao antigo cemitério. Era possível encontrar

currais com cavalos, ovelhas, bodes, gado, entre outros bichos, disponíveis para negócio.

Figura 14 - Pequeno trecho da feira local.



Fonte: Acervo de Júlia Pereira. Sem data. Acessado em novembro de 2019.

Era muito grande a feira daqui. (...) Aí vinham as frutas de Taquaritinga pra vender, tinha as panelas de barro. Lá em cima tinha como se fossem duas ruas, uma de um lado, outra de outro, aí a gente chamava de “as miudezas”, era onde vendia linha, botões, essas coisas. E no meio era carne de charque, alumínio, sorvete daqueles “roc-roc”.

Vinha muita gente de fora. Vinham 3 caminhões com gente de Toritama, do Riacho de Santo Antônio, de Alcantil, de Surubim, Paraíba e outros cantos. Vinham vender feijão, farinha, cereais, essas coisas. Era toda sexta-feira. (M23, 75 anos. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2019)

Uma outra fonte de comércio que completava a variedade da feira local, vendendo os mais diversos tipos de carne, era o antigo Açougue. Atualmente o local, que é conhecido como Mercado Público, só serve para jogos de dominó à noite e como depósito de água. Carros pipas abastecem uma cisterna localizada na parte posterior do edifício e os moradores que necessitarem, podem fazer retirada da água em baldes, galões ou latas.

A obra foi edificada em meados de 1950, no último mandato do prefeito norte-taquaritinguense Severino Cordeiro de Arruda³. A antiga fachada do estabelecimento que seguia a linguagem Art Déco, após algumas reformas, perdeu o recorte da platibanda e preserva apenas os traços mais retilíneos da composição (figura 15).

³ Os mandatos de Severino Cordeiro de Arruda no município de Taquaritinga do Norte ocorreram entre 1937-1945; 1946-1951 e 1955-1959.

Figura 15 - Antigo Mercado Público.



Fonte: Acervo de José Gomes. Sem data. Acessado em novembro de 2019. Figura editada pela autora em novembro de 2019.

Figura 16 - Mercado Público José Pereira da Costa.



Fonte: Foto superior: (GRAVATÁ..., 2019). Sem data. Acessado em novembro de 2019. Foto inferior: Acervo pessoal. Novembro de 2019.

Também nessa época, o político mencionado dá as ordens para a construção do Antigo Grupo Rural, no distrito gravataense. O prédio com influências neocoloniais, que hoje está em desuso, funcionou por muito tempo como escola para os habitantes locais e de lugares circunvizinhos. Antes disso, a educação acontecia em casas alugadas no próprio povoado, onde professoras coordenavam turmas com faixas etárias diferentes em um único salão.

Figura 17 - Antigo Grupo Rural.



Fonte: Acervo Pessoal. Outubro de 2018.

Escolas: As salas tinham 20,30,40 alunos sem cadeira pra sentar. Era na base do tamborete, do banco. Os alunos eram de várias faixas etárias, todos misturados. Eu estudava com minha mãe, ela era professora municipal. As classes eram em casas, depois o município criou um grupo rural, há 50, 60 anos, que funcionava no antigo posto de saúde. Aí depois criaram a escola municipal. (H07, 80 anos. Entrevista realizada em 13 de setembro de 2019)

O Cacimbão, como ficou conhecida a cacimba pública, também foi erguido na mesma década. Atualmente, a área que abriga a mina de água está cercada dentro de um terreno particular. Foi apossado fora dos parâmetros legais, impedindo o usufruto da população.

Outro suporte de abastecimento de água para população foi o Açude novo. Instalado também nos anos de 1950, que desafogou, junto ao Cacimbão, o uso intenso que acontecia no Açude feito por Ibiapina.

Por meio dessa nova obra os moradores gravataenses tiveram acesso pela primeira vez à água encanada. Seu uso foi destinado as demandas pessoais, enquanto o outro açude foi direcionado aos gastos extras.

Temos dois açudes de médio porte, é o Açude do Gado e o Antigo Açude, construído por Pe. Ibiapina em 1875, e o açude novo, construído pelo governo do Estado há mais ou menos 40-50 anos. Faz quase 8 anos que não enchem. A gente espera que Deus mande água para saciar a sede dos animais. (H07, 80 anos. Entrevista realizada em 13 de setembro de 2019)

Figura 18 - Açude novo atualmente.



Fonte: Acervo pessoal. Novembro de 2019.

É durante o mandato Benedito Ernesto Silvano (1973-1976), que o Antigo Grupo Rural deixa de servir aos fins educacionais, e passa a ser utilizado como posto de saúde. O prefeito mencionado deu início à construção da Escola Municipal Padre Ibiapina. A fachada do edifício conta fortes referências modernas, e logo quando edificada, tinha grande destaque na paisagem gravataense, os muros baixos permitiam uma ampla visão da mesma (figura 19).

Figura 19 - Escola Municipal Padre Ibiapina.



Fonte: Acervo de Ângela Farias. Sem data. Acessado em novembro de 2019.

Acompanhei a construção da escola. Eu estudava antes no grupo perto da casa de sr. Gabriel. Depois estudei em algumas casas na rua que eles alugavam. No lugar da escola, antes tinha um posto de saúde, que o Estado começou a fazer e abandonou depois, aí demoliram e fizeram a escola em cima. O prefeito da época era Benedito Ernesto Silvano, que antes foi gerente de uma das maiores algodozeiras que pertencia a sr. Pereira. Se não me engano comprava 90% do algodão do Rio Grande do Norte e da Paraíba na época. (H06, 56 anos. Entrevista realizada em 11 de setembro de 2019)

Figura 20 - Escola Municipal Padre Ibiapina.



Fonte: Acervo de Ângela Farias. 1979.

No ano de 2017, foi instalada a nova quadra poliesportiva do colégio, em uma linguagem contemporânea, a construção destaca-se na paisagem, ao mesmo tempo em que esconde toda a fachada da instituição educacional. Os muros altos, erguidos em prol da segurança, também contribuem para clausura do ambiente.

Figura 21 - Quadra Poliesportiva da Escola Municipal Padre Ibiapina.



Fonte: Primeira foto: (Obra..., 2019). Sem data. Acessado em novembro de 2019. Segunda foto: Acervo pessoal. Dezembro de 2018.

Em frente à escola do distrito, localiza-se a atual sede da Sociedade Musical Padre Ibiapina. O grupo, iniciado em março de 1919, completou este ano seu centenário de fundação. Em marcha, músicos de diversas épocas e fases da Banda Marcial participaram do evento.

Figura 22 - Sociedade Musical Padre Ibiapina.



Fonte: Primeira foto: Acervo de José Gomes, sem data, acessado em novembro de 2019. Sociedade Musical Padre Ibiapina. Segunda foto: Acervo pessoal, setembro de 2018.

Em março de 1962, sobre a coordenação do presidente da sociedade musical na época, Artur Xavier da Cunha, tem-se início a construção da sede oficial do grupo. O clube recreativo, como é conhecido, teve sua primeira festa realizada no dia 23 de junho de 1963. Assim como a instituição educacional, antigamente era cercado por uma baixa mureta (figura 23) que dava visão direta para rua.

Figura 23 - Sede da Sociedade Musical Padre Ibiapina ao fundo da imagem.



Fonte: Primeira foto: Acervo de Ângela Farias. Sem data. Acessado em novembro de 2019. Segunda foto: Acervo pessoal. Dezembro de 2018.

Figura 24 - Painel de fotos da sede da Sociedade Musical Padre Ibiapina.



Fonte: Fotos superiores: Acervo de Ângela Farias. Sem data. Acessado em novembro de 2019. Foto inferior: Acervo pessoal. Junho de 2018.

Há aproximadamente 40 anos, chegava em Gravatá do Ibiapina a telefonia. O posto telefônico passou por algumas residências até se fixar por definitivo em uma (figura

25), todas localizadas na Rua do Comercio. O estabelecimento contava com três cabines telefônicas, ocupadas por telefonistas que recebiam, encaminhavam e passavam as ligações para os moradores locais. Como descrito por M23:

Lá tinha um quarto, aí isolaram e colocaram o telefone. Eu ligava, e as outras duas que trabalhavam no telefone também, pra Taquaritinga, pra central. Aí as meninas de Taquaritinga completavam pra Caruaru, e quando vinha de Caruaru já vinha direto. Lá no telefone você vinha, pedia a ligação, dava o número, aí discava pra Taquaritinga, aí elas passavam. Aí depois discava novamente e elas notavam a conta, aí no fim do mês a gente prestava conta. (M23, 75 anos. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2019)

Com o tempo, a era do telefone de cabine deu lugar aos orelhões. Existiam alguns espalhados pelo distrito e as ligações eram feitas por meio de cartões telefônicos. Hoje, apenas um resiste e está localizado em frente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

A edificação que abrigava o posto telefônico antigamente, funcionou recentemente como posto policial, durante os dois mandatos do prefeito José Evilásio de Araújo (2008-2016). Na atual gestão, no entanto, funciona apenas como depósito de bens da prefeitura.

Figura 25 - Pannel de fotos do posto de serviço gravataense.



Fonte: Foto superior: (Gravatá..., 2019). Sem data. Acessado em novembro de 2019. Foto inferior: Acervo pessoal. Novembro de 2018.

Quanto aos espaços públicos, durante o mandato do prefeito Antônio Barbosa, mais conhecido por Coronel Lucena, de 1969 a 1973, houve a construção do calçamento da Rua do Comercio. O distrito que antes só contava com o piso de terra e algumas delimitações simples de canteiros, tem sua paisagem reformulada.

Figura 26 - Pannel da construção do calçamento de Gravatá do Ibiapina, durante o mandato do prefeito Antônio Barbosa, mais conhecido Coronel Lucena, de 1969 a 1973.



Fonte: Acervo de Rita de Cássia Barbosa Ferreira. Acessado em junho de 2018.

É também sob o comando Coronel Lucena que foram instalados os primeiros postes públicos. Os elementos de iluminação eram feitos com base de cimento e o ponto de luz no topo. A energia provinha da usina de Paulo Afonso.

Figura 27 - Instalação dos primeiros postes públicos.



Fonte: Acervo de Betânia de Carvalho. Sem data. Acessado em fevereiro de 2019.

Antes disso, a iluminação da comunidade, que durante muito tempo se deu por meio de velas e candeeiros, passou a ser fornecida por um motor à diesel, pertencente ao Sr. José Pereira, um importante comerciante do local. Um fio condutor passava linearmente em frente as casas, e por meio dele os moradores conseguiam puxar energia para consumo próprio. Havia uma rede para abastecer cada fileira contínua de moradias. O sistema lembra as gambiarras utilizadas até hoje para iluminar os dias de festa no distrito. Anos depois, a prefeitura investiu em outro motor, mais potente.

Havia uma casa destinada ao resguardo de tais motores. Esta edificação localiza-se na Rua Paulo Pessoa Guerra, nome dado em homenagem ao governador que facilitou o processo de chegada da energia de Paulo Afonso, junto ao Coronel Lucena. Os postes atuais, da comunidade, foram implantados no mandato do prefeito Jânio Arruda, na década de 1990.

A iluminação não tinha, né. Era só candeeiro de querosene na minha infância. Aí em um determinado tempo, não lembro em que ano foi, papai botou um motor aqui. Ele foi quem primeiro botou energia aqui. Vendeu umas vaquinhas, comprou o motor e botou. Aí era assim, ligava às seis horas da noite todo dia, era um motor a explosão, eles puxavam uma corda, aí as nove horas dava um sinal que era para apagar e não gastar muito. Aí ele conservou um bom tempo até aparecer um outro da prefeitura, que já foi melhor, a iluminação já era melhor. Aí após a prefeitura veio a energia de Paulo Afonso. (M23, 75 anos. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2019)

Figura 28 - Antiga casa do motor à diesel.



Fonte: Acervo pessoal. Outubro de 2019.

A primeira praça edificada no distrito gravataense foi a Praça Nossa Senhora da Conceição, localizada na Rua do Comercio, em frente à Igreja Nossa Senhora da Conceição. Inaugurada em 26 de setembro de 1992, na administração do prefeito Jânio Arruda, é palco das mais diversas atividades culturais, religiosas, políticas e sociais, como será visto mais adiante.

Outro espaço público muito utilizado pela população gravataense, localiza-se na Rua Martins da Cunha, é a Praça Josefina Martins da Cunha, inaugurada em dezembro de 2003, na administração do prefeito José Pereira Feitosa. Nesse espaço é comum encontrar crianças brincando, idosos descansando e moradores conversando.

Figura 29 - Praça Josefina Martins da Cunha.



Fonte: Acervo pessoal. Novembro de 2019.

Figura 30 - Paineis do antes e depois da paisagem urbana, na qual, a Praça Josefina Martins da Cunha está inserida atualmente.



Fonte: Primeira foto: Acervo de Maria das Neves Ferreira, foto tirada aproximadamente há 35 anos, acessada em outubro de 2019. Segunda foto: Acervo pessoal. Novembro de 2019.

| DINÂMICA URBANA

O objeto de estudo do presente artigo é o conjunto arquitetônico edificado na Rua do Comercio e na Rua Martins da Cunha, localizadas no distrito de Gravatá do Ibiapina. O lugarejo pertence ao município pernambucano de Taquaritinga do Norte, cenário de homens como Severino Pereira, um dos pioneiros da industrialização brasileira no século XX, como colocado por Brito (2018).

Além do distrito mencionado, a trama urbana taquaritinguense conta com a sede municipal, o distrito de Pão de Açúcar e uma numerosa rede de povoados e pequenos vilarejos.

Segundo Araújo et al. (1992), Gravatá do Ibiapina cresceu e tornou-se o segundo distrito da cidade, pela Lei Municipal nº 17, de 20 de agosto de 1948. Situa-se na Mesorregião do Agreste de Pernambuco, mais precisamente na Microrregião do Alto Capibaribe.

A Vila histórica, como foi denominada no Plano Diretor vigente (2006), conta com 363 casas registradas legalmente. A Tributação Municipal estima uma média de 4 habitantes por moradia, o que implica em aproximadamente 1452 habitantes “oficiais”. Apesar dos dados fornecidos em dezembro de 2018 pela atual gestão política, quando consideradas as construções não regularizadas, o número de residentes é muito maior do que o estipulado pelos órgãos públicos.

Figura 31 - Localização do objeto de estudo.



Fonte: Acervo Pessoal. Referência ilustrativa sem escala.

Voltando-se para os logradouros delimitados como objeto de estudo, a Rua do Comercio localiza-se no centro de Gravatá do Ibiapina e recebeu este nome por abrigar os primeiros comércios e serviços locais.

Figura 32 - Rua do Commercio, ainda sem calçamento ou praças.



Fonte: Acervo de Júlia França. Não se sabe a data exata, mas como a Igreja já conta com as duas torres, a foto foi tirada após a década de 1950. Acessado em novembro de 2019.

Antigamente, além das residências, haviam farmácias, hotéis, bodegas ou vendas⁴, lojas de calçados e alpercatas, galpões com algodão e couro, entre outras variedades. Segundo Silva e Pereira (2010), o distrito contava com cerca de 15 casas comerciais, que eram conhecidas pelos nomes de seus proprietários.

Figura 33 - Painel com anotações de José Mendes de Carvalho. Constan na imagem: proprietários de antigas hotelarias do distrito, em seguida alguns dos barbeiros, e por fim, os comerciantes locais.

Hotéis Antigos

QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	CD	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
Dona		Mariquinha			
"		Mariquinha			
"		Chiquinha de vertentes			
Barbeiros Antigos					
Sr. Emília		Emília			
"		João Soares			
"		Be Barbeiro			
"		Amaro Leandro			
"		João Bento			
"		Machantes			
Sr. João Geminio		João Geminio			
"		João Geminio			
"		João Geminio, aventureiro			
"		Barbeiro, aventureiro			
"		Barbeiro do Agodão			

Comerciantes Ant.

Sr. Manuel Martins		Manuel Martins			
"		João Geminio			
"		João Neguinho			
"		Manoel Bizarra			
"		Manoel Bizarra, moc			
Sr. Amaro Gofolimo		Amaro Gofolimo			
"		Isaac Bizarra			
"		Rozendo Leandro			
"		Isaac Leandro			
"		João Geminio Inácio			
"		Antônio Inácio			

Fonte: Acervo de José Mendes de Carvalho. Sem data. Acessado em outubro de 2019.

⁴ Estabelecimentos comerciais.

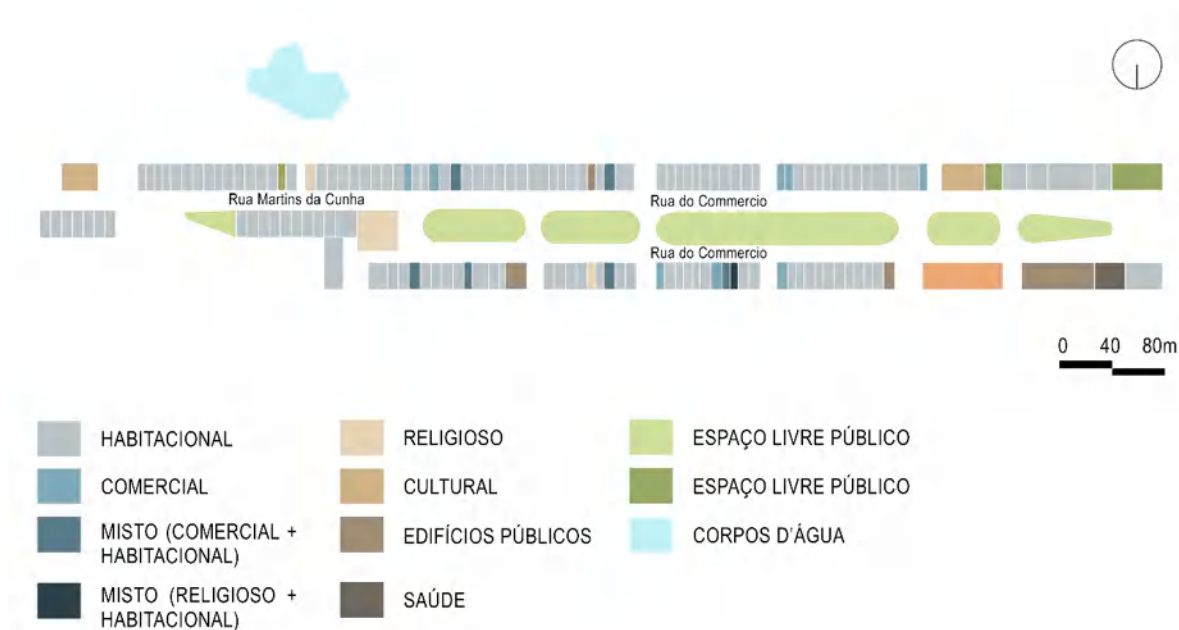
Figura 34 - Rua do Comercio.



Fonte: Acervo pessoal. Maio de 2019.

O logradouro mencionado ainda hoje conta com alguns pontos comerciais, mas em número mais reduzido (mapa 3). Após o crescimento da malha urbana gravataense, surgiram demandas populacionais em outros setores, e isso, somado ao alto preço especulativo da área central, gerou uma descentralização dos serviços.

Mapa 3 - Uso das edificações do setor de interesse histórico de Gravatá do Ibiapina.



Fonte: Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte, 2008. Mapa editado pela autora, novembro de 2019.

A Rua Martins da Cunha, por sua vez, foi assim denominada em homenagem a uma tradicional família do distrito gravataense e é composta majoritariamente pelo uso residencial.

Figura 35 - Rua Martins da Cunha.



Fonte: Acervo pessoal. Outubro de 2019.

As ruas contêm traços particulares e peculiares que as tornam únicas. É nelas, principalmente, que se dá a convivência entre os moradores locais, seja pelos laços afetivos e familiares, seja pela recorrência de encontros, podendo “constituir-se em universos de sociabilidade” (NASCIMENTO, 2015, p. 53).

Apesar de contar com um bom número de moradores usufruindo do espaço frequentemente, a Rua Martins da Cunha, por ter uso predominante de residências, possui uma dinâmica mais restrita quando comparada ao restante da mancha histórica delimitada no plano diretor. É na Rua do Comercio, também conhecida como Centro do distrito gravataense, que ocorrem os principais acontecimentos sociais, religiosos e políticos.

Meu sogro contou que antes todos os jovens quando iam resolver coisas de documentação tinham que ir para Caruaru. Aí toda vez que alguém de Gravatá ia para lá, dizia que morava na Rua do Comercio. O rapaz da documentação que ‘tava’ atendendo um deles disse uma vez: “- Essa rua é muito grande, ‘né’?” E o jovem respondeu: “- É não moço, é que só tem ela”. (H06, 56 anos. Entrevista realizada em 11 de setembro de 2019)

Entre os dias 29 novembro e 8 de dezembro, anualmente, acontece a Festa de Nossa Senhora da Conceição, em homenagem à padroeira local. Cada noite festiva conta com numerosos noiteiros⁵, responsáveis pelo financiamento das celebrações religiosas. As ruas delimitadas nesse estudo recebem fileiras de gambiarras, deixando o ambiente mais animado e agradável. Esse tipo de iluminação é posto poucos dias antes do início do evento e retirado apenas após as comemorações de Natal e Ano Novo.

A festa antes já era grande, mas não era organizada como hoje. Essa área da gente era a mais próxima desses cantinhos menores com uma

⁵ Noiteiros são pessoas responsáveis pela organização e financiamento das novenas para a padroeira local. No caso de Gravatá do Ibiapina, eles se distribuem entre os dias 29 de novembro e 8 de dezembro.

festa religiosa conhecida. Vinha gente do Jerimum, Pedra Preta, Serra dos Bois, porque como não tinha igrejinha lá, aí aqui acolhia todo mundo. (M23, 75 anos. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2019)

Figura 36 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição em uma das noites de sua festa.



Fonte: Acervo de Ana Luiza. 06 de dezembro de 2018.

Figura 37- Vista de Gravatá do Ibiapina na Festa de Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Acervo de Joelson Braz. Sem data. Acessado em novembro de 2018.

Como a maior parcela da população municipal é católica, o evento é um marco expressivo de fé, acolhendo fiéis de diversos lugarejos e cidades circunvizinhas. Os

hábitos iniciados por Ibiapina e seus seguidores, perduram até os dias de hoje. Procissões.

Figura 38 - Painel de fotos dos fiéis, na festa da padroeira local, à espera da missa solene. Rua do Comercio, em frente à Igreja Matriz.



Fonte: Acervo pessoal. 8 de dezembro de 2018.

Figura 39 - Pannel de fotos dos fiéis, na missa solene para Nossa Senhora da Conceição. Rua do Commercio, em frente à Igreja Matriz.



Fonte: Foto superior: Acervo de Joelson Braz, 8 de dezembro de 2013. Foto inferior: Acervo pessoal, 8 de dezembro de 2018.

No último dia de festejos, às 5h da manhã ocorre a Alvorada. A Banda Musical, faz um percurso que sai tradicionalmente da Igreja Matriz, passando logo em seguida pela Rua Martins da Cunha, o restante do caminho fica a critério dos músicos que comandam a caminhada. A parada final, no entanto, se dá em frente à Sociedade Musical Padre Ibiapina. O trajeto repleto de melodias ocorre para anunciar a chegada do dia da padroeira.

Figura 40 - Músicos e moradores se organizando para o início da Alvorada.



Fonte: Acervo pessoal. 8 de dezembro de 2018.

Após a alvorada, é a vez da chegada dos caminhantes de Nossa Senhora da Conceição. A passeata sai da Igreja de Santo Amaro, em Taquaritinga do Norte e vai até a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Gravatá do Ibiapina. É um percurso de aproximadamente 13 km, trafegados a pé.

Figura 41 - Chegada da caminhada de Nossa Senhora da Conceição ao distrito gravataense.



Fonte: Prefeitura de Taquaritinga do Norte. 8 de dezembro de 2018.

À tarde, centenas de fiéis acompanham a procissão, cumprem suas promessas e renovam sua fé na santidade católica, relembrando. O andor é carregado nos ombros dos fiéis por todo o trajeto, que tem como ponto de partida e chegada a Igreja Matriz.

A pequena estrutura, que sustenta a imagem de Nossa Senhora da Conceição é feita por alguns moradores locais, que se preocupam em deixá-lo formoso e florido de forma diferente a cada ano.

Figura 42 - Pannel de fotos de procissões gravataenses em épocas diferentes.



Fonte: Foto preto e branca: Acervo de Leni Leandro, sem data. Fotos coloridas: Acervo de José Mendes de Carvalho, sem data. Acessadas em novembro de 2019.

A gente quando era pequeno, passava o ano todinho marcando o dia que ia chegar à festa, pra poder comprar um par de sapato novo, uma 'percata', uma camisa, pra vestir no dia 8. (H07, 80 anos. Entrevista realizada em 13 de setembro de 2019)

Além dos festejos em homenagem à padroeira, acontecem outras celebrações religiosas em Gravatá do Ibiapina. Quarenta dias após o carnaval, ocorre a Páscoa. São três, as principais procissões que se realizam durante esse período, a do Domingo de Ramos, a da Sexta-feira da Paixão e a do Sábado de Aleluia, nesta última os fiéis caminham com velas nas mãos.

Um outro costume local, é a montagem de um judas feito com panos e retalhos. A intenção é malhar o boneco até destruí-lo completamente, a prática começa na virada da sexta para o sábado pascoais.

Durante os trinta e um dias do mês Mariano, por sua vez, são realizados terços em diferentes casas de moradores do vilarejo, seguidos de pequenas procissões, em homenagem a Virgem Maria.

Sessenta dias após a Páscoa, ocorre a celebração de Corpus Christi. Nela, os fiéis católicos desenvolvem desenhos e pinturas religiosas em frente à Igreja Matriz e participam de uma missa solene à noite.

Figura 43 - Painel de fotos da procissão da Sexta-feira da Paixão, de uma das noites do mês mariano, e das gravuras feitas para o dia de Corpus Christi. Todas na Rua do Comercio.



Fonte: Acervo Pessoal. Fotos tiradas dia 19 de abril de 2019, 26 de maio de 2019 e 20 de junho de 2019, respectivamente.

Além da Igreja edificada por Ibiapina, existem duas instituições religiosas no distrito, ambas evangélicas. Seus eventos, no entanto, são mais resumidos, ocorrendo cultos externos esporadicamente. As edificações mencionadas foram construídas em lotes que antes abrigavam pequenas moradias.

Assim como o espaço, o tempo não se apresenta contínuo e homogêneo. Na vivência religiosa ele é constituído também de fragmentações: há o tempo das festas (geralmente festas periódicas) e o tempo profano. (NASCIMENTO, 2015, p. 67).

Até o final da década de 1990, os moradores realizavam na Rua do Comercio uma tradicional quadrilha no mês junino, com direito a palhoça e atrações artísticas. A festividade, foi reduzida a uma pequena comemoração cristã, em frente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, e atualmente se limita à queima de fogueiras na frente de algumas residências. Outras ruas, no entanto, seguem com a tradição dos festejos juninos repletos de danças e apresentações, como é o caso da “Quadrilha da Poeira”, que acontece na Rua Brasiliano de Queiroz.

Na minha época tinha muita festa. Cada rua se encarregava de sua quadrilha. Até final de 90 tinha na Rua do Comercio. Eu mesmo organizei algumas, mas depois foram diminuindo, até acabar. (H06, 56 anos. Entrevista realizada em 11 de setembro de 2019)

Figura 44 - Queima de fogueira na Rua do Comercio.



Fonte: Acervo Pessoal. 23 de junho de 2019.

Em setembro, para comemorar a independência do país, é realizado o desfile cívico. Alunos e composições musicais de povoados e cidades próximas comparecem ao evento, exibindo seus enredos para os moradores locais.

Figura 45 - Painel de fotos do desfile cívico na Rua do Comercio.



Fonte: Foto superior: Acervo de Ângela Maria, sem data. Foto inferior: Acervo Pessoal. Setembro de 2019.

A política local é muito acirrada e partidária, a bipolaridade entre o partido azul (Gravatinha) e o vermelho (Calabar), fica evidente durante o período eleitoral.

Diferente do que se via há dez anos, hoje, são poucas as pessoas que erguem bandeiras em suas casas, para representar o lado que apoiam. Comitês são instalados na Rua do Comercio, para dar suporte aos comícios, passeatas e carreatas realizadas.

Os comitês são sempre na Rua do Comercio, um do lado e o outro de outro, desde que eu lembro. No centro é mais fácil de juntar gente. (H06, 56 anos. Entrevista realizada em 11 de setembro de 2019)

Figura 46 - Período eleitoral, Rua do Comercio.



Fonte: Foto à esquerda: (Festa..., 2019). Setembro de 2016. Acessado em 12 de novembro de 2019. Foto à direita: outubro de 2018. Acervo de Hayllana Monique.

Os comportamentos dos gravataenses e os laços desenvolvidos física e emocionalmente contribuíram para a formação de uma paisagem urbana peculiar. Como posto por Lynch (1997), para que o todo seja compreendido, é preciso estudar cada uma de suas partes e as ligações entre elas. Sendo assim, uma imagem clara

de onde se habita é crucial para o desenvolvimento do ser e conseqüentemente de sua história.

Ainda segundo o autor, a clareza ou legibilidade de uma paisagem urbana remetem a facilidade de identificar e organizar as partes do todo de forma coerente. A imagem formada é resultado do que se sente no momento imediato somado as memórias do que já foi vivido, gerando interpretações e ações individuais para cada pessoa.

Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às sequências de elementos que a ele conduzem, à lembrança de experiências passadas. [...] Cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados. (LYNCH, 1997, p. 1).

O estudo sobre o distrito gravataense traz o patrimônio arquitetônico como representante valioso de um lugar imbuído de significados. Seu espaço urbano é palco das mais variadas vivências cotidianas, criando além de relações entre os indivíduos, relações de identidade, pertencimento e memórias. A partir disso, a memória do lugar pode ser definida como:

A permanência estabelecida de um lugar como um recipiente de experiências que contribuem tão poderosamente para a sua “memorabilidade” intrínseca. Uma memória alerta e viva se conecta espontaneamente com o lugar, encontrando nele características que favorecem e paralelam suas próprias atividades. Podemos até dizer que a memória é naturalmente orientada ao local ou, pelo menos, suportada pelo local. A memória de lugar encapsula a capacidade humana de se conectar com os ambientes naturais e construídos que

estão entrelaçados na paisagem cultural. É a chave do poder dos lugares históricos para ajudar os cidadãos a definir seu passado público: os lugares despertam lembranças para quem está dentro de casa, que compartilharam um passado comum, e ao mesmo tempo os lugares costumam representar passados compartilhados para pessoas de fora que possam estar interessadas em saber sobre eles no presente. (HAYDEN, 1995, p. 46)

Como visto por Nascimento (2015), em seu estudo na cidade de Quebrangulo e divergindo da tendência de crescimento da zona urbana de engolir a zona rural, em Gravatá do Ibiapina há uma mescla dos dois setores, não apenas espacialmente, mas também através de costumes e tradições.

Desta forma, a cidade pode ser apresentada como uma colcha de retalhos costurada por diferentes territorialidades que vivenciam o rural e o urbano simultaneamente. (NASCIMENTO, 2015, p. 56).

Hábitos como varrer a calçada pela manhã cedo, sentar nas praças no final da tarde para pegar vento⁶, ver o carroceiro trafegando pelas vias lentamente, deixar as crianças brincando e atualizar as conversas na frente das residências são típicos do cotidiano gravataense. “(...) o habitar parece se expandir da casa para o espaço urbano” (NASCIMENTO, 2015, p. 55).

⁶ Expressão utilizada para indicar que a pessoa vai para um espaço ventilado com o intuito de amenizar o calor.

Figura 47 - Painel de fotos da rotina dos moradores gravataenses.



Fonte: Acervo pessoal. Outubro e novembro de 2019, respectivamente.

Figura 48 - Painel mostrando hábitos dos moradores gravataenses.



Fonte: Acervo pessoal. Outubro de 2019.

| CASARIO

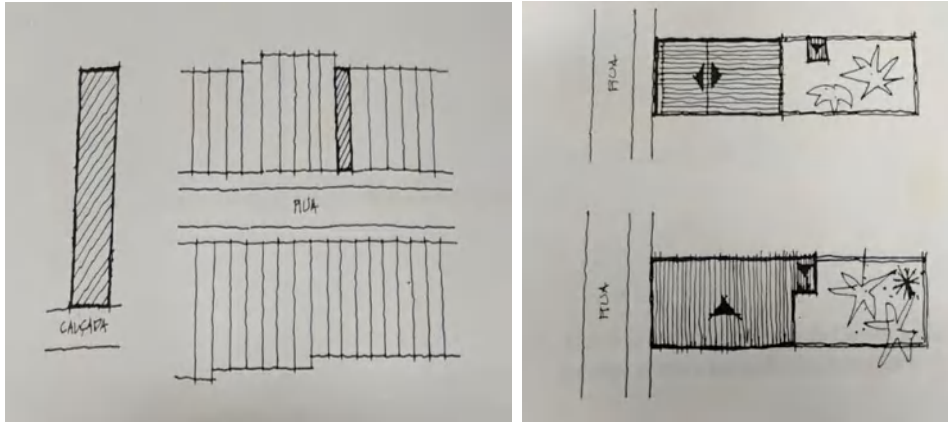
No interior de Pernambuco, usualmente, a malha urbana das cidades e vilas segue o padrão colonial, herdado do urbanismo medieval português, de ruas estreitas que acompanham o enfileiramento das construções, como mencionado nos estudos de Cavalcanti (1995). A autora ainda complementa que as edificações de maior interesse e concentração coletiva, como instituições religiosas e públicas ficam localizadas em posições de destaque no espaço urbano, em grande parte dos casos, ao redor de praças ou jardins públicos.

A arquitetura popular produzida pelo homem nordestino, e em particular pelo Pernambucano, segue o padrão morfológico dos primeiros anos da colonização portuguesa que é visível no traçado de vilas e cidades interioranas do estado, e uma ressonância tipológica no que diz respeito a ocupação do edifício dentro do lote e a massa construída. (CAVALCANTI, 1996, p. 37).

O casario possui majoritariamente lotes estreitos e compridos, como pode ser visto no esquema elaborado por Azevedo (1991) na figura 49. Nascimento (2015), propõe que essas moradias são uma forma importante de ver a cidade, uma vez que representam o registro construído do processo evolutivo da urbe.

Do ponto de vista arqueológico, consideram-se os edifícios como testemunhas de uma época passada, através do estilo, dos métodos de construção, dos traços e do material empregado (ORSER JR, 1992). Estes refletem as influências históricas e artísticas da sua época, mas refletem principalmente o pensamento da sociedade que os construiu. (CORREIA, 2008, p. 37).

Figura 49 – Pannel da estrutura dos lotes em relação ao terreno e à rua.



Fonte: Azevedo, 1991.

A paisagem urbana do conjunto arquitetônico gravataense é composta por um casario popular marcante a nível municipal, mas pouco conhecido no restante do estado. As obras desenvolvidas no vilarejo foram executadas por pedreiros, mestres de obras e até pelos próprios inquilinos das residências. Possuem atributos únicos e individuais que dignificam a identidade local.

Das 144 construções edificadas nas duas ruas analisadas nesse estudo, 82 são consideradas históricas pelo Plano de Diretor do município de Taquaritinga do Norte (2006). Em meio a tais edificações históricas, apenas quatro ainda possuem a data de construção em suas fachadas, sendo três delas de 1930, na Rua do Comercio e uma de 1929, na Rua Martins da Cunha.

Figura 50 - Painel de fotos das edificações com a data de construção.



Fonte: Foto superior: (INVENTÁRIO..., 2019). Acessado em 18 de novembro de 2019. Foto inferior: Acervo pessoal, novembro de 2019.

Poucos são os gravataenses nascidos antes das datas que decoram as fachadas das casas. Por conta disso, dificilmente sabe-se quem construiu a edificação. Os poucos que conhecem quem foram os construtores de tais obras, descobriram por meio de relatos dos antepassados.

Antes, nessas ruas laterais, existiam muitas casas de taipa, hoje não existe mais. Há 40 anos atrás ainda tinha, eram das pessoas mais humildes. Mas as casas da rua principal, desde que eu me lembro, já eram assim. (H07, 80 anos. Entrevista realizada em 13 de setembro de 2019)

Uma parcela da Rua do Comercio, segundo M23 (75 anos, 22 de outubro de 2019), foi toda construída pós década de 1950, período em que seu pai concluiu a construção da casa própria, fixando a família na Rua do Comercio. “Seu Zé Pereira”, como era conhecido, além do motor que fornecia energia para a vila inteira, possuía um comércio conhecido. Para os parâmetros da época, ele era um homem de posses.

A estabilidade financeira, permitiu que o morador gravataense construísse uma casa mais espaçosa, com recuos laterais e telhado de mais águas. A residência fica na esquina da rua, sendo à casa a sua esquerda, o antigo estabelecimento comercial, onde negociava suas mercadorias. (Figura 51).

Eu lembro da construção dessas casinhas tudinho. Gravatá era só até a casa de papai. A casa de Maria de Zito foi papai que construiu, depois que fez a dele, aí lá era o comércio de papai. Ele comprava algodão e pele de bode. Nós entramos nela no dia 30 de março de 1950. (M23, 75 anos. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2019)

Figura 51 - Painel de fotos da casa e do comércio de Seu Zé Pereira.



Fonte: Acervo pessoal. Novembro de 2019. As fotos foram tiradas com uma semana de diferença.

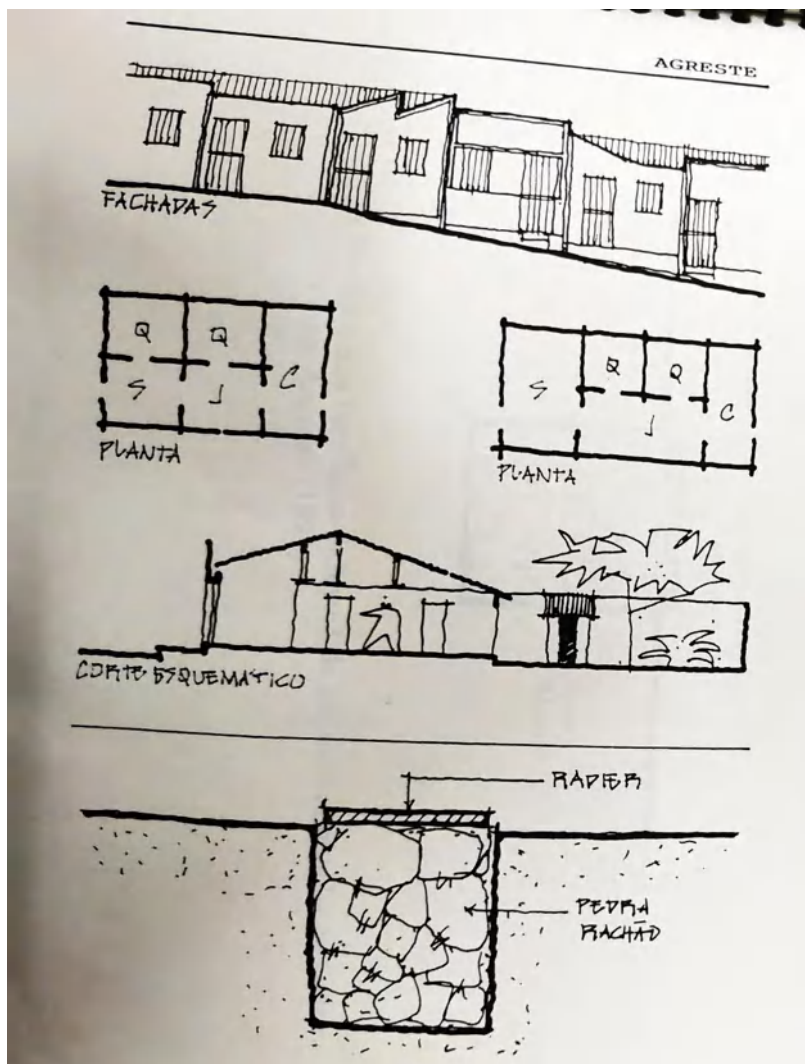
Em Gravatá do Ibiapina, quando vistas por dentro, a maioria das casas, inclusive das que reformaram apenas a fachada como forma de acompanhar os avanços locais, possui uma distribuição tradicional do espaço. Azevedo (1991) ilustra de forma clara na figura 52.

As moradias do conjunto arquitetônico estudado foram construídas em lotes estreitos, profundos e com ausência de recuos na frente e nas laterais. Apresentam-se “em geral geminadas e com fachada composta de porta, janela e platibanda” (NASCIMENTO, 2015, p. 15).

A autora ainda complementa, “O geminamento junto à sucessão de platibandas, fachadas e cumeeiras paralelas à rua vão compondo verdadeiros corredores de casas em fita” (NASCIMENTO, 2015, p. 77). Correia (2008) descreve que apesar das medidas singelas do lote, o ritmo e a continuidade das fachadas geram um efeito monumental ao conjunto.

Ainda como herança do modelo de implantação colonial, as residências possuem, portanto, uma relação direta com a rua, uma vez que não existem cercas ou muros envolvendo a fachada frontal.

Figura 52 - Esquema tipológico de layout no Agreste.



Fonte: Azevedo. 1991.

Quanto aos materiais de construção, a maioria das residências foi construída com tijolos de barro e telhas cerâmicas criadas por moradores locais, de forma manual, a partir da matéria disponível no próprio distrito. O reboco era feito com barro ou calça, um tipo de argamassa feita com água, cal e terra. Seja por estarem em reforma, por falta de zelo ou mesmo pelo efeito do tempo, algumas residências mostram quais materiais as compõem.

Tijolo de barro, eles mesmo batiam os tijolos. Onde é o clube era um buraco onde eles batiam as caieiras. Hoje vão pras cerâmicas, mas antes eles mesmos que botavam lenha. Chama-se o tijolo manual, que tem uma grade, aí nela eram colocados dois tijolos. Colocava o bolo de barro e passava a mão pra alisar. O povo de Seu Doro vivia de fazer tijolo pra vender. A estrutura do alicerce de muita casa aqui é o tijolo manual. (M23, 75 anos. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2019)

Figura 53 - Lista das pessoas que trabalhavam fazendo telhas e tijolos de barro antigamente.

Cerâmica de Dorot

Dr. Moisés Batista
 José Procopio
 Amaro Correia
 Sr. Doro Tijolo
 {Bim Procopio
 Amaro Procopio Telhas}

Fonte: Acervo de José Mendes de Carvalho. Sem data. Acessado em novembro de 2019.

Como mencionado anteriormente, até aproximadamente a década de 1950 eram pouquíssimas as casas construídas fora dos limites das duas ruas analisadas nessa pesquisa. Quando a malha urbana do distrito começou a espriar, as famílias com mais posses já estavam fixadas na área central, enquanto que as mais simples começavam o processo de habitação nos espaços adjacentes.

Essas novas construções, estruturadas na periferia do centro gravataense, eram feitas de taipa, por demandar menos tempo e menos recursos financeiros. A partir da década de 1980, o vereador do distrito, Dé Cumaru na época, com a mão-de-obra de dois pedreiros locais, começou o processo de reforma dessas casas, onde a taipa deu lugar aos tijolos cerâmicos.

As fachadas das residências, gradativamente, foram adquirindo novos materiais para revestir e fazer acabamentos, como dito por Nascimento (2015). Um exemplo recente é o uso de revestimentos cerâmicos, seja na parte inferior da fachada, seja nela completa. Na área estudada, essa troca acontece, em geral, por três razões:

1. Proporcionar uma aparência contemporânea a residência, e um consequente aumento do valor do imóvel, mesmo que isso acarrete a perda elementos identitários;

Figura 54 - Casa com revestimento cerâmico na fachada inteira.



Fonte: Acervo pessoal, outubro de 2018.

2. Evitar problemas de desgaste, muito comuns nas casas que foram rebocadas com barro ou calça no passado;

Figura 55 - Painel de fotos de uma residência com revestimento cerâmico parcial.



Fonte: Acervo Pessoal. Outubro de 2018 e novembro de 2019, respectivamente.

3. Facilidade na manutenção, uma vez que não será necessário o retoque da pintura.

Figura 56 - Comércio com revestimento cerâmico na fachada inteira.



Fonte: Foto superior: Acervo de Tatiana Leandro, foto tirada entre 2002 e 2003. Foto inferior: Acervo pessoal, outubro de 2018.

Dentre as moradias gravataenses, também se encontram aquelas que durante o processo de aplicação do revestimento cerâmico, e indo contra a tendência de padronização das fachadas, criaram formas de manter sua identidade. A residência a seguir, foi revestida há mais de 20 anos.

Figura 57 - Residência da Rua Martins da Cunha.



Fonte: Acervo pessoal. Novembro de 2019.

Algumas atualizações são mais pontuais, como no caso das esquadrias. Quando substituídas por modelos contemporâneos, sai a configuração da casinha “porta e janela” e entram elementos com vidro, ferro ou madeira personalizada.

Figura 58 - Residência da Rua do Comercio.



Fonte: Acervo pessoal. Novembro de 2019.

Outras edificações destacam-se no conjunto arquitetônico, não por suas características únicas, mas por romperem a continuidade e o ritmo do casario. A Rua do Comercio conta com três edificações que possuem pavimentos além do térreo, situação proibida, legalmente, como será visto mais para frente.

Figura 59 - Edifícios da Rua do Comercio.



Fonte: Acervo pessoal. Novembro de 2019.

Na Rua Martins da Cunha há um exemplar curioso. Os moradores da residência, com a necessidade de ampliação da moradia, mas com receio de comprometer os detalhes originais da construção, optaram por construir um segundo pavimento sobre o já existente, como pode ser visto na Figura 60.

Figura 60 - Sobrado na Rua Martins da Cunha.



Fonte: Acervo pessoal. Novembro de 2019.

Um outro artifício muito utilizado para transformar as fachadas das casas é o uso da cor. É costume antigo do distrito gravataense, a troca da cor de boa parte das fachadas, quando se aproxima a data da festa em prol da padroeira local, Nossa Senhora da Conceição. Em geral, cada morador opta por uma cor diferente das demais, proporcionando a dinamização da paisagem por meio da pintura.

Figura 61 - Moradores pintando a fachada de suas próprias casas.



Fonte: Acervo pessoal. Novembro de 2019.

Figura 62 - Pannel de fotos de uma casa antes e depois da renovação da pintura.



Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2019. Fotos tiradas em dias seguidos.

| PLATIBANDA

A platibanda é o elemento que compõe a parte superior da fachada das construções. Tem como função principal evitar a queda das águas da chuva direto nas calçadas. Não se exclui, no entanto, a intenção de proporcionar uma estética mais limpa para as construções. No estado de Pernambuco, começou a ser disseminada em Recife, na primeira metade do século 19, como colocado por Romani (2011).

Adornada por desenhos variados – rebuscados, ecléticos ou geométricos, dependendo da época em que foi erguida e do gosto do proprietário -, ela consiste numa faixa horizontal que emoldura a parte superior de uma edificação. Mas, ao contrário do que se pode imaginar, não tem como principal finalidade decorar, e, sim, evitar que as águas das chuvas caiam diretamente nas calçadas. Mecanismo engenhoso, a platibanda é utilizada para esconder a calha e para que a água corra lateralmente, evitando que as ruas fiquem encharcadas. (Romani, 2011, p. 24).

Ainda segundo Romani (2011), a adoção da platibanda em Recife tornou-se obrigatória, em 1830, a partir do Código de Postura aplicado em alguns bairros. Sua obrigatoriedade nacional, no entanto, se deu apenas a partir de 1886, com a criação do Código de Postura de São Paulo.

Com a abertura dos portos, ficou mais fácil importar equipamentos que permitissem a incorporação de novos elementos nos grandes centros urbanos. Quanto mais posses tivesse o proprietário da edificação, mais ornamentada a platibanda seria, permitindo a indicação do status social de seu dono. Por possuírem uma construção

relativamente simples, foram amplamente utilizadas, seja em construções suntuosas, seja nas construções populares.

As platibandas também ocuparam as fachadas das casas populares. As casinhas de porta e janela, geminadas, típicas da arquitetura colonial, bem próximas das ruas, ajudaram no fortalecimento dessa tendência. (...) É no interior do Nordeste, nos estados de Pernambuco, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte e Paraíba, em especial, que as platibandas populares não apenas se mantiveram, mas foram ganhando diferentes feições, adaptando-se às novas escolas artísticas e criando um acervo arquitetônico que chama a atenção de gente de todas as partes, embora ainda seja um aspecto pouco estudado em sua especificidade. (ROMANI, 2011, p. 25-26).

Romani (2011), descreve que a princípio as platibandas possuíam enfeites mais rebuscados, próprios das estéticas neoclassicista e eclética. Em seguida, passaram a se adaptar aos novos movimentos artísticos que surgiam, a exemplo do Art Déco. O Cubismo de Pablo Picasso no exterior e a Semana de Arte Moderna de 1922 aqui no Brasil, foram grandes influenciadoras para difusão de platibandas mais limpas, lineares e geométricas.

Mas é na década de 1930, com sua ideia de modernização que tal elemento construtivo será difundido potencialmente. Romani (2011), apresenta que nesse momento é onde ocorre a expansão do vocabulário dos pedreiros e mestres de obra que trabalhavam nos grandes centros urbanos. Logo em seguida, eles transportariam tais conhecimentos para as fachadas das casas interioranas. “Esses mestres trabalhavam de forma intuitiva, não tinham qualquer conhecimento artístico, mas

passaram a replicar as tendências que observavam na capital” (ROMANI, 2011, p. 27).

No interior de Pernambuco, seja no Agreste, no Sertão ou na Zona da Mata, é possível se deparar com consideráveis conjuntos em arquitetura popular. Arquitetura, esta, que faz uma releitura dos estilos tradicionais e os adapta para realidade do povo nordestino.

O artista-pedreiro-designer e “arquiteto popular” do Nordeste brasileiro é rebelde, despretensioso e puro. Não se limita a copiar a estética formalista dos estilos acadêmicos, não se corrompe esteticamente (...). Não absorve simplesmente os elementos externos de seu universo, mas os filtra e os reinterpreta contínua, crítica e livremente. A fachada de platibanda, bela em sua essência, está longe portanto de ser uma mimese ou uma repetitiva imitação de símbolos e cores desconhecidos do cotidiano do designer popular nordestino, que com orgulho e sem falsa modéstia, se considera, e é, um artista. (CAVALCANTI-BRENDLE, 2003, p. 61).

Figura 63 - Painel de fotos de uma casa reformada, mas sem alterações em sua platibanda.



Fonte: Foto Superior: (INVENTÁRIO..., 2019). Acessado em 18 de novembro de 2019. Foto inferior: Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

| ESTILOS

No presente estudo foi considerado como foco principal o viés em Art Déco por ser esse o estilo que predomina no casario da Rua do Commercio e da Rua Martins da Cunha, do distrito de Gravatá do Ibiapina. Dentre as edificações do conjunto arquitetônico, é possível encontrar mais oitenta residências com inspirações déco. Apesar da recorrência desse estilo, outras tendências também se fizeram presentes.

Pela amplitude, frequência, intensidade, complexidade, vigor e resistência, estas fachadas são um patrimônio da cultura popular brasileira: mecanismo espontâneo de sobrevivência cultural adaptativa, mescla de tradições e memórias multiétnicas com incorporações incessantes de formas novas, refletem nostalgias e aspirações, criam arquitetura doméstica, espaço cênico e paisagem urbana. Os novos padrões introduzidos pelo progresso necessário são assimilados e utilizados enquanto persistem aspectos absorvidos de estilos tradicionais, ao sabor da vontade dos mestres-pedreiros e dos moradores, exibindo a visível atemporalidade das realizações. (MARIANI, 2010, p. 234).

O Antigo Grupo Rural construído com referências neocoloniais, a Igreja Nossa Senhora da Conceição com critérios barrocos e neoclássicos, a Escola Municipal Padre Ibiapina seguindo a linha moderna, são praticamente exemplares únicos de seus respectivos estilos no distrito gravataense. Situação diferente do que ocorre com os representantes do viés eclético e do déco.

Semelhante ao que foi analisado por Brito (2018), em seu trabalho sobre o casario histórico de Taquaritinga do Norte, no distrito gravataense, o estilo eclético apresenta

frontões com elementos orgânicos e geométricos. Pilastras em marcação vertical, esquadrias retas ou em arco pleno, enfeites rebuscados de diversas formas e elementos escultóricos nos mais variados desenhos também compõem a aparência das casas ecléticas.

Figura 64 - Arquitetura popular com inspirações ecléticas.



Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

No estilo art déco, por sua vez, destacam-se os elementos lineares, esquadrias bem marcadas, frisos, recortes nas platibandas, formas geométricas, presença ou não de marquise no arremate da fachada, prismas retangulares, entre outros.

Figura 65 - Arquitetura popular com inspirações déco.

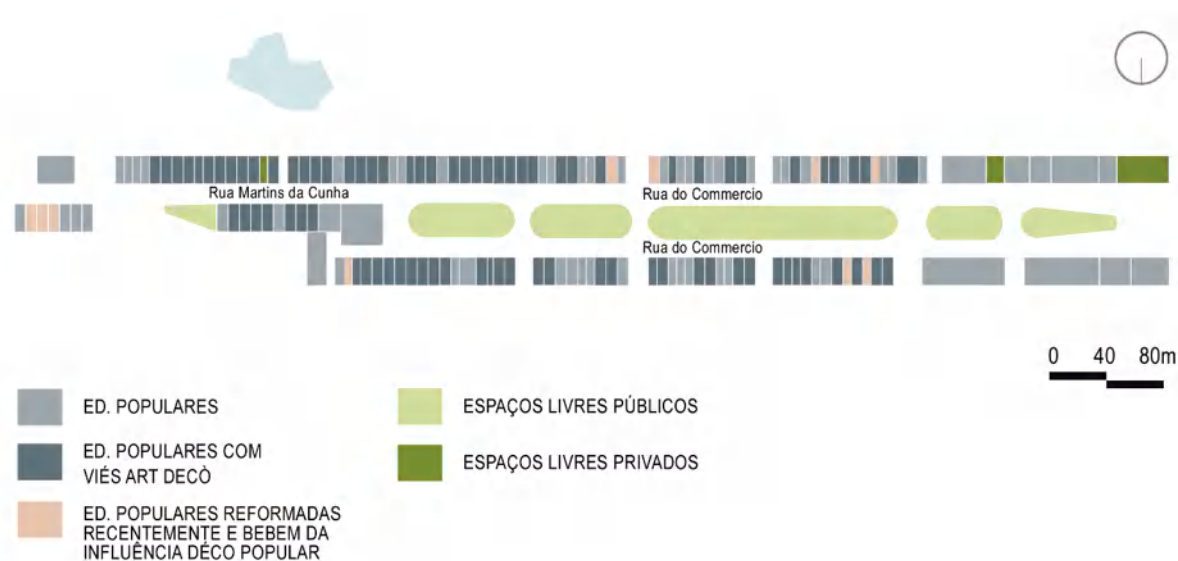


Fonte: Acervo Pessoal. Dezembro de 2018.

Casas 'abotoadas', casas 'listradas', casas 'engravatadas'... A principal característica do estilo Art Déco é a explícita geometrização dos volumes e dos temas decorativos, sejam figurativos ou abstratos. Como ocorre com outros estilos, o Art Déco também adquire características diferenciadoras ou assemelhadoras por onde passa. (ROSSI, 2010, p. 28-34)

Como o presente estudo se volta para a influência do Art Déco na paisagem urbana gravataense ao longo do tempo, as residências que seguem tal linha arquitetônicas foram elencadas no mapa 4.

Mapa 4 – Classificação das edificações populares do conjunto arquitetônico gravataense.



Fonte: Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte, 2008. Mapa editado pela autora, novembro de 2019.

É importante considerar que em algumas das casas reformadas recentemente, notou-se uma tendência em acompanhar o fazer popular déco. Seja para se integrar de forma discreta ao conjunto, por afinidade estética ou por demandar de menos recursos financeiros do que a aplicação de revestimentos cerâmicos, essas novas construções bebem sem medo dos critérios apresentados no casario histórico (mapa 4).

Figura 66 - Reforma em uma residência da Rua do Comercio.



Fonte: Foto superior e foto inferior à esquerda: Acervo pessoal, maio de 2018. Foto inferior à direita: Acervo pessoal, novembro de 2019.

Figura 67 - Reforma em uma residência da Rua do Comercio.



Fonte: Foto à esquerda: Acervo pessoal, maio de 2018. Foto à direita: Acervo pessoal, novembro de 2019.

| ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Como colocado por Dantas (2018), a aplicação de questionários permite a captura da visão dos entrevistados acerca da dinâmica dos espaços. Mas é por meio da utilização de entrevistas semiestruturadas que se apreendem os aspectos intangíveis do meio, tornando-se possível compreender “se o objeto de estudo apresenta relações sociais e afetivas integradas com o ambiente” (DANTAS, 2018, p. 55).

(...) quem vivencia o espaço obtém dele mais do que imagens, são cheiros, texturas, sons e histórias. (...) a igreja, a pracinha, a calçada e mesmo a rua são imbuídas de sentidos distintos de acordo com a vivência e o cotidiano dos habitantes. (NASCIMENTO, 2015, p. 26).

O roteiro de entrevista desse trabalho encontra-se no Apêndice A e foi baseado no modelo proposto por Nascimento (2015). As conversas foram enriquecedoras e divertidas, cada entrevistado, à sua maneira, apresentou seu modo de ver e participar de Gravatá do Ibiapina. Para preservar proteção da identidade dos entrevistados seus respectivos nomes foram substituídos por codinomes (H01, M01.,). Contudo, como será visto à frente, os

Narrador e ouvinte irão participar de uma conversa comum e provarão, no final, um sentimento de gratidão pelo que ocorreu: o ouvinte, pelo que aprendeu; o narrador, pelo justo orgulho de ter um passado tão digno de lembrar (...). (BOSI, 2013, p. 61).

As perguntas foram divididas em três blocos. No primeiro momento foram coletadas as informações sobre o perfil do entrevistado (faixa etária, profissão, com quem mora, etc.), e de sua morada (se é própria, quem construiu, quando construiu, etc.). Em

seguida, as pessoas foram indagadas sobre o patrimônio urbano gravataense (Importância das edificações e estado de conservação das mesmas). Por fim, abordaram-se questões sobre a imagem do lugar (Quais as mudanças percebidas ao longo do tempo, elaboração de mapas mentais, etc.).

Baseando-se em Dantas (2018), as entrevistas semiestruturadas com fechamento amostral por saturação teórica foram a escolha metodológica, devido a “difícil mensuração: atores, agentes e usuários de um modo geral, permanentes e transitórios” (DANTAS, 2018, p. 156) do ambiente estudado.

Através desse procedimento as interlocuções são finalizadas quando os resultados se apresentam redundantes, de acordo com o pesquisador. Entende-se, com isso, que informações transmitidas por novos entrevistados não mais contribuiriam de forma relevante para análise proposta. Foram realizadas cinquenta entrevistas ao longo dessa pesquisa.

| PERFIL DO ENTREVISTADO

O perfil do entrevistado é base importante para compreensão de seus comportamentos e hábitos no espaço urbano. Das cinquenta pessoas que participaram das entrevistas, 70% são mulheres e 30% homens (Gráfico 1). Quanto a faixa etária, a maior parcela fica por conta dos idosos com mais de 61 anos, contabilizando 34% do percentual (Gráfico 2).

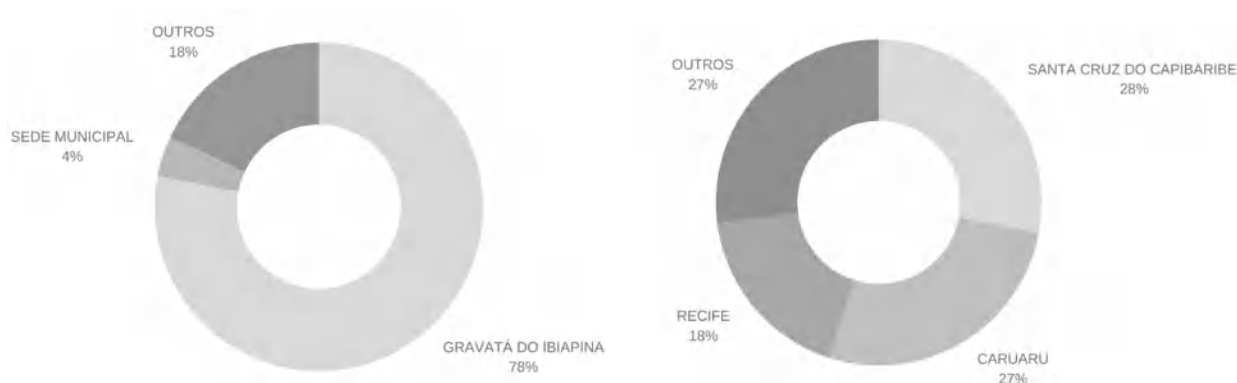
Gráficos 1 e 2: Sexo e faixa etária, respectivamente.



Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

Para capturar visões diferenciadas do objeto de estudo foram entrevistados moradores do distrito gravataense (78%) e moradores de outros locais (22%). Das pessoas que não habitam Gravatá do Ibiapina, 4% residem na sede municipal e os demais em municípios como Santa Cruz, Caruaru e Recife.

Gráficos 3 e 4: O primeiro referente à onde mora o entrevistado e segundo, caso ele não habite Gravatá do Ibiapina, onde reside.



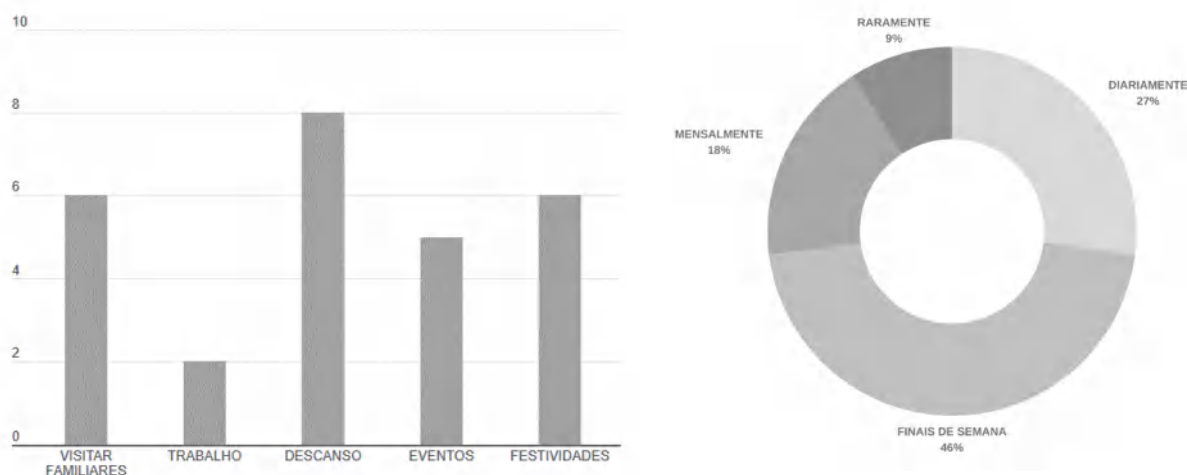
Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

Dos onze entrevistados que não habitam o distrito gravataense, embora não tenha sido uma das perguntas postas no roteiro, apenas três comunicaram que não possuem residência do local. Para os que dispõem de moradas, sejam elas alugadas, herdadas ou compradas, Gravatá do Ibiapina funciona como uma segunda casa.

A frequência de visita ao lugar estudado varia de acordo com as atividades. O público que comparece nos finais de semana, geralmente, procura descanso, lazer e visitar familiares; o que visita anualmente busca participar dos eventos e festividades, como é o caso da Festa de Nossa Senhora da Conceição; e o que apresenta-se diariamente,

usualmente, volta-se para o comércio, como no caso dos empresários que possuem vínculos com pequenas facções comerciais⁷ gravataenses.

Gráficos 5 e 6: Principais atividades dos entrevistados que não moram em Gravatá do Ibiapina, e frequência com que visitam o lugar, respectivamente.



Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

É importante mencionar que muitos dos entrevistados que não habitam o distrito, já o fizeram por um longo tempo. Acabaram mudando-se para outros locais na busca por melhores condições econômicas. As oportunidades de estudo e emprego no distrito

⁷ Trabalhadores autônomos, sem marca registrada, que fazem seus serviços para outros empresários.

ainda são limitadas, com isso, o movimento pendular é parte característica da dinâmica urbana gravataense.

Os deslocamentos diários de ida e volta, da casa para o trabalho, ocorrem em sua maioria para empresas do ramo da confecção. O município Santa Cruz do Capibaribe e o distrito taquaritinguense de Pão de Açúcar são os principais focos empregatícios desses trabalhadores. A sulanca⁸ é a fonte de renda a maior parcela da população das cidades do interior pernambucano. Os entrevistados elencados na categoria “autônomos” (gráfico 7), trabalham todos com confecções.

Mamãe contava que o comércio era muito bom no tempo dela. Ela ainda trabalhou na feira daqui. Já na época da gente era muito ruim de ter renda, tinha que correr atrás, sair, arrumar emprego. Quando eu era jovem não tinha o que fazer, não tinha meio de vida, não tinha renda. E hoje tem renda, os jovens tudo trabalham com a confecção de Santa Cruz que levantou todas essas cidades perto. Mas antigamente era uma necessidade muito grande. (H07, 80 anos. Entrevista realizada em 13 de setembro de 2019)

A parcela da população que não busca emprego fora do distrito tenta se incluir dentro de um desses fabricos de confecção, seja como costureiro (a), seja como “tirador (a)” de pontas de linha, cortador (a) de panos, etc.

⁸ Palavra criada na cidade de Cruz do Capibaribe para se referir a helanca vinda do Sul, que deu estrutura econômica e empregos para os habitantes do município santa-cruzense e das localidades circunvizinhas.

Os agricultores, hoje, aparecem em número bem reduzido, quando compara-se com os relatos de antigamente dos entrevistados. Isso se dá por duas razões principais: os grandes períodos de seca que estão ocorrendo com maior recorrência e as novas oportunidades ofertadas pelo setor confeccionista (gráfico 7).

Gráfico 7: Profissão dos entrevistados.



Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

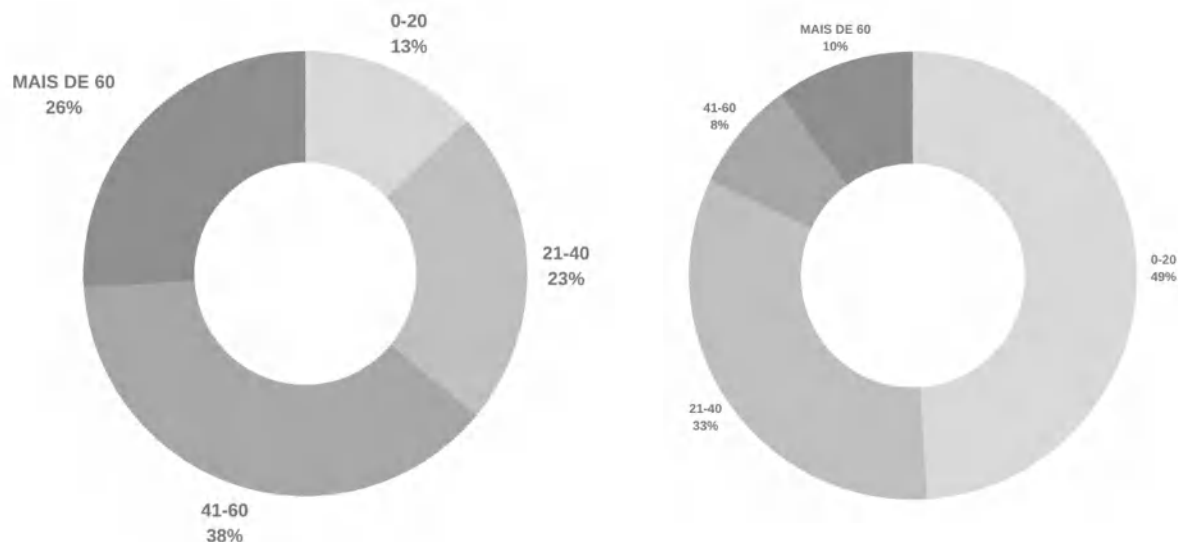
A escola municipal, tem classes que vão do maternal até o nono ano, e conta com um número considerável de contratados locais, que são responsáveis pela educação e pela manutenção da instituição educacional.

Os comerciantes, apresentados no gráfico acima, são os proprietários locais de pequenos e diversos empreendimentos. Uma vez que a Rua Martins da Cunha é, majoritariamente, residencial, todos os entrevistados elencados nessa categoria estão instalados na Rua do Comercio, dado que também pode ser visto no mapa xx. Entre eles estão donos de mercearia, de bares, de loja de roupa e de material de construção.

Para os moradores do distrito, apenas, quando perguntados há quanto tempo residem em Gravatá do Ibiapina, prevalece como resposta o índice de mais de 40 anos (Gráfico 8). Essa informação, somada aos elementos do gráfico 9, onde 49% da população local habita a mesma residência de 21 a 40 anos, aponta que boa parte dos participantes, além de trocar pouco de endereço, passou/passará uma parte considerável de sua vida no distrito.

Meu 'fi', eu moro aqui desde que nasci, a única viagem que eu vou fazer é bem curtinha, é subindo aqui a rua da minha casa e virando a esquina pra o cemitério. (M23, 75 anos. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2019)

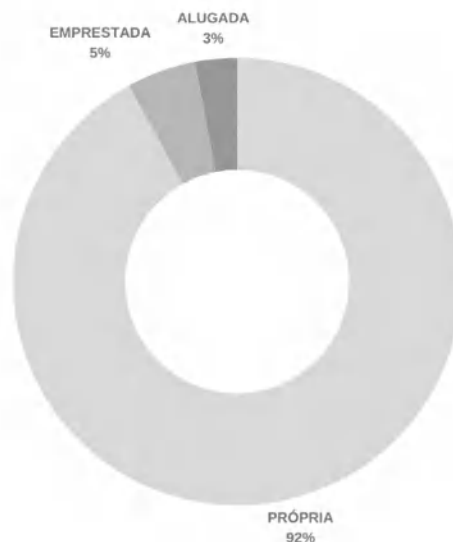
Gráficos 8 e 9: Há quanto tempo mora em Gravatá do Ibiapina e há quanto tempo mora na residência atual, respectivamente.



Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

Com relação a posse das residências, 92% dos entrevistados possuem moradas próprias (Gráfico 10), adquiridas por herança familiar ou por compra; 5% são emprestadas, geralmente por familiares; e apenas 3% residem em edificações alugadas. Através das entrevistas, constatou-se que os moradores com idade mais avançada, habitam casas herdadas não só dos pais, mas também de avós e de outros familiares, demonstrando a tradição de habitar no distrito através das gerações.

Gráfico 10: Tipo de residência.

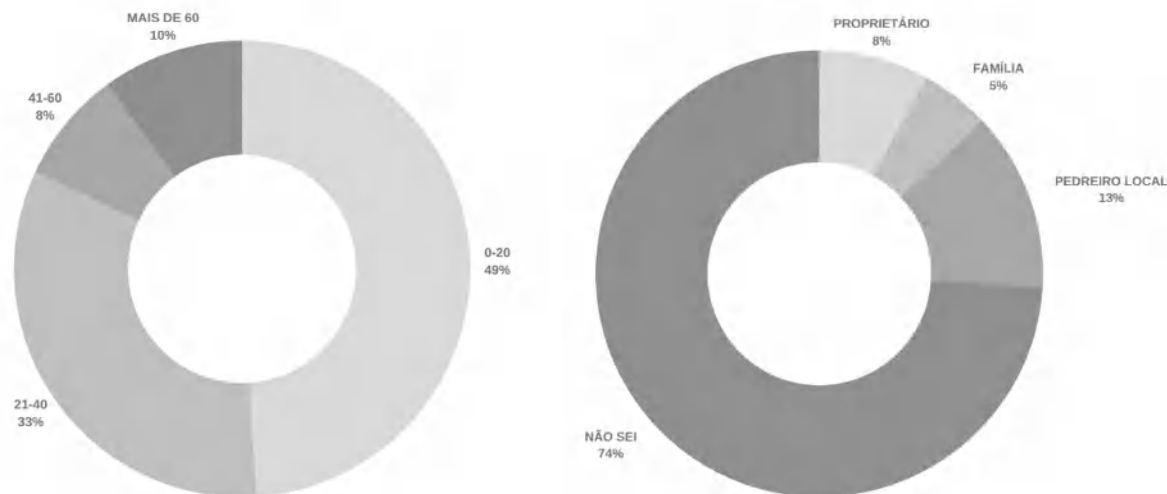


Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

Como a maior parte das moradias da Rua do Comercio e da Rua Martins da Cunha foi construída antes que uma parcela considerável dos moradores estivesse nascida, são poucos os casos em que se conhece quem as construiu e quando o fez (Gráficos 11 e 12). Nas situações onde os construtores estão revelados, geralmente, são algum membro da família, o próprio dono ou um pedreiro do distrito.

Toda época que eu conheci o casario, as fachadas eram as mesmas do passado. Não sei quem foi que construiu, mas acredito que tenha alguma coisa a ver com Taquaritinga, porque as casas são parecidas. (H07, 80 anos. Entrevista realizada em 13 de setembro de 2019)

Gráficos 11 e 12: Há quanto tempo a residência foi construída e quem a construiu, respectivamente.

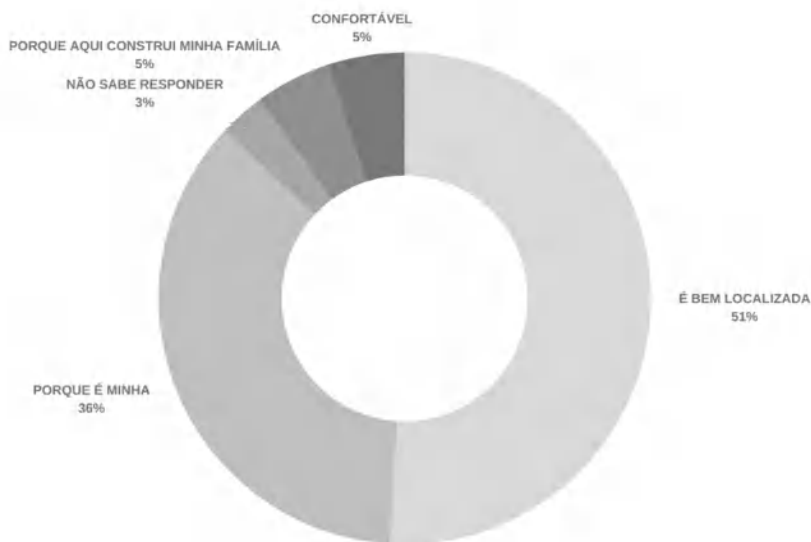


Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

Quando questionados sobre o fato de gostarem ou não de morarem em suas casas, todos os moradores disseram que gostam sim. As justificativas mais recorrentes foram: a moradia ser própria e não precisarem pagar aluguel, por terem um certo conforto e por serem bem localizadas (Gráfico 13). Sobre morar na casa atual, a entrevistada M18 coloca:

Me sinto bem, moro nela faz tempo. É a casa dos meus sonhos. (M18, 70 anos. Entrevista realizada em 01 de setembro de 2019)

Gráfico 13: Por que gosta de morar na casa?



Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

Dentre os participantes da pesquisa, 64% residem na Rua do Comercio e 13% na Rua Martins da Cunha, os demais moram em logradouros diferentes (Gráfico 14). Como o estudo tem como foco as duas ruas mencionadas, os participantes foram questionados sobre se gostam de morar em tais espaços especificamente (Gráfico 15). Por serem as primeiras ruas do distrito gravataense e principais áreas da dinâmica urbana, tais logradouros contam com diferentes usos e atividades, o que justifica o fato de estarem localizadas “perto de tudo”.

Como a religiosidade é uma característica muito presente em Gravatá do Ibiapina, o fato da igreja demarcar o final de uma rua e o início de outra, faz com que a construção participe ativamente dos dois contextos e funcione como ponto nodal, sobre isso Lynch (1997) postula:

Os pontos nodais são os pontos de referência conceituais de nossas cidades. (...) lugar distinto e inesquecível, impossível de ser confundido com qualquer outro. (LYNCH, 1997, p. 113).

Apesar de acolherem práticas variadas, as áreas são relativamente calmas, contando com mais movimento apenas nos horários de pico, finais de semana ou eventos.

Gráficos 14 e 15: Mora em qual rua e por quê gosta de morar nessa rua? Respectivamente.



Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

| PERCEPÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO

Quanto a relevância do casario gravataense, os entrevistados foram indagados se o conjunto arquitetônico tem alguma importância e todos os moradores responderam que sim. As principais justificativas foram que ele valoriza o lugar, lembra a infância e em maior incidência que conta a história do distrito gravataense (Gráfico 16). Tais edificações simbolizam, portanto, o trajeto e os trejeitos dos moradores locais ao longo do tempo.

Gráfico 16: Por que o casario é importante?



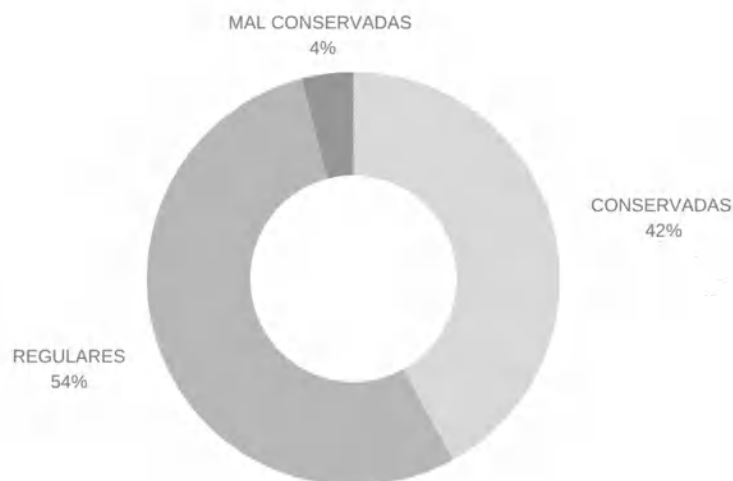
Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

Esse casario é uma história viva, onde cada edifício é um livro com suas relíquias. (H06, 56 anos. Entrevista realizada em 11 de setembro de 2019)

Para maior parcela dos entrevistados (Gráfico 17), o casario encontra-se em estado regular, uma vez que é possível encontrar edificações em bom estado, exemplares em estado mediano, e outras em descaso total.

Um número considerável acredita que o conjunto ainda está conservado. Para eles as reformas que ocorrem em menor escala, como troca de esquadrias, mudança de pintura e aplicação parcial de revestimentos cerâmicos, não prejudicam a composição da platibanda ou a essência do edifício, por exemplo.

Gráfico 17: Estado de conservação do casario.



Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

O Patrimônio de Gravatá do Ibiapina é uma das raridades do nosso interior pernambucano. De maneira geral o patrimônio, suas edificações encontram se conservadas, porém é necessário que algumas delas tenham a atenção dobrada para manter ou melhorar o nível de conservação da média de todas. (H11, 66 anos. Entrevista realizada em 14 de novembro de 2019)

Figura 68 - Painel de fotos de edificações do casario gravataense. A primeira, na Rua do Commercio, negligenciada. A segunda, na Rua Martins da Cunha, bem conservada.



Fonte: Acervo Pessoal. 24 de dezembro de 2018.

| IMAGEM DO LUGAR

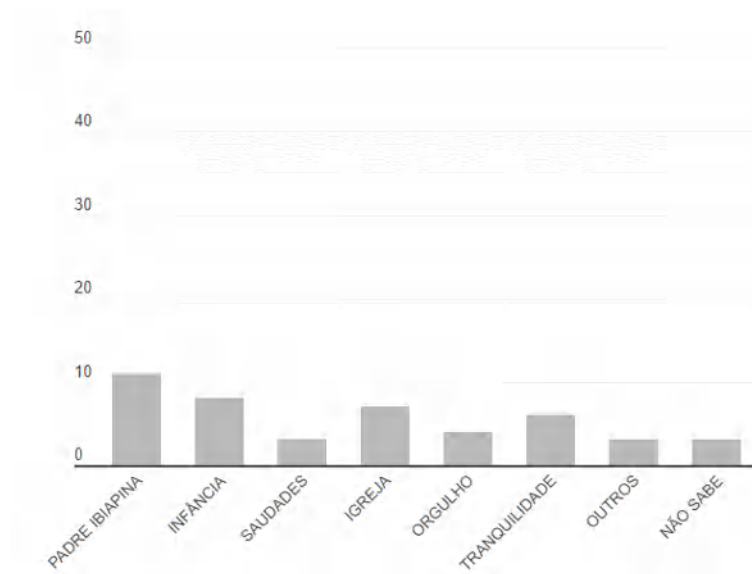
Como colocado por Lynch (1997), um ambiente legível e organizado visivelmente permite a criação de relações e interpretações por parte das pessoas de forma mais coerente e estruturada. Com isso, torna-se notável e reconhecível na memória popular.

As pessoas desenvolveram ligações muito fortes com essas formas claras e diferenciadas, tanto em decorrência do passado histórico quanto de suas próprias experiências. Cada cena é imediatamente identificável traz a mente um turbilhão de associações. (LYNCH, 1997, p. 103).

Quanto a imagem urbana captada pelos moradores gravataenses, o questionamento inicial feito foi acerca da primeira coisa que eles lembravam quando ouviam o nome do lugar (Gráfico 18). Mais uma vez, a religiosidade e a história de Ibiapina se mostram parte importante da composição cultural do distrito. A Igreja além de um ponto nodal é um marco na paisagem urbana local.

Um marco não é necessariamente um objeto de grandes dimensões; pode ser tanto uma maçaneta de porta como uma cúpula de catedral. (...) é um lugar onde nossa percepção se torna mais intensa. Se for identificável de perto e de longe, enquanto nos deslocamos rápida ou lentamente, de dia ou de noite, tornar-se-á uma referência estável para percepção do mundo urbano, complexo e em permanente transformação. (LYNCH, 1997, p. 112).

Gráfico 18: Primeira coisa que vem à cabeça quando escuta: Gravatá do Ibiapina.



Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

Aspectos subjetivos como saudades, infância e tranquilidade também foram mencionados, explicitando o sabor nostálgico de ser elemento participante da história de Gravatá do Ibiapina. Sobre isso o entrevistado H06, disse:

Quem nasceu aqui, quando recebe uma foto da rua principal se encanta, porque recorda tudo, é uma memória viva. Quem morou em Gravatá e não brincou aquelas brincadeiras infantis de bola de gude, castanha, de toca, esconde-esconde, quem não foi sacristão, quem não jogou bola no time de Gravatá, quem não tocou na banda, quem não tomou banho de cacimbão ou nos açudes, então não passou em Gravatá do Ibiapina. (H06, 56 anos. Entrevista realizada em 11 de setembro de 2019)

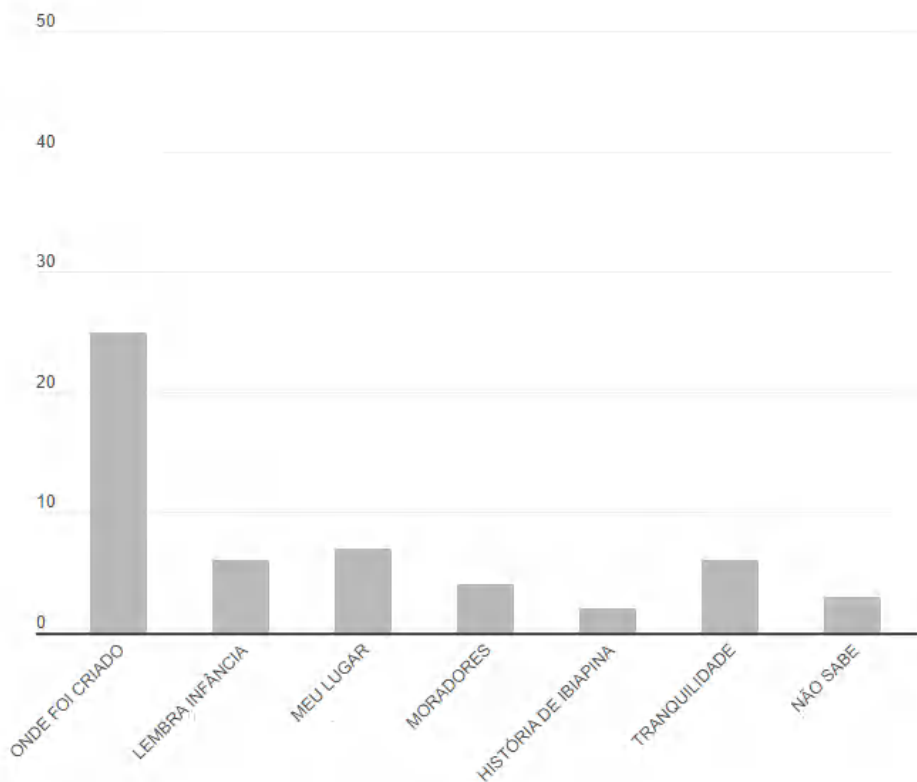
Quando indagados sobre o distrito gravataense ser ou não um local especial, todos os participantes indicaram que sim. Algumas das justificativas foram semelhantes as apresentadas no gráfico anterior (Gráfico 19). Quanto as que diferem, pode-se destacar o sentimento de pertencimento e identidade, como posto por M21:

Se é um lugar especial? É sim! Pela história, pelos fatos, por eu ter sido criada aqui e por viver aqui até hoje. É um lugar que posso chamar de meu. (M21, 23 anos. Entrevista realizada em 21 de outubro de 2019)

E os laços que foram formados com os moradores ao longo do tempo, como mencionado por M22:

Aqui é devagar, a gente se sente bem. Já morei em São Paulo, Arapiraca, Caruaru, Santa Cruz. Mas o porto seguro da gente é aqui. Tem mais liberdade, 'né' minha filha? A gente 'tá' no meio dos nossos. (M22, 71 anos. Entrevista realizada em 21 de outubro de 2019)

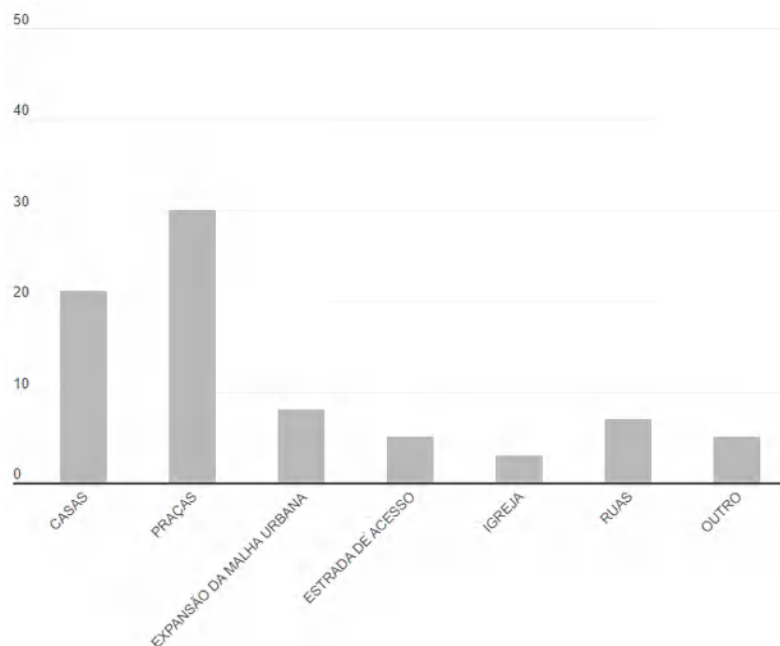
Gráfico 19: Por que considera Gravatá do Ibiapina um lugar especial?



Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

Com relação a percepção das mudanças ocorridas no distrito, apenas uma pessoa respondeu que não identificou nada, todas as demais sugeriram elementos que foram transformados com o passar dos anos.

Gráfico 20: Quais mudanças ocorridas em Gravatá do Ibiapina que você percebeu?



Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

Como as modificações realizadas nas casas foram tratadas no tópico sobre o Casario, essa análise seguirá com os tópicos seguintes, apresentados no gráfico 20. Uma das transformações mencionadas diz respeito à malha urbana. Muitos dos entrevistados relembram de quando o distrito era composto, basicamente, pela do Rua do Commercio e pela Rua Martins da Cunha, somadas a algumas casas de taipa dispersas nas adjacências. Hoje, com a expansão da malha urbana, Gravatá do

Ibiapina conta com ruas novas. A respeito de tais mudanças H08, coloca o que pode observar:

Teve muita reforma em casa. Construíram muito, por trás da rua principal era tudo mato antigamente. Começaram construindo de taipa, tinha uma filinha de casa de taipa, quando foi de 1990 pra cá, eles começaram a renovar e fazer de alvenaria. (H08, 42 anos. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2019)

Uma outra mudança relevante na paisagem, foi a pavimentação da estrada que liga o distrito até a BR 104. O trajeto que antes era irregular e de ingresso dificultoso, após a obra de infraestrutura, realizada no ano de 2010, durante o mandato do prefeito Evilásio de Araújo, tornou-se mais acessível para os moradores e visitantes do local.

Figura 69 - Quais mudanças ocorridas em Gravatá do Ibiapina que você percebeu?



Fonte: Acervo Pessoal. Dezembro de 2018.

Também foram mencionadas no gráfico 20, as modificações ocorridas na Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Além da grande reforma realizada pelo Padre Otto, na capela edificada por Ibiapina, o templo não sofreu grandes variações. As alterações citadas, são referentes a renovação da pintura e aos pequenos reparos realizados, anualmente, na edificação.

Figura 70 - Painel de transformação da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Primeira foto superior: Acervo de Ângela Farias, sem data. Segunda foto superior:

(INVENTÁRIO..., 2019). Acessado em 18 de novembro de 2019. Fotos inferiores: Acervo pessoal. Maio de 2017 e novembro de 2019, respectivamente.

Esse ano, especificamente, seguindo as tradições dos antepassados, alguns moradores se reuniram em mutirão para remodelação do piso externo da capela. Durante o processo, foi possível ver os elementos construtivos à mostra. O tijolo feito manualmente, queimado e finalizado, pelos moradores locais passados, é marca típica das edificações mais antigas.

Figura 71 - Reforma do piso externo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Acervo pessoal. Novembro de 2019.

Figura 72 - Reparos na fachada da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Acervo pessoal. Outubro de 2019.

Quanto aos espaços livres públicos, as mudanças são mais evidentes. A implantação do calçamento, por exemplo, é algo ainda marcante na memória dos entrevistados, e vista como uma obra de infraestrutura positiva.

Antes não era calçado, hoje a gente anda na rua toda calçada e iluminada, limpa, tá melhor. (M18, 70 anos. Entrevista realizada em 01 de setembro de 2019)

Figura 73 – Processo de calçamento. Rua sem nome.



Fonte: Acervo pessoal. Novembro de 2019.

As praças, no entanto, são um caso controverso. Até início da década de 1990, os espaços públicos gravataenses se resumiam a canteiros de terra delimitados com pedras de calçamento. A partir da edificação da primeira praça, em frente à Igreja, tais transformações tornaram-se mais palpáveis.

As praças foram feitas todas. Não tinha praça, era tudo na terra. Só tinha meio fio na que era de frente a igreja e alguns postes.

Aí depois o prefeito Jânio mandou construir aquela em frente da igreja, aí foram fazendo outras.

Se por um lado fornecem áreas qualificadas para usufruto da população, por outro tais setores sofrem com transformações desregradas e sem planejamento, um caso claro é o da Praça Nossa Senhora da Conceição, que após sua fundação em 1992, já sofreu uma série de modificações.

Figura 74 - Pannel de fotos das transformações ocorridas na Praça Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: As duas fotos superiores: Acervo de José Mendes de Carvalho, tiradas entre os anos de 1996 e 1999. Primeira foto inferior: Acervo de Carla Oliveira, sem data, acessada em outubro de 2018. Segunda foto inferior: Postada em Facebook Gravatá do Ibiapina-Pe, 2 de dezembro de 2016.

Na busca incessante de tornar o ambiente diferente e dinâmico, representantes locais, criam formas de remodelar o espaço sem definir critérios ou senso estético. Isso acaba gerando ambientes desconexos e sem identidade.

Figura 75 - Painel de fotos do chafariz implantado na Praça Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Primeira foto superior: (GRAVATÁ..., 2019). Acessado em 18 de novembro de 2019. Demais fotos: Acervo pessoal. Outubro de 2018 e novembro de 2019, respectivamente.

Um exemplo que pode ser citado é o do chafariz adicionado a Praça Nossa Senhora da Conceição, visto na figura acima. Apesar da dificuldade de abastecimento para população local, a fonte de água foi instalada afim de deixar o local mais “agradável” visivelmente.

Com uma manutenção dispendiosa somada ao descaso das autoridades municipais, o elemento acabou caindo em desuso, foi danificado, e mais recentemente substituído por uma réplica em miniatura do Cristo Redentor.

Outro caso polêmico e semelhante ao da área analisada anteriormente, ocorreu na Praça José Pereira da Costa, e pode ser visto nas imagens a seguir. O espaço era composto por canteiros e algarobas, teve sua vegetação removida e foi completamente transformado.

Figura 76 - Paineis de fotos das transformações ocorridas na Praça José Pereira da Costa.



Fonte: Primeira foto superior: Acervo de Ângela Farias, sem data, acessado em novembro de 2019. Segunda foto superior: Acervo de Carla Oliveira, entre 2000 e 2004, acessado em outubro de 2018. Foto inferior: (GRAVATÁ..., 2019). Acessado em 18 de novembro de 2019.

Figura 77 - Painel de fotos das transformações ocorridas na Praça José Pereira da Costa.



Fonte: Primeira foto: Acervo de Joelson Braz, dezembro de 2012. Segunda e terceira fotos: Acervo pessoal. Maio de 2017 e dezembro de 2018, respectivamente.

Em março deste ano começaram as reformas na Praça Maria Quitéria Farias. No dia 22 de março, à mando do atual diretor distrital, houve a remoção de uma das Algarobas da Praça Maria Quitéria Farias e a poda excessiva da demais. Não houve apreensão da opinião pública a respeito de tais modificações, fato que causou revolta em uma parcela dos moradores locais.

A parcela que se mostrou indiferente, acredita que o projeto elaborado para o espaço público será benéfico para o município, proporcionando novos ares e usos. Já em outubro, deu-se início ao processo de unificação da Praça Maria Quitéria Farias e da Praça Maria Andrade de Sousa

Figura 78 - Transformações ocorridas na Praça Maria Quitéria Farias.



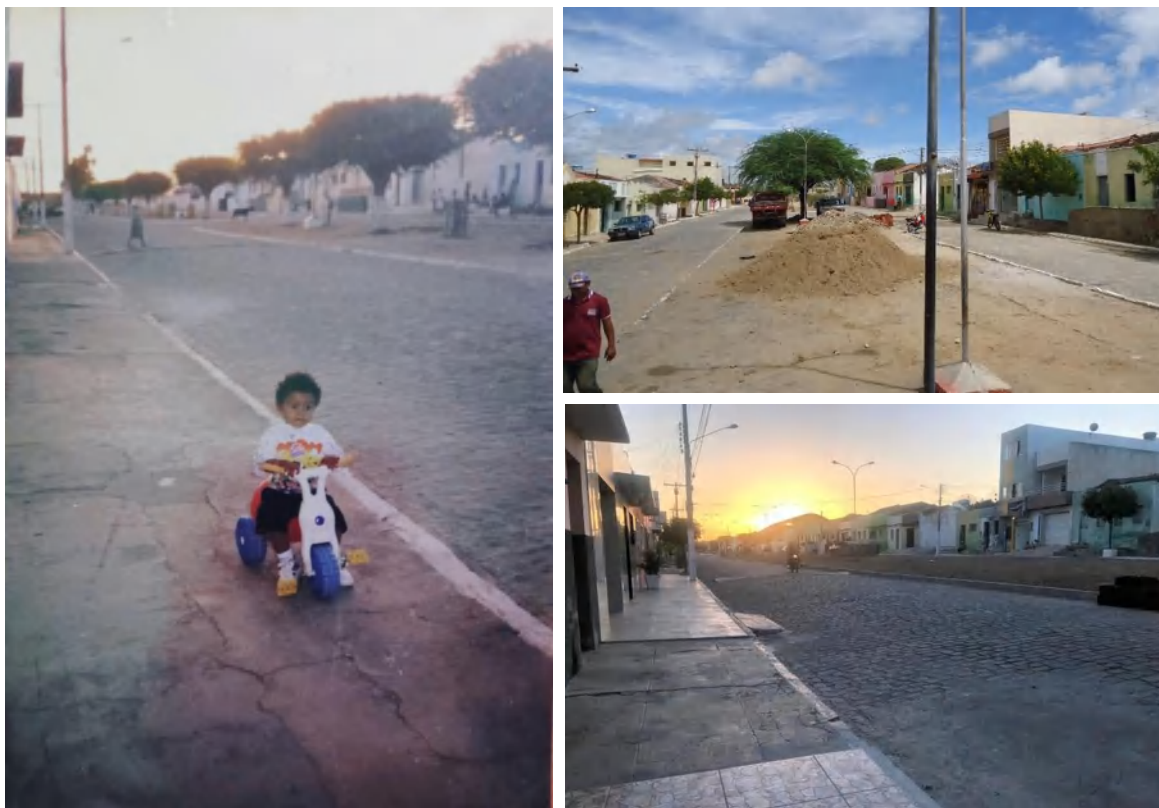
Fonte: Acervo Pessoal. Março de 2019.

Figura 79 - Transformações ocorridas na Praça Maria Quitéria Farias.



Fonte: Acervo Pessoal. Março de 2019.

Figura 80 - Transformações ocorridas na Praça Maria Andrade de Sousa.



Fonte: Foto da esquerda: Acervo de Ângela Farias, aproximadamente em 1995. Foto superior direita: (ARRUDA, 2019). Acessado em 18 de novembro de 2019. Foto inferior da direita: Acervo Pessoal, novembro de 2019.

Figura 81 - Pannel de fotos da unificação da Praça Maria Quitéria Farias e da Praça Maria Andrade de Sousa.



Fonte: Acervo Pessoal. Outubro de 2019.

Quando as transformações dos espaços ocorrem sem o devido planejamento, eles começam a ser utilizados para fins diferentes dos pensados inicialmente. A apropriação acaba acontecendo baseada em interesses individuais e não coletivos (Figura 82).

Figura 82 - Apropriação da sombra da árvore para o estacionamento de veículos.



Fonte: Acervo Pessoal. Outubro de 2019.

As modificações das praças mencionadas ainda não foram finalizadas, apenas uma parte do piso está impermeabilizada, mas o projeto tem intuito de cobri-lo por inteiro, decisão que, provavelmente, acarretará problemas de drenagem.

A área cimentada somada ao clima quente da região e remoção de boa parte da vegetação, além de intensificar sensação térmica do local, reduzem as sombras, elementos tão importantes na dinâmica urbana. Um exemplo disso pode ser observado na figura 83.

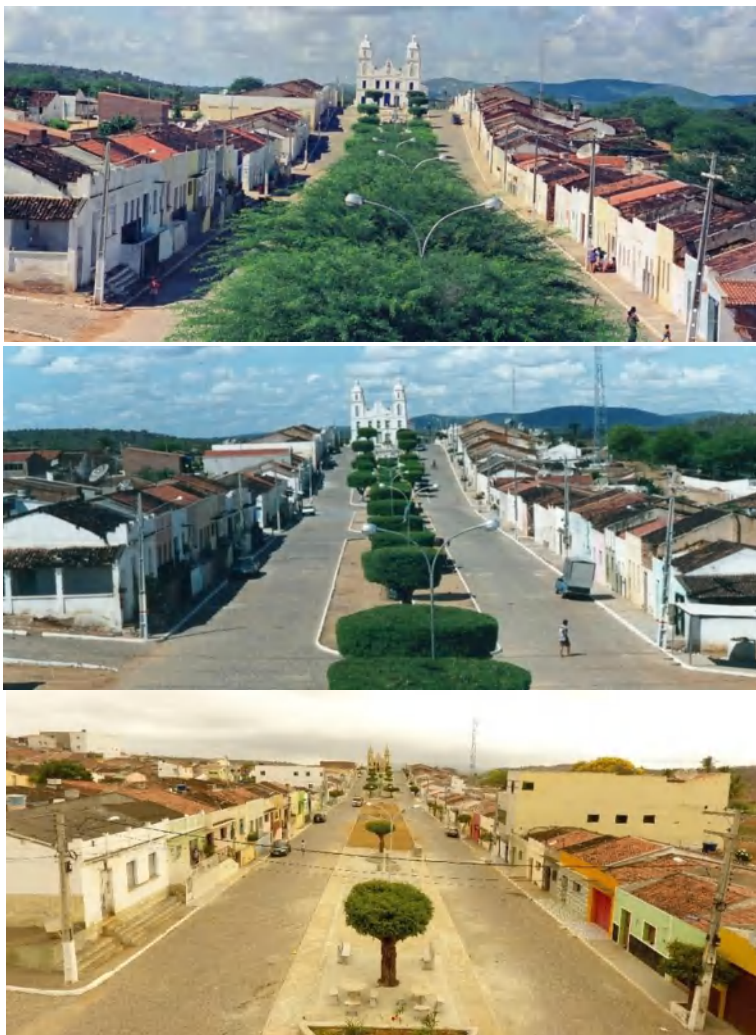
O que mudou: As casas, as ruas, e o “S” da praça nova que ainda não entendi o que significa. Cortaram as árvores. (H02, 21 anos. Entrevista realizada em 12 de setembro de 2019)

Figura 83 - Apropriação da sombra da árvore na Praça Maria Quitéria Farias.



Fonte: Acervo Pessoal. Outubro de 2019.

Figura 84 - Painel de fotos da paisagem urbana gravataense ao longo de 25 anos.

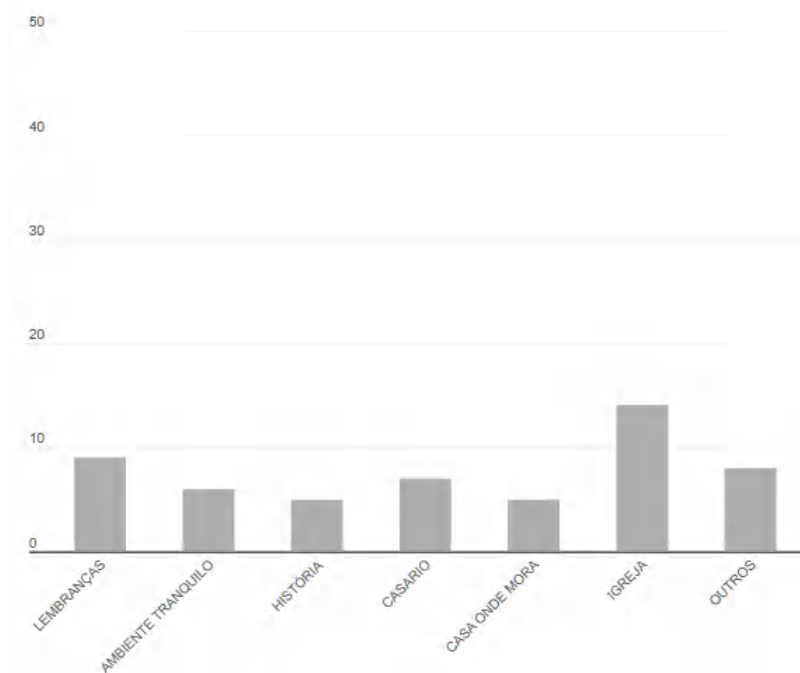


Fonte: As duas primeiras fotos: Acervo de José Mendes de Carvalho, aproximadamente na década de 1995. Terceira foto: David Michael, novembro de 2019.

Quando questionados se gostariam de guardar algo para os filhos e netos, todos os entrevistados responderam que sim. Dentre os principais elementos subjetivos, surgem as lembranças de tempos vividos, a trajetória histórica do distrito, e o ambiente tranquilo.

O que quero guardar daqui são as boas lembranças da infância. Quero que meus filhos, se não morarem aqui, venham pelo menos frequentar. (M21, 23 anos. Entrevista realizada em 21 de outubro de 2019)

Gráfico 21: O que gostaria de guardar para os filhos e netos.



Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2009.

Eu tinha muita vontade de escrever a história daqui, justamente pra eles. Às vezes até a madrugada eu acordo e penso: “Meu Deus, eu podia contar pra eles a história de Gravatá de Ibiapina.” Mas esse povo de hoje não dá valor pra essas coisas não. (M23, 75 anos. Entrevista realizada em 22 de outubro de 2019)

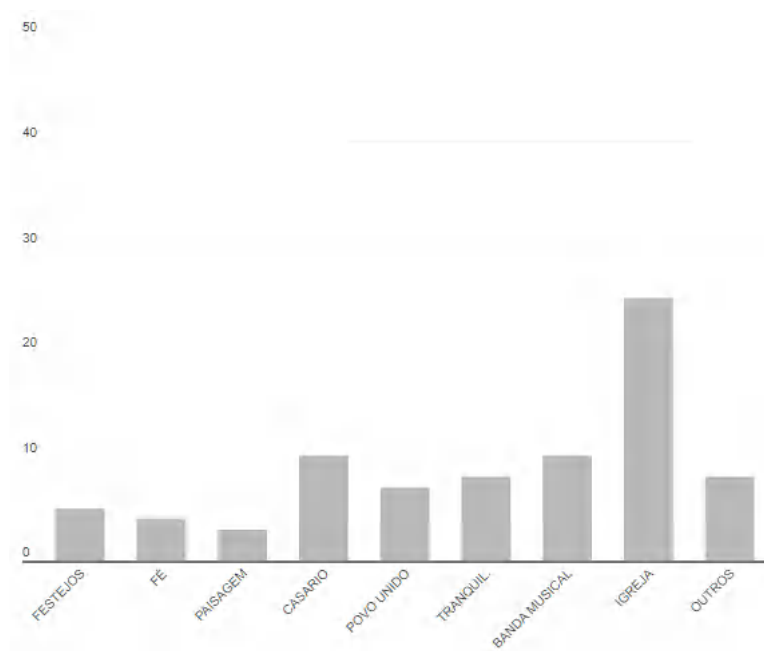
Quanto aos bens edificados, aponta novamente como marco na memória e na paisagem, a Igreja, simbolizando a fé dos gravataenses. Em seguida, aparecem os participantes gostariam que seus descendentes pudessem conhecer o casario e a habitação que residem atualmente, respectivamente (Gráfico 21), indicando que as moradias também são parte viva da construção histórica de um povo.

Eu sempre digo assim as minhas filhas: - O que tenho, o pouquinho que eu tenho é de vocês! - Na minha época tinha uma coisa boa, que eram as festas do clube, que a gente participava. Agora, ultimamente, a gente só tem a igreja. (M22, 71 anos. Entrevista realizada em 21 de outubro de 2019)

Com relação aos elementos que valorizam Gravatá do Ibiapina (Gráfico 22), além do que já foi citado anteriormente, apresenta-se a Banda Musical, que já com seus cem anos de tradição; os festejos, como a tal reconhecida Festa de Nossa Senhora da Conceição, a paisagem urbana local; e a união dos habitantes do distrito.

O que deixa Gravatá melhor é a igreja principalmente, porque a igreja é maravilhosa, aí junta com as casas antigas que tem do lado, que acho muito maravilhoso. E a pracinha de frente, como tá muito bonita aí faz um conjunto. (M20, 18 anos. Entrevista realizada em 21 de outubro de 2019)

Gráfico 22: Elementos que valorizam o lugar.



Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2009.

Todo mundo aqui é muito próximo, muito parceiro. E isso é uma coisa muito importante. A caridade das pessoas, o lugar é muito caridoso, abraça qualquer causa, acho que pelo fato de ser pequeno. A religiosidade também é muito marcante, é todo mundo por todo mundo. (M21, 23 anos. Entrevista realizada em 21 de outubro de 2019)

Figura 85 - Ambiente tranquilo: crianças brincando na Praça Maria Quitéria Farias.



Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

No campo dos elementos que desvalorizam o lugar (Gráfico 23), onze entrevistados responderam que não conseguem identificá-los. Os demais, no entanto, listaram uma série de pontos a serem considerados.

A infraestrutura desbanca na votação, a precariedade do saneamento básico, faz com os dejetos dos moradores sejam direcionados a uma fossa antiga (Figura 86), no

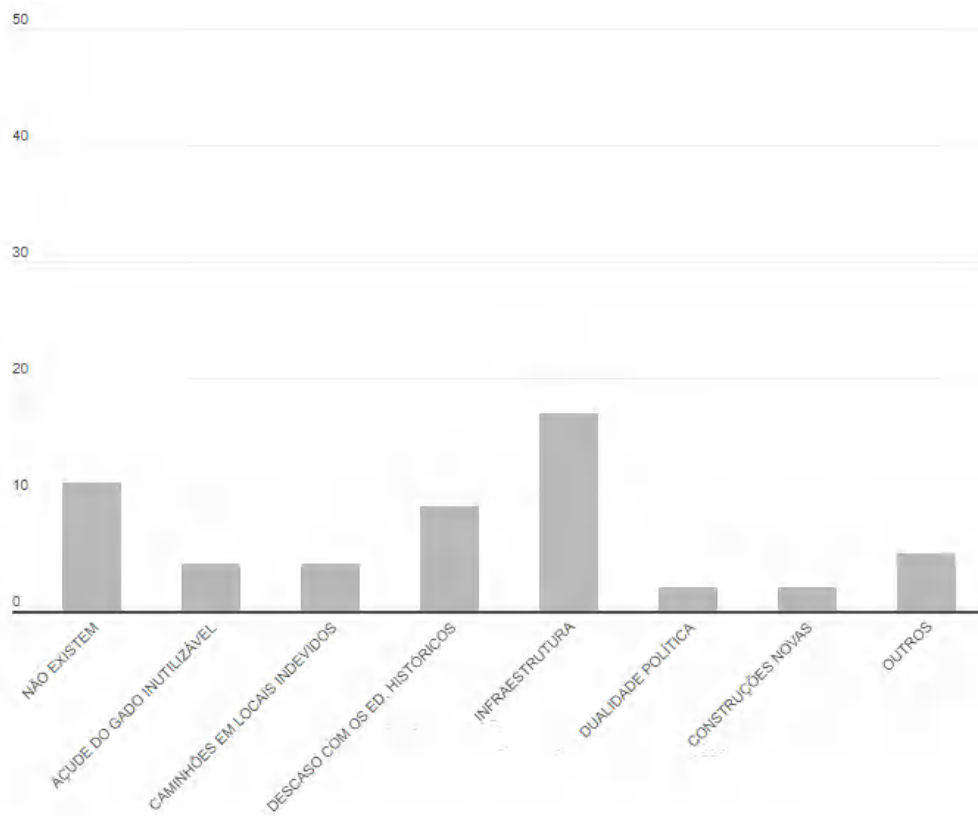
terreno por trás da Rua do Comercio. A pequena capacidade volumétrica, por vezes, tem seu limite extrapolado, e conseqüentemente, o derramamento de excrementos.

Figura 86 - Precariedade da infraestrutura.



Fonte: Acervo Pessoal. Dezembro de 2018.

Gráfico 23: Elementos que desvalorizam o lugar.



Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

Outra necessidade explícita de infraestrutura é a de ampliação da rede de fornecimento, da capacidade de abastecimento e melhoria da qualidade da água. Os moradores, que por um determinado tempo, através da construção do Açude Novo,

tiveram acesso à água encanada, hoje precisam comprar carros pipa ou recolher nos pontos de distribuição do lugarejo.

Aqui já teve água encanada, hoje não tem mais. Eu contava em todo canto, antes de eu mudar para Santa Cruz, em Gravatá tinha água em todo canto, tinha água encanada que vinha da serra de Taquaritinga, da barragem, da melhor água que tem. A barragem tinha um vazamento aí a água saía bem azulzinha, minada. A gente tinha água no chuveiro, tinha água dessalinizada e salgada também, nas torneiras. Era um lugar abençoado. A partir de 97, mais ou menos, começou a faltar. Hoje tem que comprar caminhão d'água ou lata na cabeça naqueles pontos públicos que distribuem. Vão buscar na lata, regrediu, 'né'? Lá no mercado público tem uma caixa d'água que os caminhões abastecem. Quem tem cisterna coloca na cisterna. (H06, 56 anos. Entrevista realizada em 11 de setembro de 2019)

Pela falta de saneamento adequado mencionada, os rejeitos destinados a atual fossa, antes eram destinados ao Açude do Gado, causando assoreamento e contaminação. Apesar de acumular alguma quantidade de água no período de chuvas, o açude não é mais utilizado para consumo próprio ou lazer da população. Sobre isso H06 complementa:

Açude do Gado é o perto da igreja, acredito que é chamado do gado por servir pra gasto mesmo, para os animais beberem. O Açude do Gado foi Pe. Ibiapina que fez, o Açude Novo foi o governo. Quando o Açude do Gado tava cheio a gente ia tomar banho lá, de tardezinha, pegava o sabonete, a toalha e ia para lá, tomava banho e voltava. No final de semana era igual uma praia, tinha gente de todo canto. A última vez que o açude sangrou foi em 1984 e depois de 20 anos em 2004, depois disso não transbordou mais, só junta um pouquinho de água quando chove. Principalmente depois que colocaram aqueles esgotos e o saneamento para despejar lá. Nem encheu mais, nem

ninguém tomou banho mais. Era o ponto turístico da gente. (H06, 56 anos. Entrevista realizada em 11 de setembro de 2019)

Figura 87 - Painel de fotos do Açude do Gado.



Fonte: Primeira foto: Acervo de Josefa Oliveira, 2009. Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

Outra questão levantada foi a dualidade política. O acirramento dos dois principais partidos do município, além de prejudicar, por vezes, o relacionamento entre os moradores, priva o distrito de grandes investimentos e melhorias.

Quanto ao estacionamento indevido de caminhões nos espaços livres públicos, mencionado como um dos pontos negativos da dinâmica urbana local, hoje, com a unificação das praças Maria Quitéria Farias e Maria Andrade de Sousa, no mês de outubro, e a consequente renovação de seus canteiros por um tipo de bloco cimentício mais alto, isso não vem mais ocorrendo. Os dados constam no gráfico porque algumas entrevistas foram realizadas no mês de setembro.

Figura 88 - Estacionamento indevido de caminhões.



Fonte: Acervo Pessoal. Maio de 2018.

O descaso com as edificações componentes do conjunto arquitetônico, seja pelo abandono ou pela descaracterização total sem punição, também é motivo de angústia para os moradores locais.

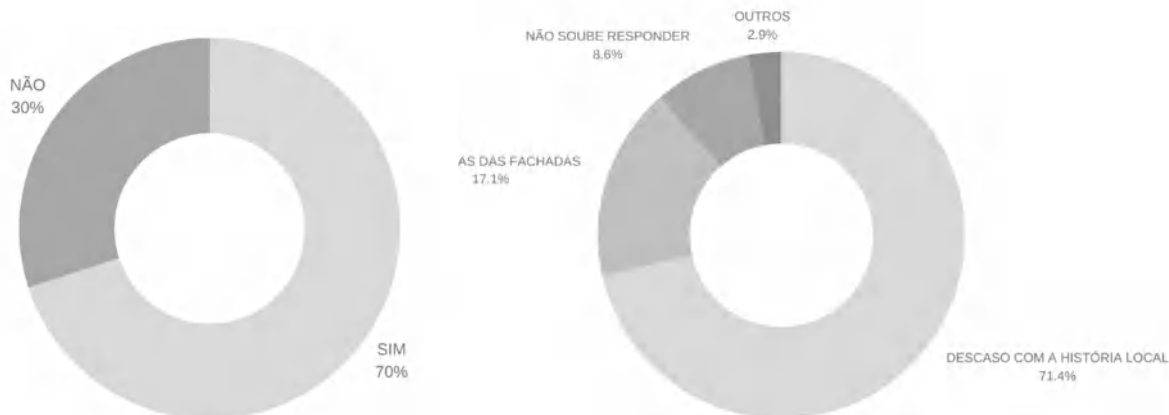
Tomando essa situação como gancho, os entrevistados foram perguntados se Gravatá do Ibiapina corre o risco de perder sua memória, seu casario ou sua identidade, e o porquê de tal resposta. 70% disseram que sim, 30% que não (Gráfico 24).

Os que acreditam que não há risco, alegam que tais elementos são muito característicos e particulares do lugar e, portanto, seus descendentes continuarão a repassá-los no futuro.

Os que acreditam que há o risco de perder a memória, o casario ou a identidade do distrito, citaram duas razões principais (gráfico 25) para isso, o descaso com a conservação da história local e as rápidas transformações que estão ocorrendo nas fachadas do conjunto arquitetônico.

Assim, é aquela coisa, depende do andar da carruagem do pessoal de hoje em dia, eu acho que sim, porque eles tão deixando a história de Gravatá muito para lá, e tão pensando: “Ah, vamo mudar”, meio que fazer uma nova história. Se nem os idosos tão tomando conta, os jovens que não vão querer! (M20, 18 anos. Entrevista realizada em 21 de outubro de 2019)

Gráficos 24 e 25: Gravatá do Ibiapina corre o risco de perder sua memória, seu casario ou sua identidade? E Se a resposta for sim, por que. Respectivamente.



Fonte: Acervo Pessoal. Novembro de 2019.

Com a promulgação do Plano Diretor em 2006, foram elaboradas diretrizes e parâmetros urbanísticos a fim de promover o melhor desenvolvimento do espaço urbano local. Tais critérios foram dispostos de acordo com as diferentes zonas do distrito gravataense (Mapa 5).

Observando a Tabela 1 e tomando como foco o Setor de Interesse Histórico e Cultural (SIHC), que engloba as duas ruas analisadas nesse trabalho, percebe-se que os direcionamentos propostos são a conservação do conjunto arquitetônico e a manutenção de sua horizontalidade. Na prática, todavia, tais orientações não estão sendo cumpridas.

Mapa 5 - Zoneamento de Gravatá do Ibiapina.



Fonte: Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte. Mapa elaborado em dezembro de 2008. Editado pela autora em novembro de 2019.

Apesar do número máximo de pavimentos indicado ser 1, para área analisada, alguns moradores já edificaram novos andares em suas construções, na Rua do Comercio. Concomitante a isso, inúmeras edificações antigas tiveram suas fachadas completamente descaracterizadas e reformuladas, desconsiderando o valor histórico e cultural competidos a elas. Como dito por Brito (2018), seja por falta de conhecimento da população ou por negligência dos órgãos públicos, a paisagem urbana de Gravatá do Ibiapina está sendo agredida de forma rápida e irregular.

Tabela 1 - Diretrizes e parâmetros urbanísticos para o distrito gravataense.

SEDE DO DISTRITO DE GRAVATÁ DO IBIAPINA							
ZONA / SETOR	DIRETRIZES	% de ocupação do solo	PARÂMETROS URBANÍSTICOS				Observações
			Afastamentos (metros)		% do Solo Natural	Gabarito	
			Frontal	Lateral e fundos			
SIHC – Setor de Interesse Histórico e Cultural	Conservar conjunto arquitetônico histórico remanescente; Conservar ocupação horizontal – sem permitir verticalização.	Conforme padrão atual	0,00		20%	1 pavimento	Preservar a morfologia atual
SCU - Setor de Consolidação Urbana	Promover a consolidação de áreas predominantemente residenciais com ampliação / implantação de infraestrutura, oferta de áreas de lazer, equipamentos e serviços urbanos.	60%	0,00		30%	2 pavimentos	Lote mínimo: 200m²; Testada mínima: 8m; Fiscalização rigorosa de novos loteamentos e empreendimentos, que devem respeitar disponibilidade de 40% para áreas públicas.
SPA – Setor de Proteção Ambiental	Promover a ocupação rarefeita como forma de garantir a permeabilidade, a permanência da vegetação e conter o crescimento do núcleo urbano.	10%			90%	2 pavimentos	Lote mínimo de 10.000m²
APP – Áreas de Proteção Permanente	Delimitar área <i>non aedificandi</i> , articular espaços da cidade, ampliar oferta de espaços abertos e de lazer.	0,00					Conforme Código Florestal Brasileiro.

Fonte: Plano Diretor, 2006.

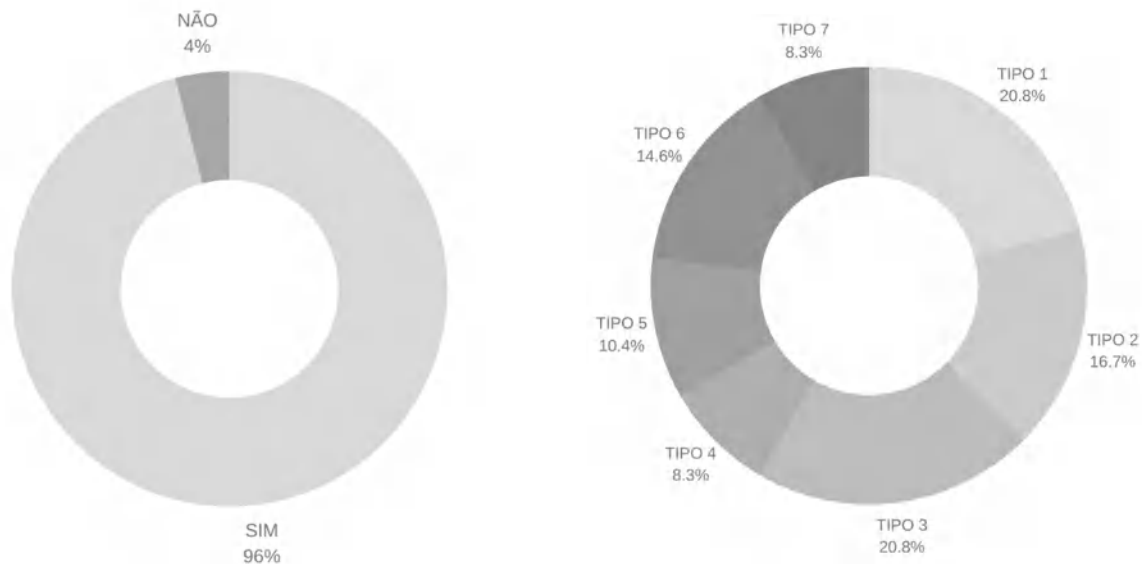
Figura 89 - Painel de fotos das transformações da paisagem gravataense.



Fonte: Foto da esquerda: Acervo de Ângela Maria, sem data, acessado em novembro de 2019. Foto da direita: Acervo Pessoal, setembro de 2019.

Quando perguntados sobre Gravatá do Ibiapina possuir ou não um centro histórico, todos os entrevistados responderam que sim. Em seguida, foram indagados acerca de onde começaria e terminaria tal delimitação, questionamento este, que originou sete resultados diferentes, que podem ser vistos adiante.

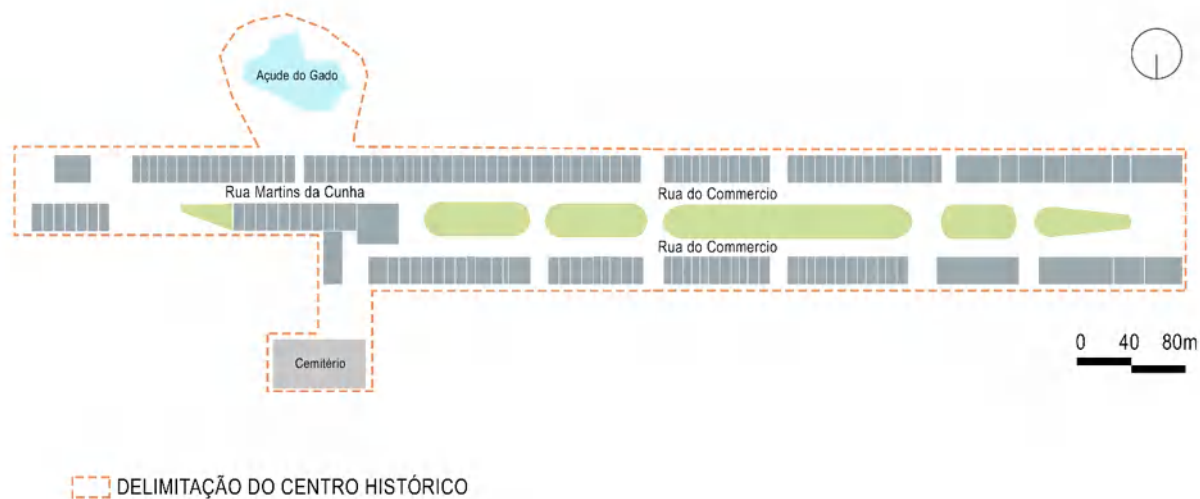
Gráfico 26 e 27 – Para você Gravatá do Ibiapina possui um centro histórico? Se sim, onde começa e onde termina?



Fonte: Acervo pessoal. Novembro de 2019.

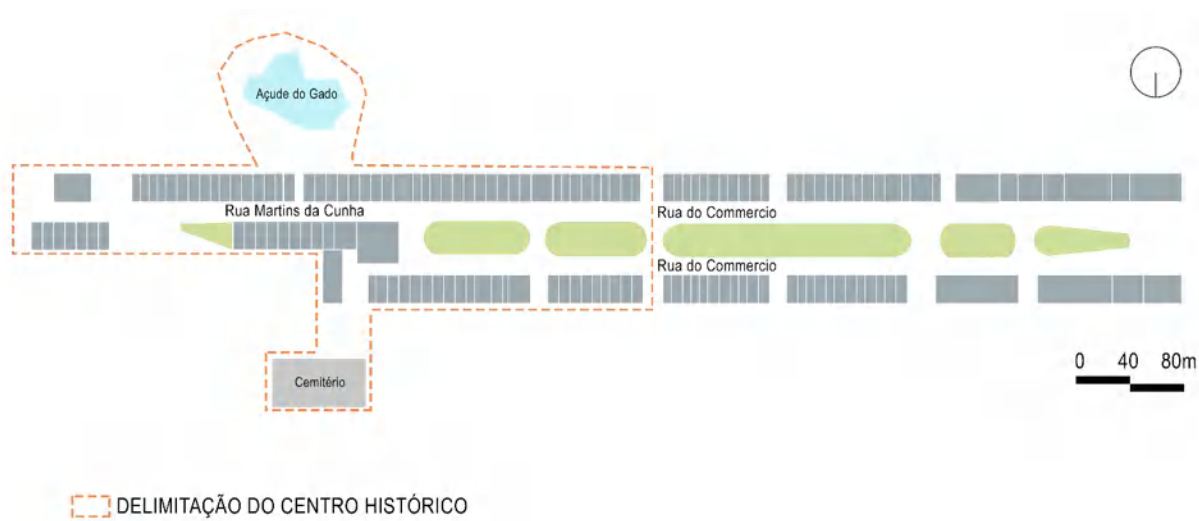
Tipos de Centro histórico:

Mapa 6 - Centro histórico: Rua do Comercio até Rua Martins incluindo o Cemitério e o Açude do Gado.



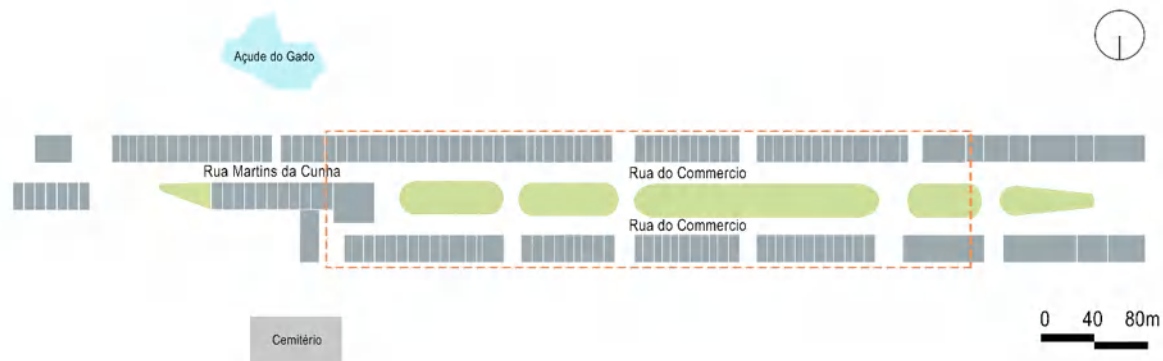
Fonte: Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte. Mapa elaborado em dezembro de 2008. Editado pela autora em novembro de 2019.


Mapa 7 - Centro histórico: Mercado até igreja, incluindo o Cemitério e o Açude do Gado.



Fonte: Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte. Mapa elaborado em dezembro de 2008.
Editado pela autora em novembro de 2019.

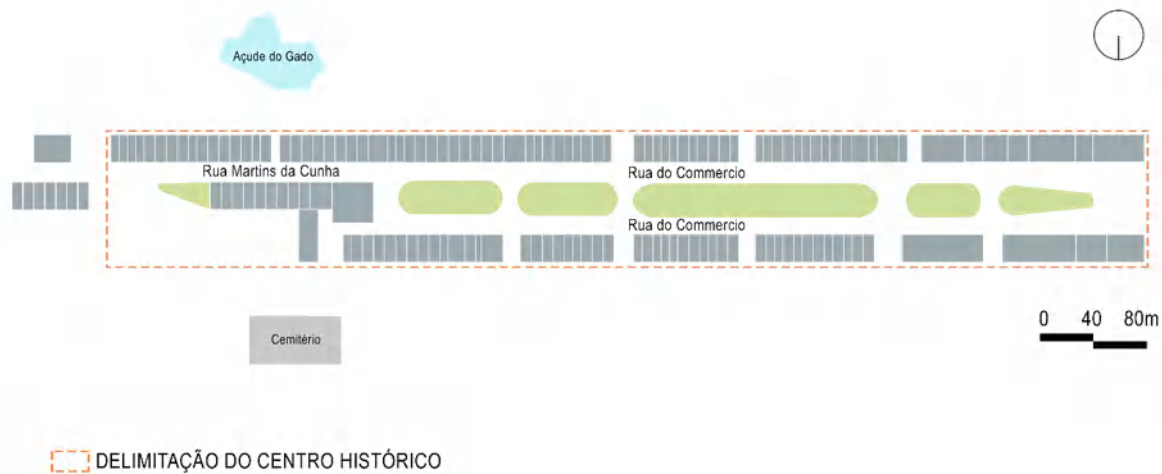
Mapa 8 - Centro histórico: Clube até igreja.



 DELIMITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

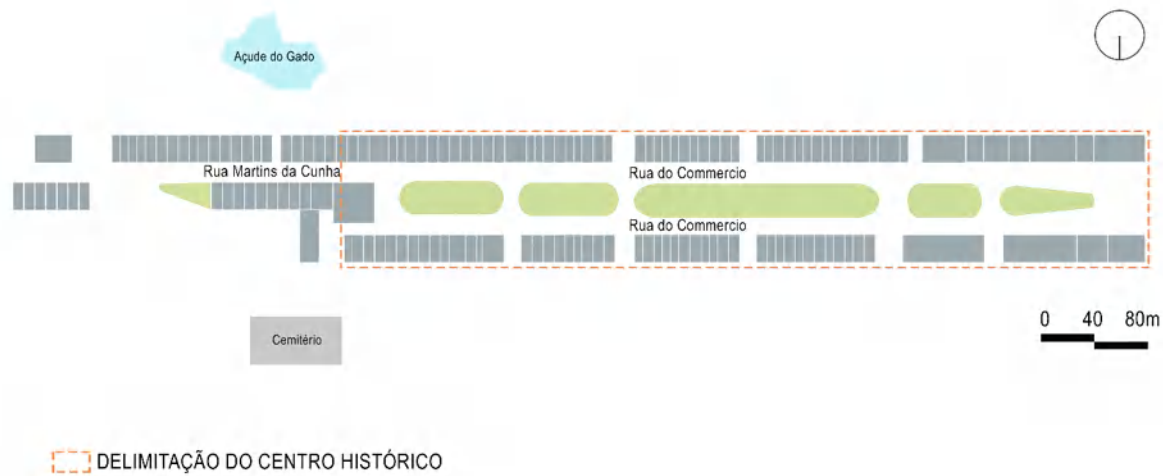
Fonte: Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte. Mapa elaborado em dezembro de 2008.
Editado pela autora em novembro de 2019.

Mapa 9 - Centro histórico: Grupo rural até rua Martin da Cunha.



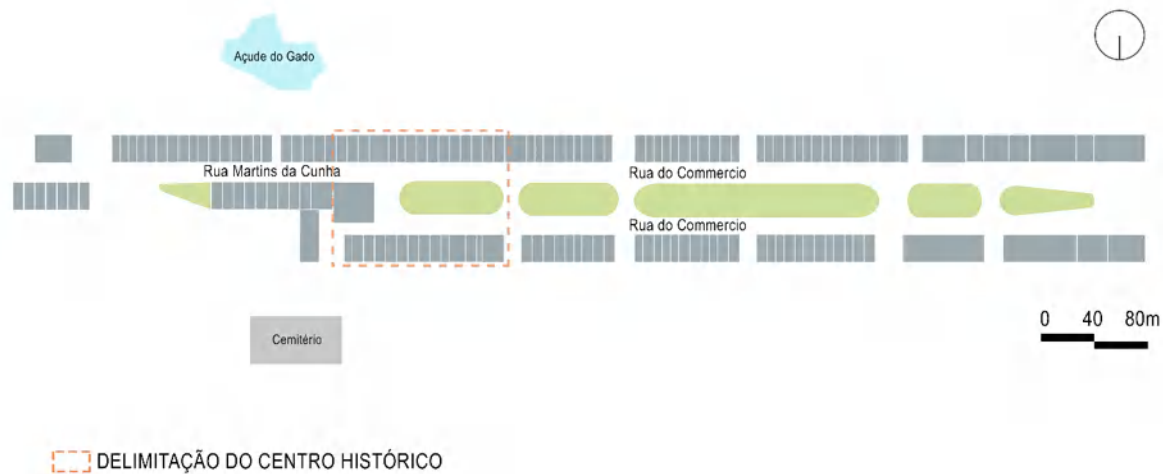
Fonte: Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte. Mapa elaborado em dezembro de 2008. Editado pela autora em novembro de 2019.

Mapa 10 - Centro histórico: Rua do Commercio.



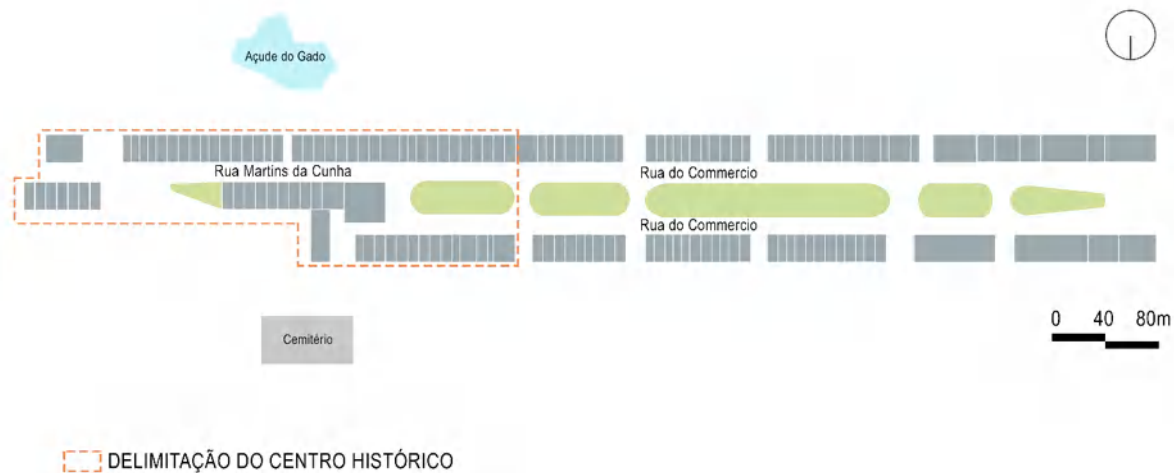
Fonte: Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte. Mapa elaborado em dezembro de 2008. Editado pela autora em novembro de 2019.

Mapa 11 - Centro histórico: Igreja até mercado público.



Fonte: Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte. Mapa elaborado em dezembro de 2008.
Editado pela autora em novembro de 2019.

Mapa 12 - Centro histórico: Mercado público até Rua Martins da Cunha.



Fonte: Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte. Mapa elaborado em dezembro de 2008. Editado pela autora em novembro de 2019.

Apesar dos diferentes alcances e percepções, as duas ruas analisadas ao longo desse trabalho foram consideradas de forma recorrente como patrimônio urbano histórico do distrito gravataense. Fato que demonstra a importância conjunto art déco popular na imagem criada pelas pessoas.

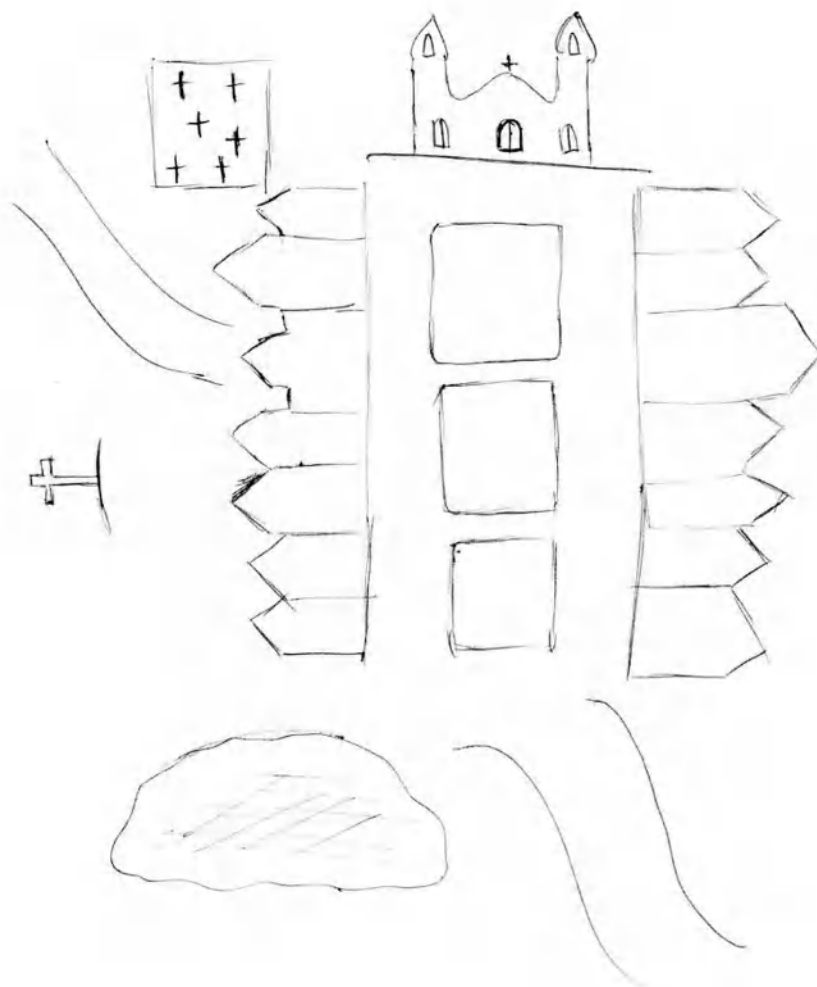
[...] Cada indivíduo cria e assume sua própria imagem, mas parece existir um consenso substancial entre membros do mesmo grupo. Essas imagens de grupo, consensuais a um número significativo de observadores, é que interessam aos planejadores urbanos dedicados à criação de um ambiente que venha a ser usado (...). (LYNCH, 1997, p. 8)

Para estruturar ainda mais esses dados, foi pedido aos entrevistados o desenvolvimento de mapas mentais (Figura 91). As respostas foram muito semelhantes, o que demonstra que a paisagem urbana gravataense está legível e clara na percepção de seus moradores.

A igreja, as praças, o casario, os açudes, o cemitério, a sociedade musical, o colégio, o cruzeiro e a residência do próprio entrevistado ou de algum ente querido, foram os elementos mais identificados através dos mapas.

Para ter o valor em termos de orientação no espaço ocupado pelas pessoas, uma imagem precisa ter várias qualidades. Deve ser suficiente, verdadeira em sentido pragmático, [...] o mapa deve ser legível. [...]. Por último, a imagem deve ser, até certo ponto, comunicável a outros indivíduos. (LYNCH, 1997, p. 10)

Figura 90 – Mapa mental elaborado por M05.



Fonte: M05, 04 de setembro de 2019.

| CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das transformações da paisagem urbana gravataense, com foco na rua do Comercio e na Rua Martins da Cunha, são de extrema importância para o reconhecimento do patrimônio arquitetônico popular.

Ao destrinchar e documentar o conjunto urbano central de Gravatá do Ibiapina, que vem se perdendo de forma rápida, seja pela busca incessante de modernização, seja por negligência dos órgãos públicos frente a isso, a ligação entre a história e a memória fica protegida.

O conhecimento claro do ambiente em que se habita, permite uma noção de conservação mais apurada e estruturada, dificultando o processo de degradação da paisagem tão comum nos dias atuais, principalmente, em casos de conjuntos não eruditos, como mostrado ao longo desse estudo.

No mais, busca-se mostrar que todas as partes do ambiente urbano são importantes, uma vez que possuem bagagem histórica, cultural e sentimental entrelaçadas com quem habita e modifica o espaço, sendo necessário, portanto, considerar todos os aspectos envolvidos no meio antes de realizar qualquer transformação.

Qualquer parte do ambiente urbano, seja um quarteirão, uma praça, uma rua ou uma edificação, possui um significado que vai além de sua materialidade. (NASCIMENTO, 2015, p. 30)

Gravatá do Ibiapina, além do casario, como objeto físico e construído, possui lugares únicos, imbuídos de significados que estão edificados na memória e na história de seus habitantes.

No dia que eu partir, pode saber, eu vou levando muita saudade de Gravatá. Eu não quero lugar melhor no mundo. Vou pra todo canto, acho bonito, vejo os confortos, mas meu cumbuco é aqui. (M23, 75 anos, Entrevista realizada em 22 de outubro de 2019)

| BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Gercino Pereira de; LUCAS, Iracema do Carmo Farias; SANTOS, Lindimaura Tavares; LIMA, Marinalva Barboza dos Santos. **Fragmentos da História Nortetaquaritinguense**. Taquaritinga do Norte-PE, 1992.

ARRUDA, Jânio. **Gravatá do Ibiapina – Povo é mais uma vez enganado pelo prefeito do município**. PEmais notícias, 2013. Disponível em: < <https://www.pemais.com/2013/05/gravata-do-ibiapina-povo-e-mais-uma-vez.html> > Acessado em: 18 de nov. de 2019.

AZEVEDO, Neide Motta. (Coord.) **Habitação popular no interior de Pernambuco. Referencial para uma atuação voltada à realidade local**. Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano: Recife, 1991.

BARTHEL, Stela Gláucia Alves. **Vestígios do Art Déco na cidade do Recife (1919-1961): abordagem arqueológica de um estilo arquitetônico**. 2015.

BORGES, Marília Santana. Art déco, entre a Tradição e o Moderno. **II ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE**, 2006.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. 3ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti. Arquitetura do Povo. In: **Revista Continente**, v. 1, n. 32, p.54-61, 2003.

BRITO, Francelly Marry Santos. **Inventário do patrimônio arquitetônico do centro histórico de Taquaritinga do Norte - PE**. UNIFAVIP - Wyden, Caruaru, 2018.

CABRAL, Renata Campello. **A noção de “ambiente” em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2013.

CAMPOS, Vitor Jose Baptista; MARX, Murillo de Azevedo. **O art-déco e a construção do imaginário moderno: um estudo de linguagem arquitetônica**. 2003. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. **Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável**, v. 1, n. 1, 2007.

CAVALCANTI, Maria de Betânia Uchôa. **Arquitetura popular no interior de Pernambuco**. Recife: UFPE, 1995.

CAVALCANTI, Maria de Betânia Uchôa. Arquitetura popular de Pernambuco e suas fachadas de platibanda. In: **Revista Projeto Design**, nº 203, p. 92-95, 1996.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. In: **Revista Estudos Históricos**. V. 8, n. 16, 1995.

- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.
- CORREIA, Telma de Barros. Art déco e indústria: Brasil, décadas de 1930 e 1940. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 16, n. 2, p. 47-104, 2008.
- HOORNAERT, Eduardo. **Crônica das Casas de Caridade**. 1981.
- CULLEN, Gordon; DE MACEDO, Carlos Lemonde; CORREIA, Isabel. **Paisagem urbana**. 1983.
- DANTAS, Hugo Stefano Monteiro. **O Calçadão da Cardoso Vieira: Paisagem (não tão) notável do centro histórico de Campina Grande (PB)**. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2018.
- GIOVANNONI, Gustavo. **O “Desbastamento” de Construções nos Velhos Centros. O Bairro do Renascimento em Roma**. In: KUHL, Beatriz (Org). Gustavo Giovannoni: textos escolhidos. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.
- GIOVANNONI, Gustavo. Velhas cidades e nova construção urbana. In: KUHL, Beatriz (Org). **Gustavo Giovannoni: textos escolhidos**. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.
- HAYDEN, Dolores. **The Power of Place: Urban Landscapes as Public History**. Cambridge: The MIT PRESS, 1995.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARIANI, Anna. **Pinturas e platibandas**. Instituto Moreira Salles, 2010.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. In: **Estudos Históricos**, v. 29, n.57, Rio de Janeiro, 2016.

MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, 1987. P. 44

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

NASCIMENTO, Thalita Lins do. **Casas e gentes: modos de viver e morar em uma cidade do interior de Alagoas**. 2015.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de; MONIOS, Mathias Joseph. Arquitetura vernacular. Transgressão na arquitetura popular. **Arquitextos, São Paulo**, ano 16, n. 189.04, Vitruvius, fev. 2016. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5954>>. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

OLIVER, Paul (Ed.). **Encyclopedia of vernacular architecture of the world**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. **O século 20 e a constituição de algumas de suas modernidades arquitetônicas: Campina Grande (PB) 1930-1950**. Revista CPC, n. 11, p. 103-135, 2011.

RAPOPORT, Amos. **House, form and culture**. New Jersey: Prentice-Hall Inc., 1969.

ROMANI, Danielle. Fachadas líricas e coloridas. In: **Revista Continente**. Nº 125, ano XI, 2011.

ROSSI, Lia Monica. Art Déco sertanejo e uma revitalização possível: programa Campina Grande Déco. **Revista UFG**, v. 12, n. 8, 2010.

SANTOS, Ana Renata Silva. Renovação urbana ou restauro urbano. O Pátio Ferroviário Cinco Pontas em Recife. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

SANTOS, Soraia Costa dos; COSTA, Silvia Kimo. Arquitetura vernacular ou popular brasileira: conceitos, aspectos construtivos e identidade cultural local. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 24, n. 35, p. 218, 2017.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy C.; CHAVES, Carolina; LINS, Juliane. **Percepção e memória da cidade: o Ponto de Cem Réis**. São Paulo: Arquitectos, v. 68, 2006.

SEGAWA, Hugo Massaki. **Modernidade pragmática: arquitetura no Brasil dos anos 1920 a 1940**. Anais. Rio de Janeiro: Solar Grandjean de Montigny/PUC, 1997.

SILVA, Adenilton Moisés da; FRANÇA, Júlia Pereira. **Gravatá do Ibiapina: Uma história viva**. Caruaru: Graficom, 2010.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2ªed. Porto Alegre :Artmed,2008.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Arquitetura vernacular. Em busca de uma definição. **Arquitextos, São Paulo**, ano 17, n. 201.01, Vitruvius, fev. 2017. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.201/6431>>. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

VERAS, Lúcia; BEZERRA, Onilda; CAVALCANTI, Fábio; LEITE, Julieta e SÁ CARNEIRO, Ana Rita. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo: Cidade/paisagem**. CAU/PE, 2017. Disponível em <https://www.caupe.gov.br/caderno-paisagem/>.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Sites:

Festa em Gravatá. Bp, 2019. Disponível em: <https://4.bp.blogspot.com/-BCruKJzdMWc/V9XdWs4nIVI/AAAAAAAAAbvY/O2MnsIBXOkoPt5dySdISwmxTDEe77SAkACLcB/s1600/IMG_0815.JPG>. Acessado em: 19 de nov. de 2019.

Especial Taquaritinga 123 anos! Dálianet, 2010. Disponível em: <<http://dalianet.blogspot.com/2010/04/especial-taquaritinga-123-anos.html>>. Acessado em: 08 de nov. de 2019.

Festa em Gravatá. Bp, 2019. Disponível em: <https://4.bp.blogspot.com/-BCruKJzdMWc/V9XdWs4nIVI/AAAAAAAAAbvY/O2MnsIBXOkoPt5dySdiSwmxTDEe77SAkACLcB/s1600/IMG_0815.JPG>. Acessado em: 18 de nov. de 2019.

Gaspar, Lúcia. **Padre Ibiapina.** Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>. Acesso em: 20 de out. de 2019.

Gravatá do Ibiapina. Mapio, 2019. Disponível em: <<https://mapio.net/a/114584531/>>. Acessado em: 14 de out. de 2019.

Gravatá do Ibiapina se prepara para a grande festa da padroeira. Imprensa Taquaritinga do Norte, 2016. Disponível em: <<https://imprensataqdonorte.blogspot.com/2016/11/gravata-do-ibiapina-se-prepara-para.html>>. Acessado em: 18 de nov. de 2019.

Inventário Turístico de Pernambuco. Empetur, 2017. Disponível em: <<http://inventariope.blogspot.com/2017/10/taquaritinga-do-norte-ficha-do.html>>. Acessado em: 18 de nov. de 2019.

APÊNDICE A – ENTREVISTA

PARTE I: Perfil Entrevistado (a)

1. Número da entrevista
2. Sexo
3. Faixa etária
4. Profissão
5. Mora em Gravatá?

SE SIM:

- 5.1. Há quanto tempo mora?
- 5.2. A casa é própria, alugada, emprestada, etc?
- 5.3. Mora há quanto tempo na casa?
- 5.4. Quando a casa foi construída?
- 5.5. Quem construiu a casa?
- 5.6. Já houveram muitas reformas na casa?
- 5.7. Quantas pessoas moram na casa?
- 5.8. Gosta de morar nessa casa?
- 5.9. Mora em qual rua?
- 5.10. Gosta de morar nessa rua?

SE NÃO:

- 5.1. Onde mora?
- 5.2. Com que frequência visita o local?

6. Quais são suas principais atividades em Gravatá do Ibiapina?

PARTE II: Percepção do Patrimônio Local

1. Para você o conjunto arquitetônico de Gravatá do Ibiapina tem importância?

2. De maneira geral, como você acha que essas edificações se encontram?

Exemplo: conservadas, mal conservadas, regulares ou em ruínas?

PARTE III: Imagem da Cidade

1. Quando você ouve a palavra “Gravatá do Ibiapina” qual a primeira coisa que lhe vem à cabeça?

2. Você considera Gravatá do Ibiapina um lugar especial? Se sim, por quê?

3. Você consegue perceber se houveram mudanças em Gravatá do Ibiapina? Se sim, quais?

4. Existe algo em Gravatá do Ibiapina que você gostaria de guardar para seus filhos/netos? Se sim, o quê?

5. Quais elementos valorizam Gravatá do Ibiapina?

6. Quais elementos desvalorizam Gravatá do Ibiapina?

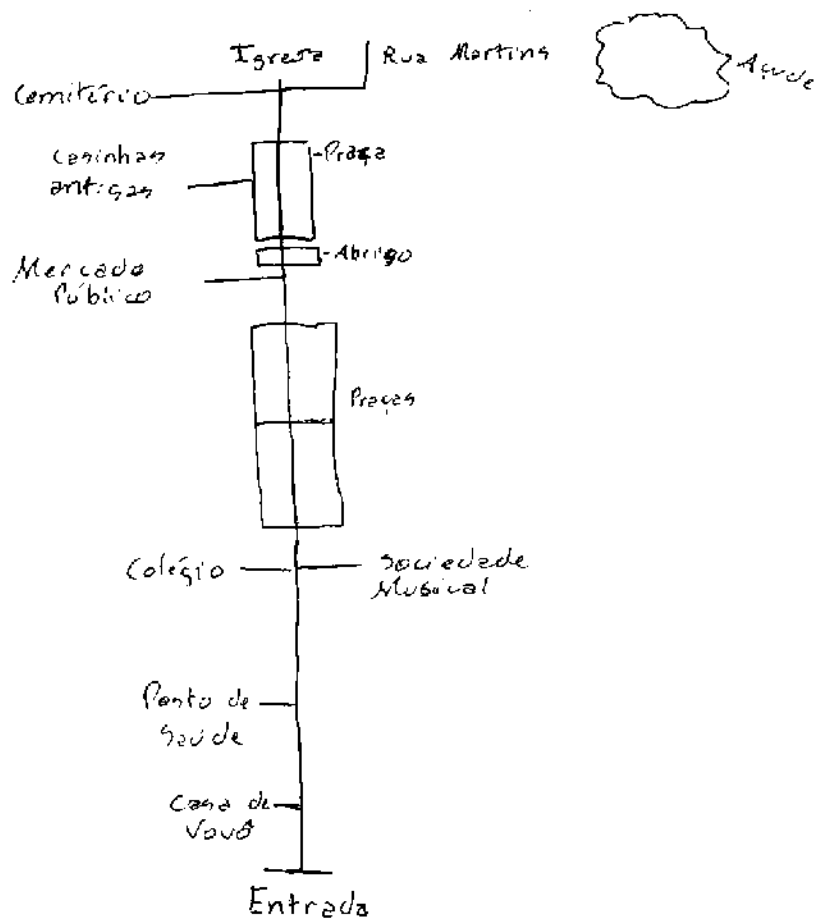
7. Você acha que Gravatá do Ibiapina corre o risco de perder sua memória, suas edificações, sua cara/identidade? Por quê?

9. Na sua opinião, Gravatá possui um centro histórico? Se sim, onde começa e termina?

10. Elabore um mapa mental do distrito de Gravatá do Ibiapina.

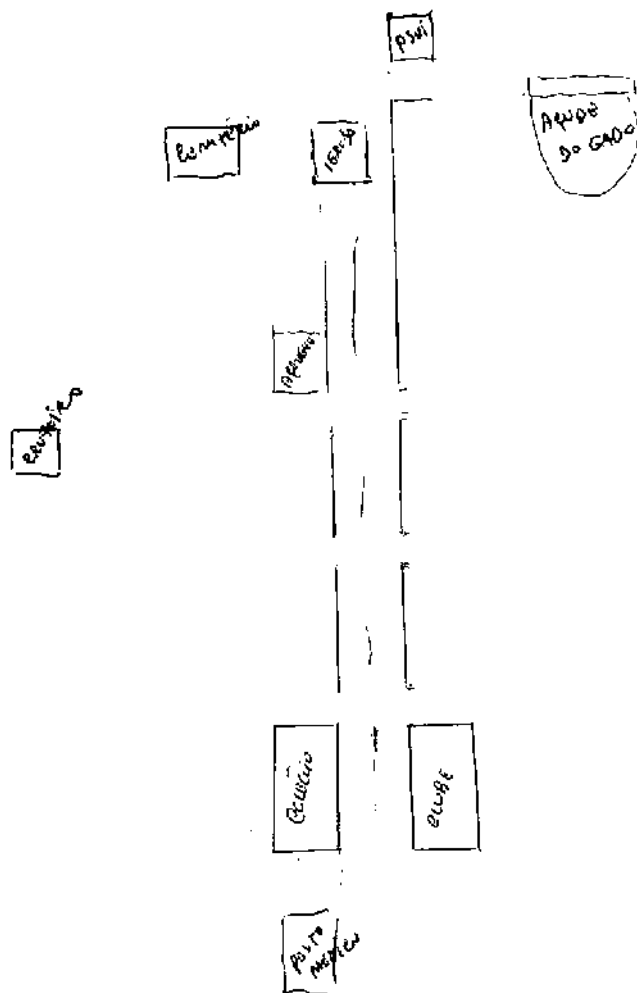
APÊNDICE B – MAPAS MENTAIS

Mapa mental elaborado por M01.



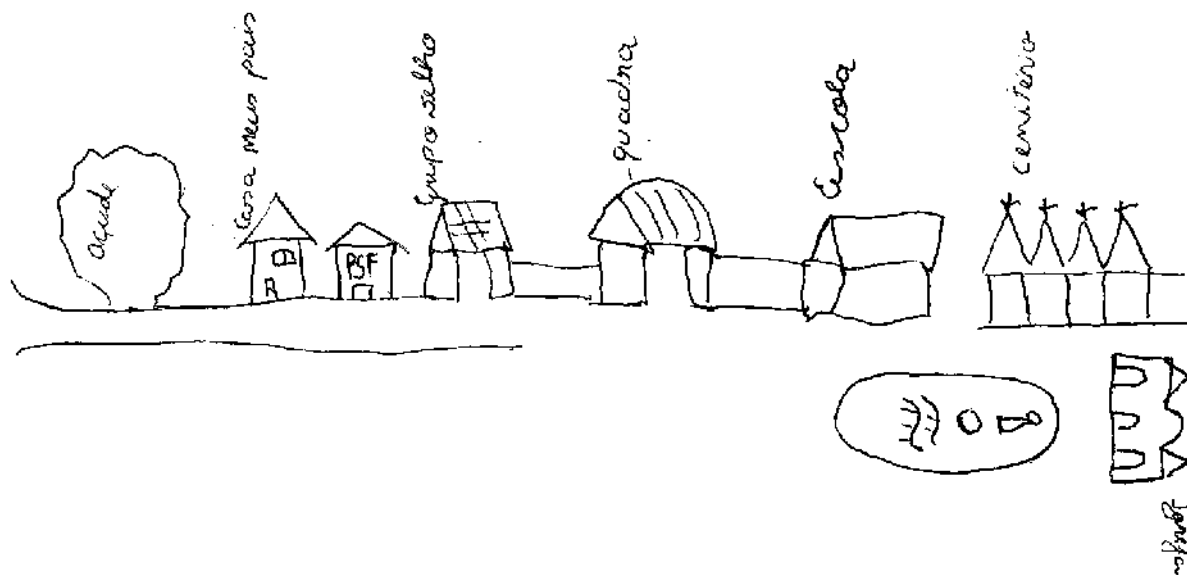
Fonte: M01, 02 de setembro de 2019.

Mapa mental elaborado por H01.



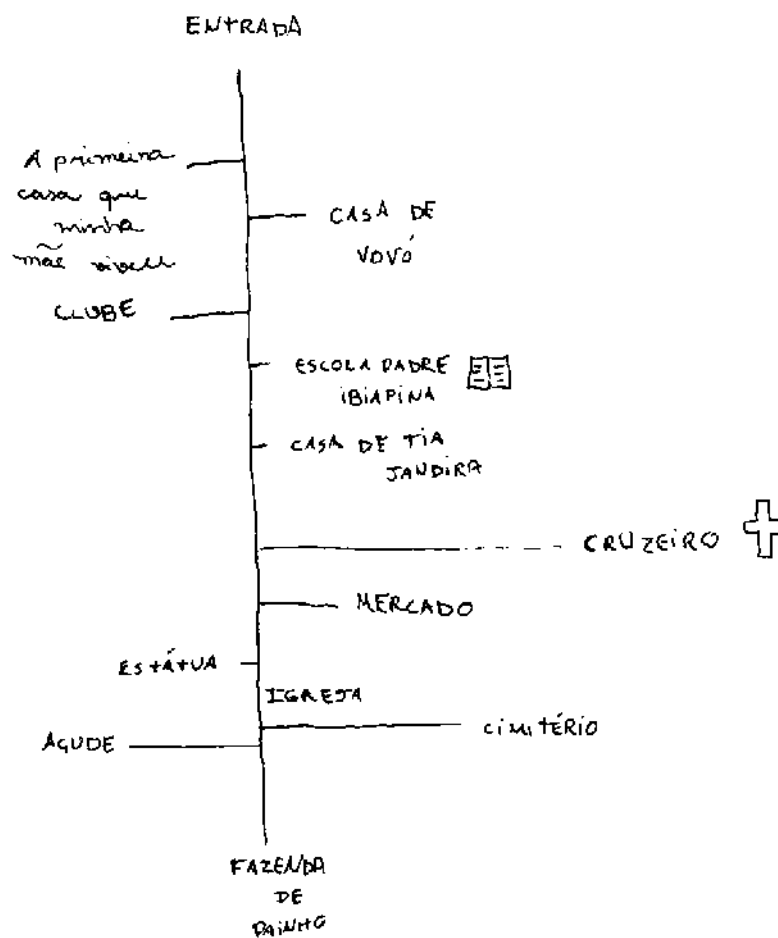
Fonte: H01, 03 de setembro de 2019.

Mapa mental elaborado por M03.



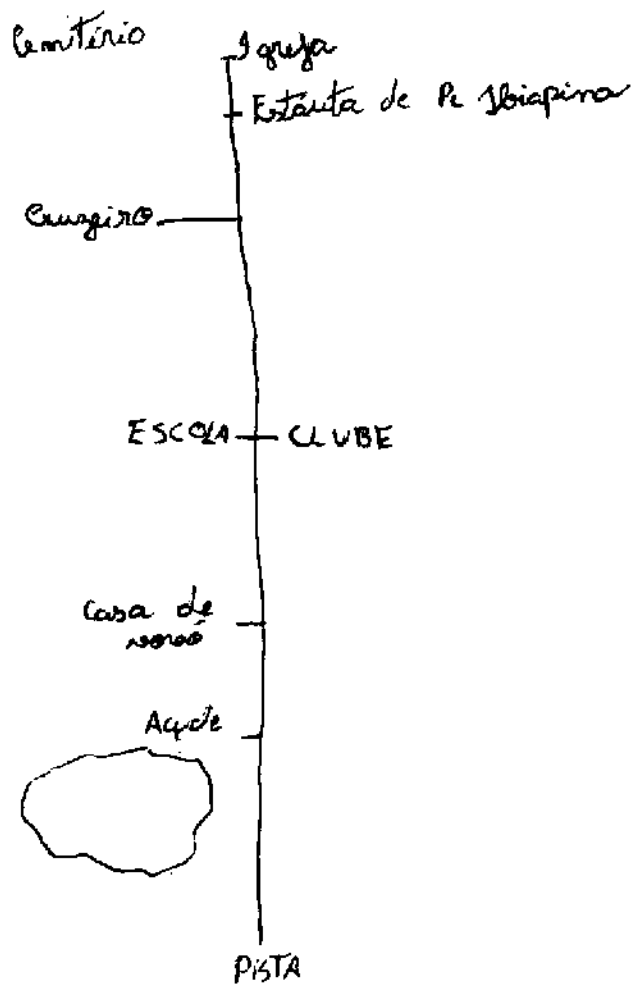
Fonte: M03, 03 de setembro de 2019.

Mapa mental elaborado por M08.



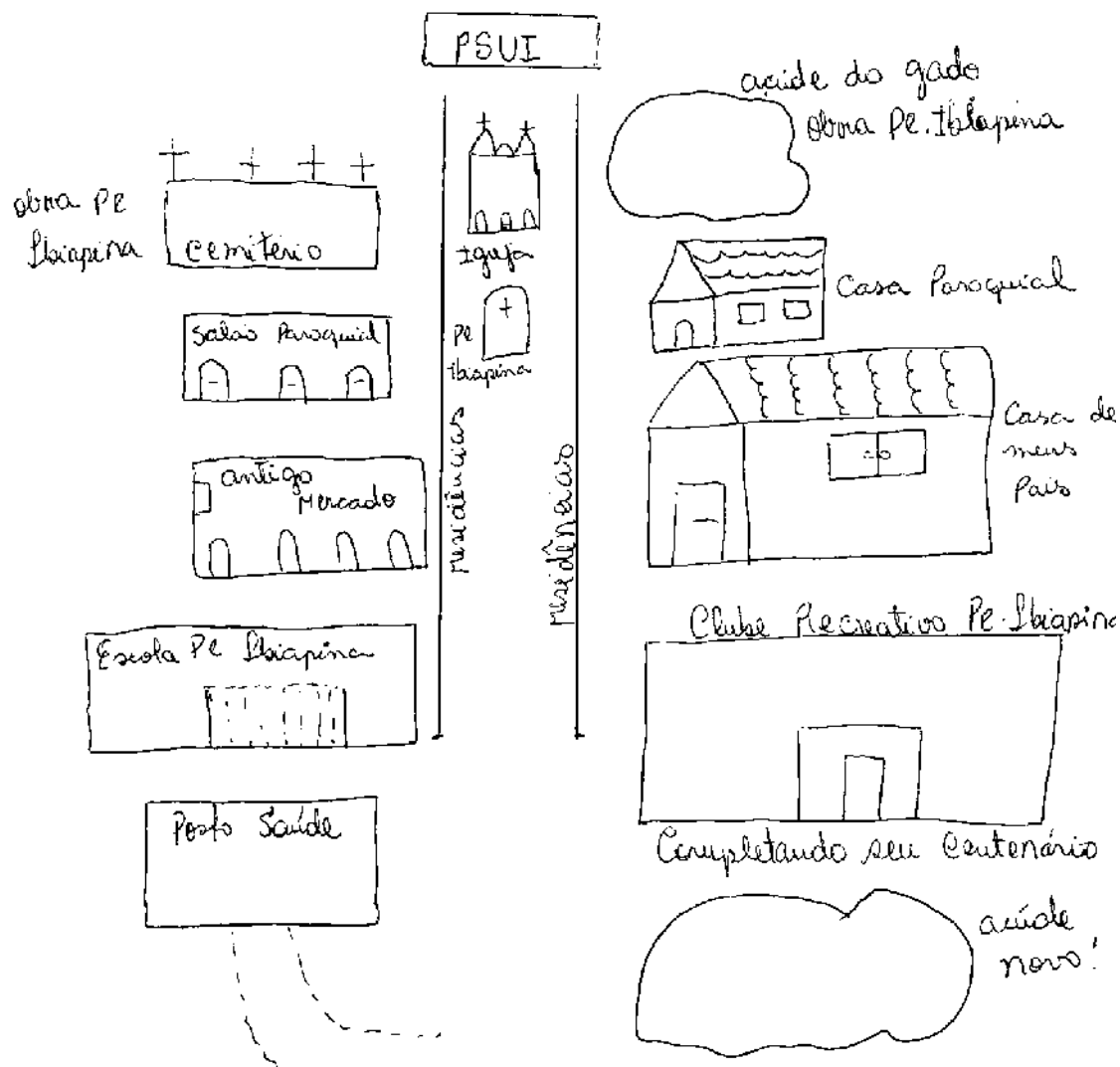
Fonte: M08, 10 de setembro de 2019.

Mapa mental elaborado por M09.



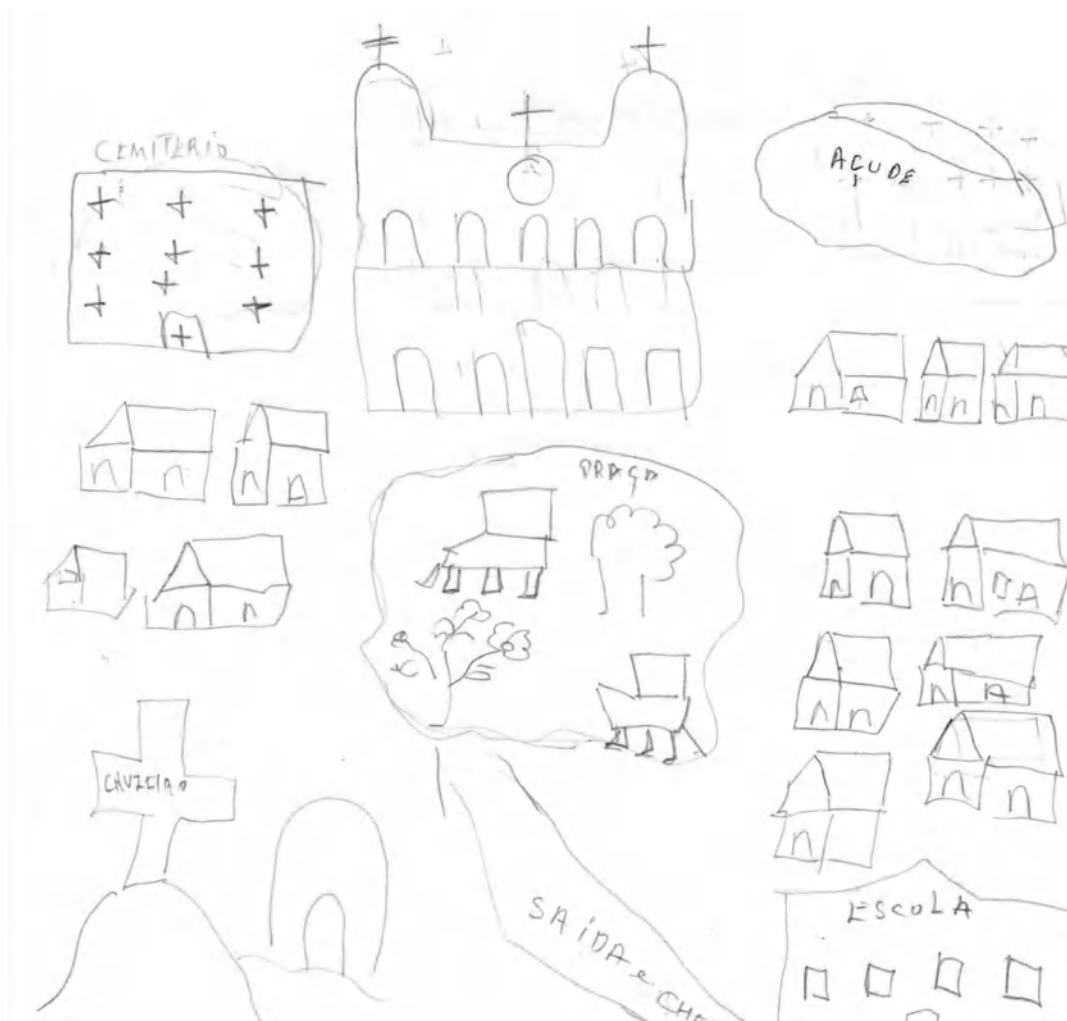
Fonte: M08, 10 de setembro de 2019.

Mapa mental elaborado por M10.



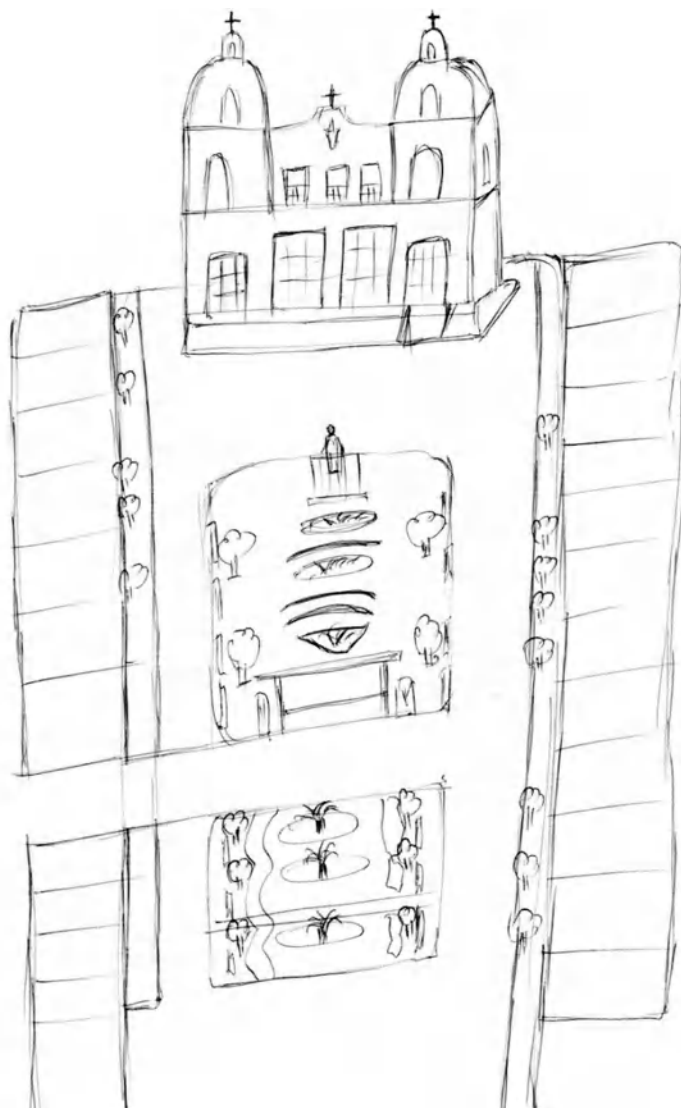
Fonte: M10, 12 de setembro de 2019.

Mapa mental elaborado por M12.



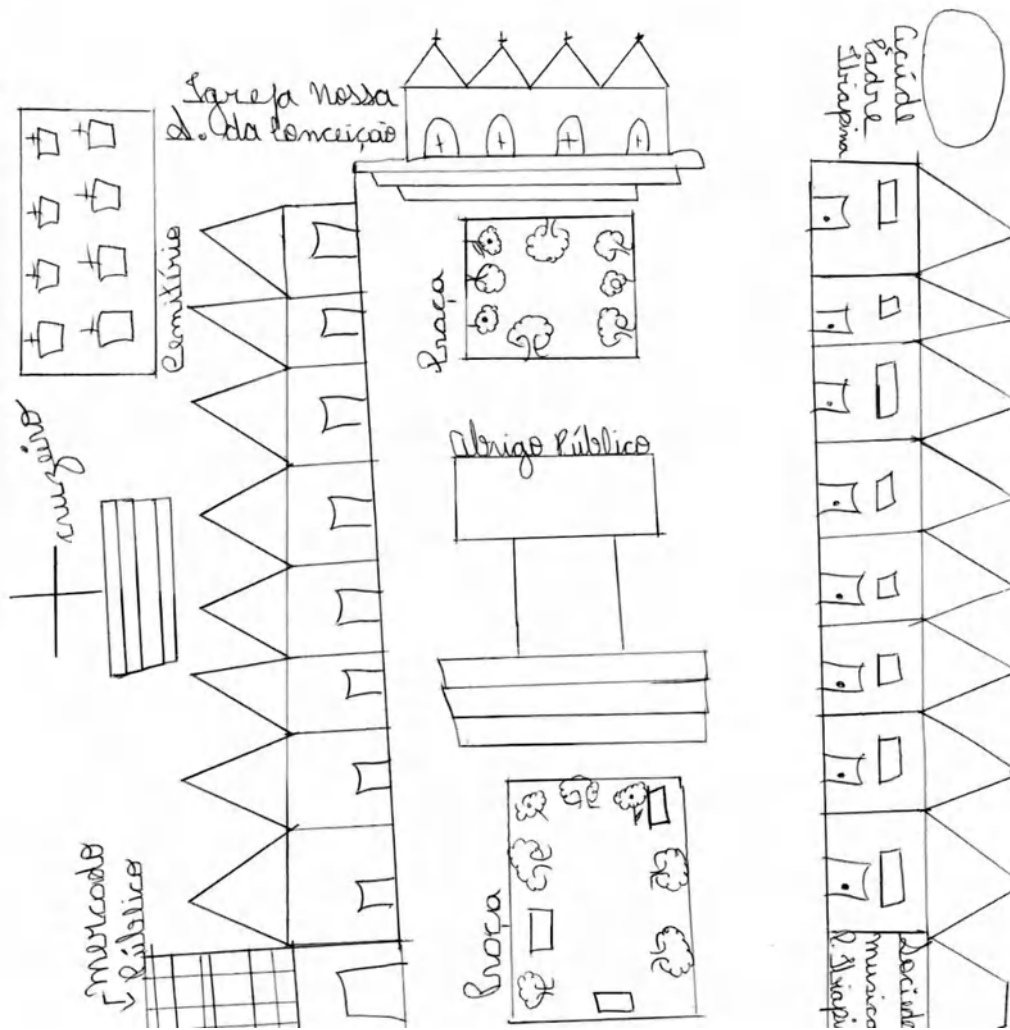
Fonte: M12, 13 de setembro de 2019.

Mapa mental elaborado por M13.



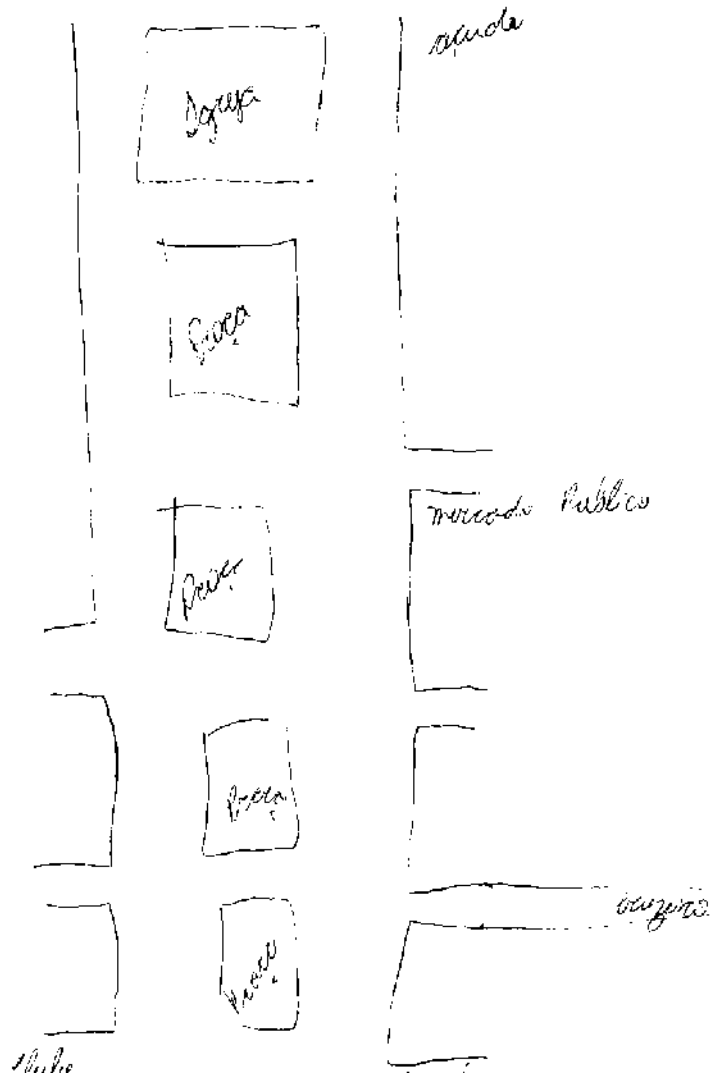
Fonte: M13, 14 de setembro de 2019.

Mapa mental elaborado por M15.



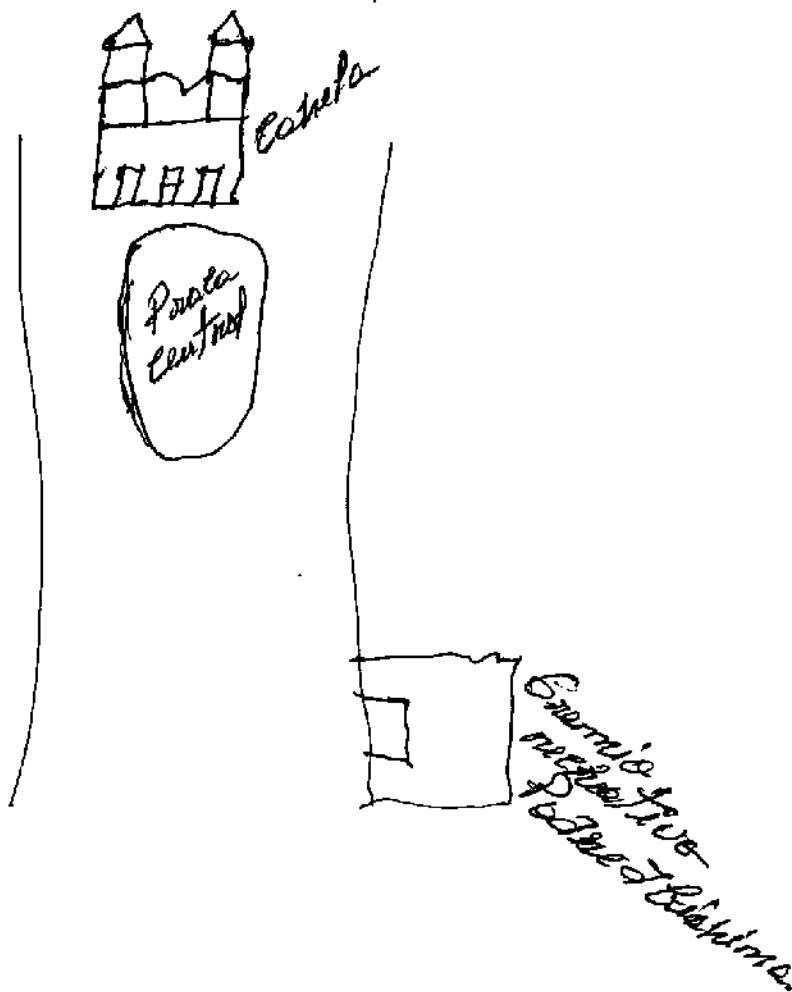
Fonte: M15, 16 de setembro de 2019.

Mapa mental elaborado por M16.



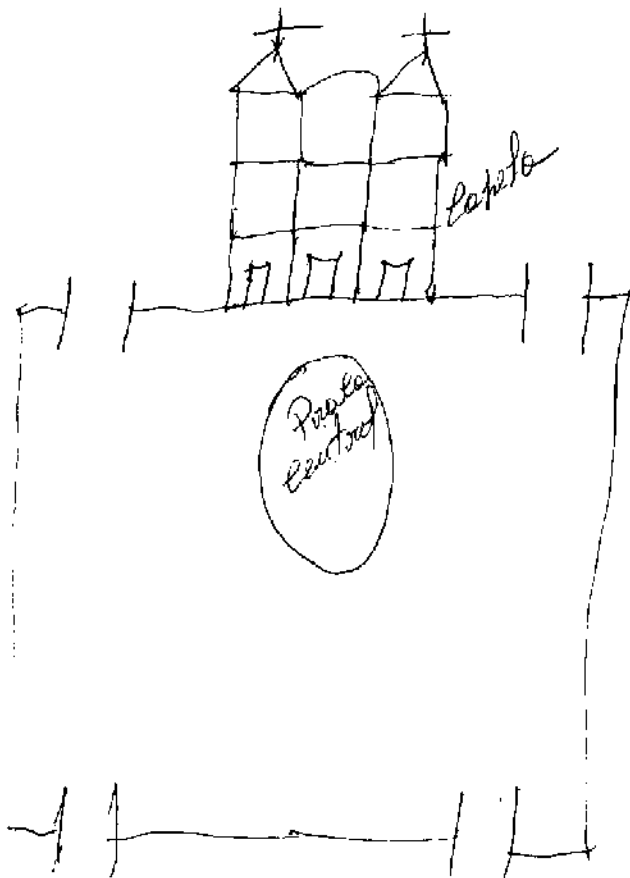
Fonte: M16, 17 de setembro de 2019.

Mapa mental elaborado por H12.



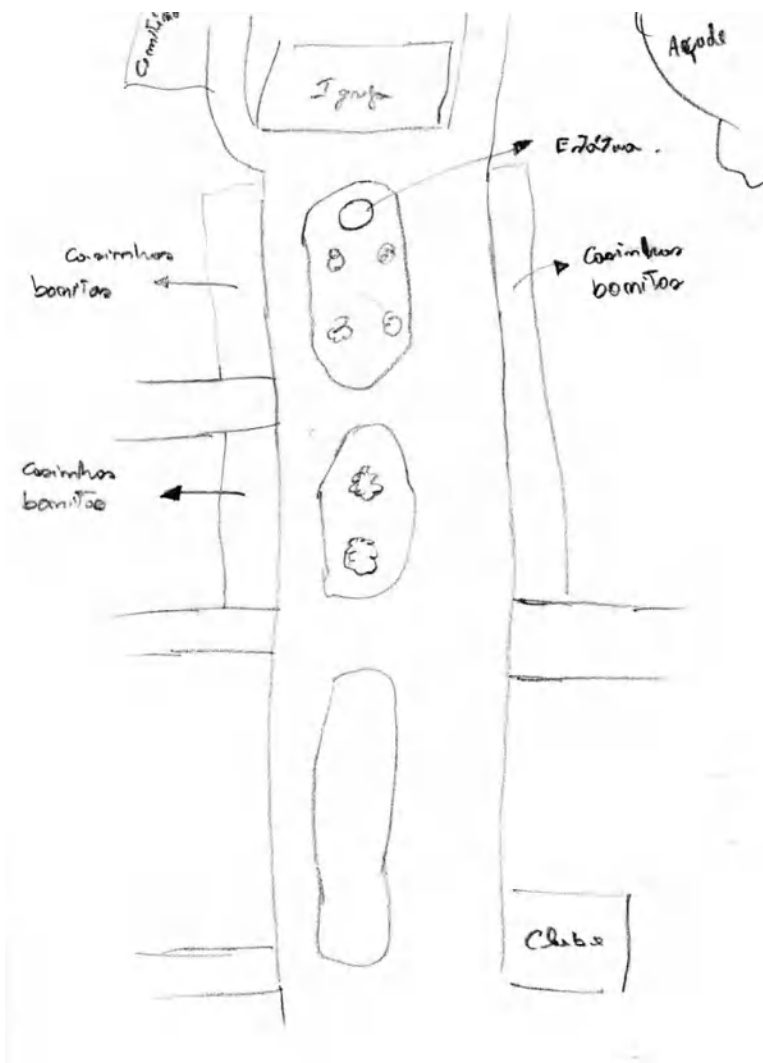
Fonte: H12, 17 de setembro de 2019.

Mapa mental elaborado por M17.



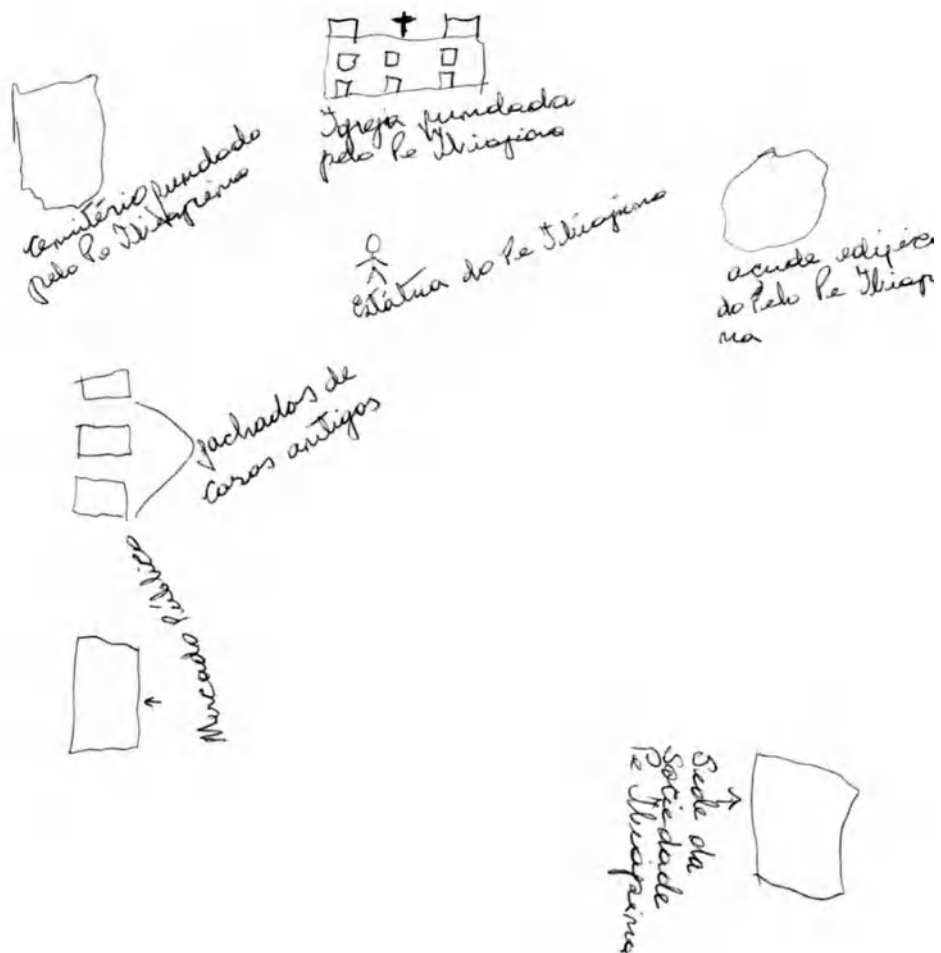
Fonte: M17, 17 de setembro de 2019.

Mapa mental elaborado por H04.



Fonte: H04, 30 de setembro de 2019.

Mapa mental elaborado por M20.



Fonte: M20, 21 de outubro de 2019.